



Programa de
Capacitação
e Integração
de Lideranças
 Sociais

SOCIOLOGIA

HUMANAS II

Realização:



Patrocínio:

Integração
Metropolitana



APRESENTAÇÃO

As apostilas para pré-vestibulares populares, sociais e comunitários do **PECEP** (Projeto de Ensino Cultural e Educação Popular) foram produzidas no âmbito do **Programa de Capacitação e Integração de Lideranças Sociais**, projeto contemplado pelo edital Integra Rio, uma realização da Secretaria Especial de Integração Metropolitana (SEIM) e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Essas apostilas representam uma conquista coletiva dos cursinhos e educadores populares de todo o país, afinal, representam uma ferramenta concreta para a democratização do acesso ao material didático. Elas foram pensadas com carinho e compromisso para dialogar com a realidade das centenas de iniciativas populares espalhadas pelo Brasil e, também com aqueles que pensam em iniciar a luta de fundar o seu próprio pré-vestibular.

Sabemos que cada cursinho tem suas particularidades e dinâmicas próprias. Alguns, inclusive, elaboram seu próprio material didático. As apostilas do PECEP não têm como objetivo substituir esses esforços, muito menos propor uma padronização da prática pedagógica popular. Ao contrário, elas foram pensadas para que cursinhos, coletivos, educadores e líderes comunitários possam mitigar certas falhas aos quais podem estar suscetíveis.

Por exemplo, um professor de português que deseje iniciar um pré-vestibular, mas ainda não professores de outras áreas, pode usar essas apostilas como ponto de partida para que os estudantes não fiquem sem material de estudo. Da mesma forma, um educador que esteja começando a lecionar biologia, também pode usar as apostilas como material de apoio.

Importante ressaltar que tais apostilas foram elaboradas por voluntários de um pré-vestibular que funciona, de forma ininterrupta, há 25 anos na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, trazem em suas páginas o olhar atento e sensibilidade de quem está na linha de frente da luta por transformação através da educação.

Essas apostilas não tem a pretensão de serem uma solução definitiva. Elas são um passo importante em um caminho longo, penosos, porém, infinitamente recompensante.

Por fim, importante ressaltar que esta é a versão 2025 das nossas apostilas. A proposta é que esse material siga sendo desenvolvido e aprimorado de forma contínua, afinal, o aprendizado sobre o ensino popular não tem fim.

Se você tiver sugestões, críticas, dúvidas ou ideias, entre em contato com a gente pelo e-mail: **contato@pecep.org** e acompanhe as nossas redes sociais: **@pecep.org**

Com muito carinho,

A Direção do PECEP

SOBRE A APOSTILA

Esta apostila foi elaborada especialmente para estudantes que estão se preparando para os exames vestibulares, por três professoras de Sociologia do Pré-Vestibular Social PECEP. A disciplina de Sociologia tem uma trajetória marcada por idas e vindas no currículo do ensino básico, refletindo as contradições e disputas presentes na história da educação brasileira. Apesar dessa instabilidade, a Sociologia desempenha um papel fundamental na formação do pensamento crítico, na desnaturalização das relações sociais e na análise das estruturas e fenômenos que compõem a vida em sociedade.

Apoiadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), organizamos esta apostila a partir de temas essenciais da disciplina. Iniciamos com os autores clássicos da Sociologia, avançamos para os debates da ciência política envolvendo Estado, poder e política, e discutimos também questões relacionadas ao trabalho e à desigualdade social, com um olhar atento às contribuições da Sociologia brasileira. Encerramos com uma reflexão sociológica e antropológica sobre cultura.

Nosso objetivo é que este material sirva, não apenas para o bom desempenho nas provas, mas, também, para a construção de uma formação crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social.

Autoras:

Julia Osthoff Bediaga

Licenciada em Ciências Sociais (UFRJ), mestre em Ciências Sociais (UFRJ), professora de Sociologia do PECEP desde 2023.

Julia Villela Canario Arruda

Licenciada em Ciências Sociais (UFRJ) e professora de sociologia do PECEP entre 2018-2020 e desde 2024.

Mariana Simões Maia

Licenciada em Ciências Sociais (UERJ), mestranda em Ciências Sociais (UERJ), professora de Sociologia do PECEP desde 2022 e coordenadora da equipe de Humanas II desde 2025.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 5

CAPÍTULO I: OS CLÁSSICOS 14

- 1) ÉMILE DURKHEIM 14
- 2) KARL MARX 16
- 3) MAX WEBER 21

CAPÍTULO II: ESTADO, PODER E POLÍTICA 29

- 1) GLOSSÁRIO 29
- 2) CRIAÇÃO DO ESTADO MODERNO OU ESTADO-NAÇÃO 32
- 3) CONTRATUALISTAS 33
- 4) TIPOS DE ESTADO 36
- 5) DEMOCRACIA 44
- 6) CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS 45
- 7) MOVIMENTOS SOCIAIS 47

CAPÍTULO III: TRABALHO 50

- 1) TEORIAS CLÁSSICAS 50
- 2) MODOS DE PRODUÇÃO 53
- 3) RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE TRABALHO 54

CAPÍTULO IV: SOCIOLOGIA BRASILEIRA 57

- 1) GILBERTO FREYRE, FLORESTAN FERNANDES
E DEMOCRACIA RACIAL 57
- 2) SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA 60

CAPÍTULO V: DESIGUALDADES SOCIAIS 64

- 1) CLASSE 64
- 2) GÊNERO E SEXUALIDADE 71
- 3) RAÇA 77
- 4) CIDADE, SEGREGAÇÃO ESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA 83

CAPÍTULO VI: CULTURA E IDENTIDADE 88

- 1) TEORIAS DE CULTURA 88
- 2) CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO 90
- 3) INDÚSTRIA CULTURAL 92
- 4) IDENTIDADE E PERTENCIMENTO 95

ENCERRAMENTO 100

INTRODUÇÃO

O que é sociologia?

As diferentes disciplinas da educação básica, como física, história e biologia nos oferecem ferramentas para compreender melhor diferentes fenômenos que nos cercam. Muitas vezes, esses instrumentos nos permitem enxergar além da percepção imediata do nosso dia a dia e entender as coisas por outra perspectiva. Por exemplo, quando alguém adoece, o que observamos são os sintomas: como febre, tosse ou cansaço. No entanto, graças ao desenvolvimento da medicina e da biologia, sabemos que a causa de uma doença pode estar em micro-organismos invisíveis a olho nu, como vírus ou bactérias. Essa compreensão não surge da nossa experiência imediata - não conseguimos enxergar uma bactéria - mas do conhecimento construído ao longo do tempo por meio do trabalho coletivo e sistemático de pesquisadores. Esse trabalho constituiu um acervo de teorias, métodos e tecnologias que possibilitam que a gente conheça e estude organismos em uma escala tão diferente da nossa.

Da mesma forma, as Ciências Sociais se dedicam a desenvolver ferramentas para investigar a sociedade. No entanto, estudar relações sociais é um desafio diferente de estudar um micro-organismo e, assim, as metodologias, teorias e tecnologias que usamos também são diferentes. Enquanto as ciências naturais lidam com fenômenos que podem ser isolados e reproduzidos em laboratório, a “sociedade” é um objeto de estudo até complicado de definir. Quando andamos na rua estamos vendo a sociedade? Sua relação com os colegas de sala poderia ser um problema sociológico, ou seria melhor focar em questões maiores como os sistemas políticos, ou formas de trabalho?

A sociedade existe em diferentes escalas: desde a mais abrangente, o todo, o funcionamento do mundo, à mais individual - a vivência de pessoas em seu cotidiano. O sociólogo americano Charles Wright Mills (1916-1962), diz que uma característica fundamental da sociologia é a “imaginação sociológica”: a capacidade de transitar entre o macro e o micro para conseguir dar conta desse objeto de estudo que atravessa as diferentes esferas.

“(...) essa imaginação é a capacidade de passar de uma perspectiva a outra - da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica para a estrutura militar; de considerações de uma indústria petrolífera para estudos da poesia contemporânea. É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano - e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na

necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam.”¹

Então, sim, quando você anda na rua você está vendo a sociedade, mas apenas uma parte muito pequena dela, o que torna necessário que, para uma reflexão sociológica, você se pergunte: qual é o todo? Como essa rua, essa experiência e a minha perspectiva se relacionam a um contexto maior? O inverso também é verdade. Ao longo do ano vamos estudar diversos temas de “grande escala” como os sistemas políticos e as relações de trabalho. Parte do exercício sociológico, nesses casos, consiste em refletir sobre como esses temas afetam as relações entre pessoas e as diferentes perspectivas que indivíduos e grupos têm sobre o mundo.

Como a sociologia produz conhecimento?

A sociologia estuda temas que fazem parte do nosso cotidiano e sobre os quais todos nós, de alguma forma, já temos opiniões e conhecimentos. Assuntos como política, desigualdade, comportamento e crenças de diferentes grupos são constantemente debatidos em conversas informais, nas redes sociais e nos noticiários. É a maneira como a sociologia aborda esses temas que ela se caracteriza, oferecendo novas perspectivas e nos incentivando a refletir sobre eles de formas que talvez não tivéssemos considerado antes.

No dia a dia, construímos nosso conhecimento sobre o mundo com base em experiências pessoais, tradições e crenças compartilhadas. Esse tipo de saber, o senso comum, é essencial para a vida em sociedade, mas possui limitações: geralmente ele não é verificável, nem rigoroso, podendo se contradizer ou se apoiar em generalizações apressadas. A sociologia, por sua vez, busca produzir um conhecimento sistemático, ou seja, explicações e teorias fundamentadas, organizadas e abertas ao debate.

As disciplinas acadêmicas e científicas produzem conhecimento seguindo uma metodologia. Isso significa que há um passo a passo na construção do raciocínio, e esse percurso precisa ser explicitado na escrita para que outras pessoas possam acompanhar e avaliar o processo. Na sociologia, isso envolve delimitar bem seu objeto de estudo, explicar de onde você está partindo, que dados e fontes foram utilizados e como, quais autores servem de referência e que lógica sustenta as conclusões. O objetivo da metodologia é a transparência: ela permite que outras pessoas compreendam como determinado conhecimento foi produzido, podendo questioná-lo, reproduzi-lo ou até mesmo contestá-lo com base em novos dados e perspectivas.

¹ Charles Wright Mills A promessa In: Charles Wright Mills A imaginação sociológica Trad Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p 13-14

Conceitos são ferramentas essenciais para a produção de conhecimento na sociologia. De modo geral, um conceito é uma ideia abstrata que sintetiza características essenciais de algo. Por exemplo, “sociedade” é um conceito: uma representação mental que criamos a partir de diversas experiências e observações sobre a vida em comunidade. No cotidiano, as palavras adquirem significado de forma orgânica, variando conforme o contexto e a experiência de quem as usa. Já na sociologia, um conceito é uma palavra cujo sentido foi intencionalmente definido, com o objetivo de garantir precisão ao que se pretende comunicar. Isso evita ambiguidades e assegura que diferentes pesquisadores e leitores possam compreender exatamente do que se está falando.

Produzir conhecimento com transparência e precisão é essencial para possibilitar o diálogo, tanto entre leitor e autor quanto entre diferentes pesquisadores. Esse processo acontece à medida que estudiosos leem, criticam e expandem as ideias uns dos outros, permitindo que o conhecimento avance de forma fundamentada e aberta ao debate. Diferentemente das ciências naturais, onde novas descobertas muitas vezes substituem teorias anteriores, nas ciências sociais diferentes abordagens podem coexistir. Dois sociólogos podem estudar o mesmo tema e chegar a conclusões diferentes, e ambas podem ser consideradas válidas, desde que bem fundamentadas.

Modernidade e o surgimento da sociologia

A Sociologia surge como uma disciplina acadêmica no século XIX (1801 a 1900), sendo uma das mais recentes dentre as que estudamos na educação básica. Isso não significa que antes não se pensasse sobre a organização social – reflexões sobre a sociedade sempre existiram. No entanto, é nesse período que se consolida a ideia de que a sociedade merece um campo de estudo próprio, distinto da filosofia, da história, ou da psicologia. A demanda por uma disciplina específica para investigar as dinâmicas sociais está relacionada à crescente percepção de que a forma como a sociedade se organiza é produto da ação humana e, portanto, é passível de mudança por meio da ação humana.

Modernidade é um termo utilizado para designar tanto um período histórico (a Idade Moderna - que vai do séc. XV ao séc XVIII), quanto uma forma de ver o mundo, crenças, práticas e instituições que se desenvolveram na Europa após a Idade Média e que, desde então, se difundiram pelo mundo ocidental em diferentes momentos. A sociologia é inseparável dessa nova forma de ver o mundo, que se auto-proclama tão diferente do passado.

Ao longo da Idade Média (séculos V a XV), a maioria da população européia vivia no campo, trabalhava na terra e dificilmente viajava ou entrava em contato com pessoas de cul-

turas diferentes. O ritmo da vida era ditado pelas estações do ano, fundamentais para a agricultura e a pecuária, e também pelo calendário da Igreja Católica, que além de referência espiritual, estava profundamente entrelaçada ao poder político. Talvez você se lembre, das aulas de história, que o feudalismo (sistema político e econômico predominante na Europa medieval) era baseado em hierarquias rígidas, justificadas pela tradição e pela influência da Igreja, que legitimava a ordem social e o poder dos senhores feudais.

O contato com “o outro”

A partir do século XV - com as Grandes Navegações e, especialmente, a chegada às Américas e o processo de colonização - os europeus passam a ter mais contato com povos cujas formas de vida, organização social e crenças eram radicalmente diferentes das suas. Esse contato com “o outro”, com o diferente, tende a fazer com que olhemos com outros olhos para aquilo que sempre consideramos “normal” ou “natural”. Talvez você já tenha passado por algo assim ao entrar em contato com uma pessoa de outro estado, ou fazer uma viagem: perceber que algo muito natural para você, como a forma de cumprimentar alguém, na verdade é uma particularidade cultural sua e não simplesmente parte da “ordem do mundo”. Encontrar a diferença é ao mesmo tempo um choque e um espelho.

O processo de colonização foi violento e opressor, baseado na subjugação dos povos nativos. O choque com a diferença foi imediatamente respondido com dominação. Entretanto, foi também nesse contexto que os europeus começaram a se perceber enquanto europeus: nós temos algo em comum porque somos diferentes do “outro”. Assim, ao refletir sobre o que é humanidade, as diferenças e semelhanças entre povos, se consolida a identidade cultural europeia e surgem alguns questionamentos: se há tantas maneiras diferentes de viver, o que define a minha sociedade? Como ela funciona? O que a torna única?

Secularização da vida

Chamamos de secularização o declínio gradual da religião como base cultural, moral e política de uma sociedade. Ao longo da modernidade na Europa, a Igreja Católica perde gradativamente sua hegemonia de explicar e organizar o mundo. O espaço antes ocupado pelo pensamento teológico (baseado na fé e nos dogmas religiosos) foi, pouco a pouco, substituído pela crença de que a razão poderia oferecer respostas mais universais e objetivas sobre a realidade.

Dentro do próprio campo religioso, a Igreja Católica deixa de ser a única expressão do

cristianismo na Europa com a disseminação das doutrinas protestantes. A Reforma Protestante (séc. XVI) critica práticas da Igreja e propõe uma nova forma de relação com a fé, mais individual e menos institucional. Embora não represente um afastamento do pensamento religioso, a expansão do protestantismo contribui para a perda de poder da Igreja Católica, quebrando seu monopólio sobre a vida espiritual europeia.

Paralelamente, a ascensão da razão está ligada a uma série de movimentos intelectuais que resgatam o pensamento da Antiguidade Clássica (as tradições filosóficas e científicas desenvolvidas por gregos e romanos antes da era cristã). Correntes como o Humanismo Renascentista e o Iluminismo buscaram compreender o funcionamento da natureza, do ser humano, do universo - não pela fé, mas por meio da observação e da lógica. Ou seja, pelo uso da razão humana. Nesse contexto se desenvolveu a ciência moderna e o método científico, muitas vezes contradizendo a explicação religiosa dos fenômenos naturais.

A valorização da razão não substitui a fé, mas transforma seu lugar na sociedade: o conhecimento científico passa a ser mais aceito na esfera pública (aquilo que diz respeito a todos e serve ao bem comum), enquanto a religião se desloca para a esfera privada (é uma questão individual). O ser humano ocupa, agora, um lugar central: ele não é mais apenas um sujeito submetido à vontade divina, mas um agente capaz de investigar, compreender e transformar o mundo ao seu redor.

Ao lado do desenvolvimento da ciência, consolida-se a crença no progresso: a ideia de que o conhecimento racional e científico são instrumentos para aperfeiçoar a sociedade e a própria condição humana. Se tudo pode ser estudado e compreendido, então também pode ser transformado. A Revolução Francesa (1789), diretamente influenciada pelo Iluminismo, consolida politicamente esse processo ao estabelecer um Estado laico, fundamentado na razão, nos direitos do cidadão e na separação entre religião e política.

Urbanização

A partir do século XVIII, as cidades europeias começaram a crescer de maneira acelerada, impulsionadas tanto pela expulsão de camponeses das terras rurais quanto pela Revolução Industrial (a partir de 1760). Com o avanço da industrialização, grandes fábricas passaram a demandar uma quantidade massiva de trabalhadores.

A vida na cidade, trabalhando em uma fábrica capitalista é radicalmente diferente da vivência no campo feudal que discutimos anteriormente e cria uma nova forma de socialização e relação com a sociedade. O cotidiano urbano é marcado por um excesso de estímulos, estresses, e um constante contato com desconhecidos - vemos mais pessoas diferentes em um dia

num centro urbano do que pessoas de outros tempos viam em sua vida inteira. Até mesmo a relação com o tempo se modifica, já que para trabalhar em uma fábrica você precisa saber que horas são e chegar pontualmente no seu horário de trabalho.

A promessa de progresso atrelada à modernidade industrial logo entrou em crise. Para muitos, a vida nas cidades não parecia um avanço em relação ao passado. A industrialização trouxe consigo condições de trabalho extremamente precárias. Não existiam ainda direitos trabalhistas e os trabalhadores (incluindo homens, mulheres e crianças) enfrentavam longuíssimas jornadas, baixos salários, e ambientes insalubres e perigosos. Nem todas as consequências do progresso científico e tecnológico pareciam ser tão positivas quanto se imaginava, gerando um desajuste entre a crença no progresso e as condições de desigualdade e miséria dos centros urbanos.

Da mesma forma que o estranhamento no contato com “o outro” gerou interesse em estudar a organização social européia, o estranhamento diante de um modo de vida tão novo e contraditório, despertou curiosidade sobre as novas dinâmicas sociais que surgiam nas cidades. A vida urbana, com suas contradições e complexidades, motivou a análise das relações sociais, das relações de trabalho e da estrutura da sociedade industrial.

Positivismo

O Positivismo foi uma corrente filosófica fundada pelo filósofo francês por Auguste Comte (1798-1857) que marca o início da sociologia como disciplina acadêmica ao propor o estabelecimento de um método científico para estudar a organização social.

As ciências naturais vinham demonstrando, ao longo do século XIX, sua eficácia em explicar como o mundo natural funciona e impulsionar avanços tecnológicos. Eram ciências “positivas” porque eram úteis, reais, aplicáveis e progrediriam com o tempo. Comte acreditava que, inspirando-se na metodologia das ciências exatas e naturais, seria possível desenvolver um conhecimento “positivo” sobre a sociedade, que primeiro ele chamou de “física social” e, depois, de sociologia.

Os estudos de Comte partem da ideia de que a realidade social, como a natureza, pode ser observada de maneira objetiva e sistemática. Dessa forma, seria possível descobrir leis que regem o funcionamento social (como a lei da gravidade rege a natureza) e aplicar esse conhecimento para resolver problemas sociais e promover o progresso.

Com o surgimento do método científico, surge também, para Comte, a possibilidade real de compreender o funcionamento da sociedade de forma objetiva e, a partir disso, transformá-la para melhor. Essa mudança é tão significativa que, em sua visão, marca um novo estágio no desenvolvimento das sociedades humanas. Nesse contexto, Comte elabora a Teoria dos Três

Estados, que descreve a evolução das sociedades humanas de acordo com a forma como buscam explicar o mundo. Segundo essa teoria, todas as sociedades passariam inevitavelmente pelas seguintes etapas de desenvolvimento:

- Estado teológico: É o estágio inicial do desenvolvimento humano, em que os grupos sociais explicam a realidade a partir da fé, de mitos e de crenças religiosas. O conhecimento se fundamenta na tradição e na autoridade das religiões, mais do que na razão ou na experiência. Comte associa esse estágio aos períodos da história anteriores ao Iluminismo, quando a Igreja ocupava posição central na vida social e política.
- Estado metafísico: Nesse estágio intermediário, a razão passa a ocupar um papel mais importante, substituindo as explicações religiosas por concepções filosóficas e abstratas. No entanto, a busca por respostas ainda não está vinculada à observação sistemática da realidade ou à produção de conhecimento científico. Para Comte, esse estágio representa a transição entre o Iluminismo e o fim da Revolução Francesa.
- Estado positivo: É o estágio mais avançado do desenvolvimento, em que a ciência se torna a principal forma de compreender o mundo. O conhecimento passa a ser construído por meio da razão articulada com a observação empírica (a coleta e análise de dados concretos da realidade). Aqui, o saber deixa de ser especulativo e passa a ter uma base experimental e verificável.

Para construir esse modelo, Comte partiu da forma como ele interpretava a história da Europa Ocidental (passando do domínio da religião para a filosofia e, finalmente, para a ciência) e a transformou em um padrão universal. Ou seja, a experiência europeia foi tomada como referência para todas as sociedades humanas, como se todas devessem seguir os mesmos passos, rumo ao mesmo destino.

A teoria dos Três Estados formulada por Comte se insere em uma forma de pensar as diferenças entre as sociedades humanas que chamamos evolucionismo social. Inspirado no vocabulário do evolucionismo biológico de Charles Darwin, esse modelo entende que todas as culturas humanas percorrem estágios sucessivos ao longo de uma mesma trajetória linear de desenvolvimento. Indo da simplicidade à complexidade, da “barbárie” à “civilização”. Nesse sentido, as diferenças entre os povos seriam indicadores do grau de desenvolvimento em que cada sociedade se encontra dentro desse percurso comum. A lógica do evolucionismo social era muito prevalecente na Europa do século XIX e, se pensarmos bem, ainda ecoa nos dias de hoje. Não é incomum ouvirmos que certos modos de vida são mais “desenvolvidos” ou “avançados” do que outros, como se existisse uma direção única de progresso.

Apesar de sua influência histórica, tanto o evolucionismo social quanto o positivismo são hoje considerados superados dentro das Ciências Sociais. A ideia de que todas as culturas percorrem o mesmo caminho evolutivo e que algumas estariam “atrasadas” em relação a outras foi criticada por reduzir a diversidade humana a uma escala única de julgamento, com base no modelo europeu. Da mesma forma, abandonou-se a crença de que seria possível descobrir leis universais que explicassem todas as sociedades, ou que bastaria compreender racionalmente os problemas sociais para resolvê-los. Hoje, reconhece-se que cada grupo humano trilha seu próprio caminho, que o progresso não é linear e que a realidade social é complexa demais para ser reduzida a uma fórmula única.

CAPÍTULO I:

OS CLÁSSICOS

CAPÍTULO I: OS CLÁSSICOS

Vamos iniciar nosso percurso conhecendo o pensamento de três autores que são considerados clássicos da sociologia: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Assim como Comte e o positivismo, que vimos na introdução, esses autores estavam escrevendo na Europa do século XIX e também buscavam entender as grandes transformações trazidas pela modernidade. Eles vão se perguntar como essas mudanças ocorreram, que riscos elas apresentam e como funciona a dinâmica de mudanças e manutenção da ordem social.

Mas há uma diferença relevante: enquanto o positivismo acabou sendo, em grande medida, superado ao longo do tempo, as ideias de Durkheim, Marx e Weber continuam sendo estudadas, discutidas e empregadas até hoje. Eles são considerados clássicos não apenas porque participaram da fundação da sociologia como disciplina, mas porque seus conceitos e formas de pensar ainda se mostram úteis para analisar e compreender a sociedade contemporânea. Seus métodos criaram linhas de pensamento na disciplina e hoje temos sociólogos durkheimianos, marxistas e weberianos.

Mesmo nas discussões mais atuais das ciências sociais, ainda é comum o diálogo com as ideias desses três autores. Por isso, o objetivo aqui não é apenas apresentar suas teorias como parte de um passado distante, mas convidar você a se apropriar dessas ferramentas de análise para refletir sobre questões que fazem parte da sua própria vivência.

1) ÉMILE DURKHEIM

Émile Durkheim (1858 - 1917) foi um sociólogo francês que teve papel essencial para a formalização da sociologia como disciplina acadêmica. Filho e neto de rabinos, o autor viveu em uma época de grandes mudanças em sua sociedade e isso se reflete em seus estudos, nos quais procurava entender o que mantém uma sociedade em ordem. Seu trabalho refletiu sobre os laços sociais tanto tradicionais quanto modernos.

Auguste Comte, que vimos na introdução, foi muito relevante para o desenvolvimento do trabalho de Durkheim, tendo sido o primeiro a definir a sociologia como ciência que se dedica a estudar o comportamento social como fato. Durkheim leva adiante a consolidação da disciplina, e se dedica a definir as regras, metodologia e objeto da sociologia. Uma de suas obras mais importantes foi o livro publicado em 1895 chamado “As Regras do Método Sociológico”. Nele Durkheim define o fato social como objeto da sociologia. Se a biologia tem como objeto de estudo a vida e a matemática os números, a sociologia, enquanto disciplina científica, tem como objeto os fatos sociais.

Para compreender a humanidade é necessário entender esse fator único que define os diversos fenômenos humanos e que se distingue dos fatos biológicos e psicológicos. O fato social é, de acordo com Durkheim, uma “coisa”, que orienta e condiciona as ações individuais e se impõe ao indivíduo. Nossa língua, a forma como nos vestimos e como nos alimentamos, nossa estrutura familiar, tudo é definido pelo contexto social em que nascemos e fomos criados.

O fato social pode ser identificado a partir de suas três características: coercitividade, exterioridade e generalização. Em primeiro lugar, o fato social sempre será coercitivo, uma vez que se impõe às vontades individuais e coage os indivíduos a agirem de acordo com ele. Essa coerção funciona principalmente através das sanções, que podem ser legais ou espontâneas. A sanção legal é a forma que a sociedade estabelece, através das leis, normas e regras que devem ser seguidas pelos indivíduos e define uma punição legal para os que as infringem. A sanção espontânea, por sua vez, é a forma informal e espontânea que os indivíduos respondem àqueles que rompem com as regras não formalizadas – como a moral de uma determinada coletividade.

A exterioridade diz respeito ao fato social se impor de fora para dentro, pois a força das normas sociais é externa ao indivíduo. Quando nascemos, a forma de comunicação geral do nosso contexto social nos é imposta independentemente da nossa vontade própria. Assim, nós nos adequamos à língua, às gírias e expressões comumente usadas pelas pessoas à nossa volta. A última característica do fato social é a generalização, que significa que o fato social precisa de uma adesão generalizada para que funcione e se imponha sobre as vontades individuais. Não existe fato social produzido e realizado por apenas uma pessoa, é preciso que ele seja compartilhado por um grupo de pessoas para que tenha seu efeito social.

Toda a teoria de Durkheim se baseia na ideia de que os fatos sociais existem por conta própria, sendo considerados como “coisas” que influenciam as ações individuais. Essa influência se dá, principalmente, porque toda sociedade tem padrões de comportamento e pensamento que conduzem a vida social, isso é o que Durkheim define como consciência coletiva. A consciência coletiva se impõe sobre as consciências individuais, como uma moral vigente de cada coletividade. É a consciência coletiva que define o que é considerado pelo grupo como reprovável e como aceitável.

Como já foi mencionado anteriormente, Durkheim foi fortemente influenciado por Auguste Comte, pai da corrente de pensamento positivista, apesar disso, o autor desenvolveu sua própria linha de pensamento denominada funcionalismo. O método funcionalista compreende a sociedade como um todo coeso, cujas partes (instituições sociais; como família, Estado, escola, economia, igreja) são interdependentes, ou seja, elas possuem suas próprias funções distintas, mas dependem uma das outras para seu pleno funcionamento e para a manutenção da sociedade como um todo.

A divisão social do trabalho é outro conceito definido por Durkheim que nos ajuda a compreender seu trabalho. Assim como as diferentes instituições sociais realizam funções distintas, as pessoas também realizam trabalhos distintos, e essa divisão existe para que se tenha unidade, harmonia e coesão social. Através dos seus estudos, Durkheim analisa diferentes sociedades, às quais ele nomeia de sociedades simples (ou pré-capitalistas) e sociedades complexas (ou sociedades industriais) e percebe que a divisão de tarefas é feita de forma diferente nesses dois tipos de sociedades. Na primeira, pela organização social ser mais simples e numericamente menor, há uma divisão de tarefas mínima. Assim, os laços entre os indivíduos são formados pela sua similaridade, ou seja, os indivíduos se unem pelo que têm em comum. Durkheim chama isso de solidariedade mecânica. Em sociedades complexas, o grau de divisão do trabalho se torna mais complexificado, as pessoas realizam cada vez mais tarefas especializadas, se diferenciando uma das outras. Dessa forma, suas tarefas são interdependentes, ou seja, pela maior especialização, indivíduos dependem mais uns dos outros e seus laços de união são fortalecidos pela sua diferenciação, o que Durkheim chama de solidariedade orgânica.

Durkheim é bastante inspirado pelos métodos e termos das ciências exatas e biológicas, por isso analisa a sociedade como se fosse um organismo vivo, cujas partes possuem funções que se complementam para o funcionamento do todo. Como todo organismo vivo, quando alguma parte deixa de realizar propriamente sua função, entende-se que há uma doença, ou uma patologia. O estado normal da sociedade é afetado por essa fuga das normas sociais, e assim, a sociedade entra no estado que Durkheim denomina de anomia.

A anomia é um dos conceitos principais de Durkheim, sua origem vem da palavra *normos*, do grego, que significa norma, mais o sufixo *a*, que quer dizer negação, ou seja, a anomia é o momento em que as regras se tornam suspensas e o funcionamento normal das instituições sociais cessa. Isso ocorre quando há, geralmente, uma crise generalizada que afeta todas as instituições sociais.

2) KARL MARX

Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo alemão cuja obra é influente em diversas áreas do conhecimento. Embora não fosse sociólogo no sentido estrito, Marx é considerado um autor clássico da sociologia por ter desenvolvido bases teóricas para explicar a vida social a partir do modo como os seres humanos produzem socialmente sua existência por meio do trabalho. Marx acredita que os intelectuais devem não apenas interpretar ou compreender a realidade, mas se empenhar em transformá-la. Essa intenção de agir no mundo o distingue dos outros dois autores clássicos, e impacta sua perspectiva sobre a vida social.

Para Marx, a sociedade está em constante mudança: cada organização social é resul-

tado de um processo histórico e todos os aspectos dela (a organização política, a organização familiar e as próprias noções de indivíduo) não são essenciais (fixos ou imutáveis) mas foram construídos ao longo do tempo como resultado de disputas entre interesses opostos. Por isso, quando olhamos à nossa volta com o objetivo de entender nossa realidade social, é preciso localizar historicamente o cenário que vemos. Como uma dada situação política veio a se estabelecer, de que forma ela se justifica e como ela se mantém?

É muito comum que aquilo que faz parte do nosso cotidiano acabe nos parecendo natural, como se sempre tivesse existido e sempre fosse existir, mas exercitar um olhar histórico nos mostra que a maioria das coisas já foram radicalmente diferentes de como são hoje. O que significa, também, que elas estão mudando agora mesmo e podem ser diferentes no futuro. O motor desse movimento de mudança constante são os conflitos e contradições internas que compõem cada aspecto da nossa vida em sociedade. Para Marx, o conflito central que conduz a mudança social é a luta de classes: a disputa por interesses opostos que surge da desigualdade.

O autor se propõe, então, a fazer uma leitura histórica do desenvolvimento social para melhor compreender a sociedade capitalista moderna em que ele se encontra. Mas de onde devemos partir para descrever e explicar a forma como uma sociedade se organiza: das ideias ou das coisas? O mundo muda porque as pessoas começam a pensar diferente, ou as pessoas começam a pensar diferente porque o mundo mudou? Marx vai tomar o partido de que as coisas materiais têm primazia sobre as ideias, que é por meio da realidade material que se deve explicar a organização social como um todo. Chamamos esse posicionamento filosófico de materialismo.

O QUE É A SOCIEDADE? INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Para melhor trabalhar essa relação entre o que estamos chamando de “ideias” e “coisas”, Marx divide a estrutura social em duas partes: infraestrutura (as coisas, a parte material) e superestrutura (as ideias, a parte não-material).

- A infraestrutura é a base material da sociedade, formada pelo conjunto das forças produtivas: matéria-prima, tecnologias e trabalho humano; e das relações de produção: a forma como as pessoas se organizam para produzir, distribuir e consumir bens.
- Já a superestrutura corresponde aos aspectos ideológicos, políticos e culturais de uma sociedade. Ela inclui instituições como o Estado, o sistema jurídico, as religiões, as artes, a moral, a educação, além de ideias, valores e crenças que prevalecem em determinado momento histórico.

Imaginemos, por exemplo, uma pequena comunidade vivendo à beira de um rio. O meio-ambiente, o fácil acesso a água doce e peixes, a terra fértil nas margens do rio, as tecnologias de plantio e pesca, e a forma como as pessoas, em conjunto, produzem comida, abrigo e se reproduzem, compõe a infraestrutura dessa sociedade. As ideias que os habitantes dessa comunidade terão sobre o mundo e sobre si, segundo Marx, será diretamente afetada pela realidade material em que vivem.

Se o trabalho de pesca, por exemplo, é delegado aos homens, é possível que se desenvolvam crenças sobre a natureza masculina que tornariam o homem mais apto à pesca; se as crianças são responsáveis pelo plantio é possível que existam normas que proíbem adultos de realizarem essa atividade; se os bebês são criados por grupos de mulheres, é possível que as relações de parentesco e a noção de família reflitam essa prática, com núcleos familiares formados por coletivos de mulheres e crianças. Ao longo do tempo, as ideias que surgiram a partir das coisas, vão se complexificando e ganhando uma existência própria. A tal ponto que boa parte da comunidade pesqueira de fato passa a acreditar que os homens pescam porque são mais aptos, que seria imoral um adulto realizar o plantio e que família significa, necessariamente, um grupo formado por mulheres e seus bebês.

Essas ideias hegemônicas (amplamente aceitas pelas pessoas) que ganham existência própria na forma de instituições e valores compõem a superestrutura. Distinguir entre o campo material e o campo das ideias é importante nessa perspectiva porque, como vimos no exemplo, a superestrutura tende a esquecer ou ocultar sua origem na vida prática e passa a se apresentar não como consequência, mas como justificativa da organização material. Assim a relação entre infraestrutura e superestrutura é cíclica: a realidade material inspira as ideias, e as ideias ajudam a manter a realidade material estável, ao fazê-la parecer natural e inevitável.

CLASSES SOCIAIS

Para Marx, a principal distinção entre grupos dentro de uma sociedade diz respeito à forma como se organiza o trabalho e a divisão dos bens que resultam desse trabalho. No exemplo da comunidade ribeirinha, imaginamos uma sociedade que produz basicamente o necessário para sua sobrevivência e, assim, tem uma divisão do trabalho relativamente simples: por gênero e faixa-etária. Podem existir hierarquias dentro de uma sociedade como essa, mas não uma divisão em classes sociais. A existência de classes sociais, no sentido marxista, depende da propriedade privada dos meios de produção.

Você provavelmente já ouviu dizer que “Marx (ou “o comunismo”) é contra a propriedade privada”. Propriedade privada, nesse caso, não se refere à propriedade de bens pessoais, como sua casa ou seu celular, mas sim à propriedade sobre os recursos e estruturas necessários para produzir bens e garantir a sobrevivência da sociedade. Para realizar qualquer trabalho, são in-

dispensáveis dois elementos: a força de trabalho (o tempo, a energia e os conhecimentos das pessoas) e os meios de produção (matéria-prima, ferramentas e equipamentos). Em diferentes sistemas sociais, como o feudalismo, ou o capitalismo, Marx observa que uma pequena parcela da sociedade controla os meios de produção (como a terra, no feudalismo; ou as fábricas, no capitalismo) enquanto o restante das pessoas possui apenas sua força de trabalho. A posse ou não dos meios de produção é o que divide os indivíduos nas duas classes sociais centrais para a teoria marxista: a classe dominante e a classe dominada.

Essa divisão gera relações de trabalho específicas: A classe dominante (que detém os meios de produção) garante sua sobrevivência por meio da exploração da força de trabalho da classe dominada. Já a classe dominada, por não ter os meios necessários para trabalhar por conta própria, é obrigada a vender sua força de trabalho à classe dominante. Isso faz com que as classes tenham interesses opostos e estejam em constante tensão: a luta de classes.

Até hoje, a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e aprendiz; em resumo, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travando uma luta ininterrupta, ora aberta, ora oculta (...) ²

A citação acima é parte de um famoso escrito político: o “Manifesto do Partido Comunista” (1848) escrito por Marx e Friedrich Engels (1820 -1895). Engels foi um parceiro intelectual de Marx, com quem trabalhou em algumas de suas obras mais famosas. Essa citação nos apresenta duas ideias que precisamos entender.

A primeira é que as classes sociais assumem diferentes formas segundo o contexto histórico. No capitalismo a classe dominante é a burguesia, composta pelos donos de fábricas e grandes empresas, e a classe dominada é o proletariado: os funcionários das empresas. Os proletários vendem sua força de trabalho no regime assalariado, isto é, recebem uma dada quantidade de dinheiro pelo tempo que passam trabalhando. O burguês, o dono da empresa, ganha dinheiro com o lucro em cima dos bens ou serviços que a empresa vende.

Antes de se tornarem a classe dominante, os burgueses faziam parte da classe dominada: a plebe. Na Europa Feudal e Absolutista a classe dominante era a nobreza (os patrícios, na citação) e a classe dominada era formada pelos plebeus. Nessas sociedades pré-industriais, o principal meio de produção era a terra, que a nobreza possuía e a plebe não. O capitalismo

² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: Cartas filosóficas e outros escritos. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 84.

se estabelece após a eclosão da luta de classes entre patrícios e plebeus em que a burguesia, comerciantes ricos da plebe, saiu vencedora e se estabeleceu como a nova classe dominante.

A segunda ideia central da citação é a dinâmica do antagonismo entre as classes, que permanece latente por um tempo e eventualmente irrompe em um conflito aberto, como a Revolução Francesa (1789) liderada pela burguesia. Marx e Engels afirmam que as sociedades mudam porque suas estruturas se baseiam em relações de opressão e exploração, gerando um confronto contínuo entre opressores e oprimidos. Por longos períodos, a dominação se mantém e, com ela, a ordem social permanece relativamente estável. No entanto, em determinados momentos, algo acontece e os oprimidos se levantam, tornando a luta de classes explícita e dando origem a uma nova ordem social. Mas o que permite que a opressão se sustente, mesmo quando os oprimidos são maioria? E por que, em certos momentos, esse conflito vem à tona?

MANUTENÇÃO E MUDANÇA DA ORDEM SOCIAL

Para a teoria marxista, a manutenção da ordem, ou a mudança social dependem de quão bem as ideias hegemônicas de uma determinada época (a superestrutura) dão conta de legitimar a desigualdade material (a infraestrutura). Para que uma classe se mantenha dominante, não basta controlar os meios de produção e as relações econômicas; é necessário também exercer poder sobre as ideias e os discursos: sobre a forma como a sociedade como um todo percebe a realidade em que vive.

“Toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.”³

Com a passagem do feudalismo (dominação da nobreza) para o capitalismo (dominação da burguesia), o discurso que justifica a hierarquia social também mudou. Nas sociedades aristocráticas, a dominação da nobreza se apoiava na crença de que nobres e plebeus eram essencialmente diferentes. O status de nobreza é hereditário, e, mesmo que um plebeu enriquecesse (como fizeram os burgueses), ele não poderia integrar a classe dominante. Para se tornar a classe dominante, a burguesia precisava estabelecer uma nova percepção sobre o que diferencia as pessoas e o que justifica a desigualdade.

Com a ascensão da burguesia se estabelece também o princípio da igualdade formal: a

³ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, . 2007. p. 48

ideia que temos até hoje de que todos os indivíduos, pelo menos em teoria, deveriam ser iguais perante a lei. Em uma sociedade capitalista e burguesa, como a nossa, trabalhamos com a crença de que o que diferencia uma classe da outra não é nenhuma qualidade essencial dos indivíduos, mas quanta riqueza (ou capital) cada um consegue acumular.

Do princípio da igualdade formal derivam várias outras lógicas que constituem nossa visão de mundo, como a meritocracia. Um modelo meritocrático propõe que as pessoas sejam recompensadas de acordo com seus méritos (como aptidão, esforço, competência e inteligência) ao invés de sua origem social, riqueza ou relações pessoais. De modo geral, essa perspectiva é aceita como um critério justo de distribuição de oportunidades, a ponto de estar incorporada às leis e instituições. É o caso, por exemplo, do vestibular, onde o desempenho individual é um fator determinante para o acesso ao ensino superior.

Para Marx, tanto a igualdade formal quanto a meritocracia fazem parte do que ele chama de ideologia. Ideologia é um conceito que tem um sentido específico no pensamento marxista. Ele se refere a um conjunto de ideias e crenças que representam os interesses da classe dominante e operam como um véu que oculta as relações reais de exploração e dominação.

No caso da meritocracia, por exemplo, ao aceitá-la como um princípio justo, as pessoas tendem a acreditar que a desigualdade social é um reflexo do esforço individual, e não consequência de um sistema que favorece quem já detém poder e recursos. Dessa forma, a meritocracia opera como um mecanismo de dominação ideológica. Ao apresentar as desigualdades estruturais como diferenças de mérito pessoal, ela legitima a posição dominante da burguesia e faz com que os oprimidos interpretem sua condição como resultado de falhas individuais, e não da própria estrutura do sistema capitalista.

As ideologias não apenas naturalizam a desigualdade, mas também desviam a atenção dos mecanismos que a produzem, dificultando que sejam questionados. Marx acredita que, quando o véu da ideologia é retirado e os oprimidos se dão conta de sua opressão, a luta de classes se torna aberta. O conflito de fato acontece e, com ele, a mudança social. Ele chama de tomada de consciência de classe esse momento em que os oprimidos deixam de ver o mundo através das ideias dos opressores (das ideologias) e passam a ver o mundo de sua própria perspectiva.

3) MAX WEBER

Maximilian Carl Emil Weber (1864-1920), ou Max Weber, foi um dos pais fundadores da Sociologia. Alemão, se dedicou a compreender o mundo moderno e contribuiu nos debates sobre as ferramentas e objetivos das ciências sociais. O autor tinha inspirações dos filósofos

alemães de sua época e os positivistas, que tinham posições opostas ao defender a validade da ciência humana.

Se por um lado os filósofos argumentavam que a ciência humana era necessariamente interpretativa (no qual o cientista interpreta a realidade) por conta de seu objeto, os positivistas procuravam se unir às ciências da natureza, atrás de leis gerais que explicassem a realidade social (no qual o cientista somente observaria a realidade). O termo interpretativo vem do conceito alemão de *verstehen*, que era debatido nas ciências humanas da época como uma contraposição às ciências da natureza que usam o termo *erklären* (explicação). A diferença está em o que se busca explicar (o que chamamos de ontologia) e como se busca explicar (o que chamamos de epistemologia) enquanto uma ciência. Os debates ontológicos e epistemológicos seguem acontecendo nas ciências humanas e criam diferentes linhas de pensamento. Na concepção interpretativa, a realidade é construída pelos sentidos que as pessoas dão à ela, e por isso, interpretar os valores e sentidos da ação dos indivíduos é essencial para entender um processo social. Isso vai contra a perspectiva positivista que vimos com Comte e Durkheim, mais conectados ao debate de *erklären*, que acreditavam que a realidade é externa ao pensamento individual. Weber defendia uma união de dois princípios dessas correntes: buscar as características únicas de um fenômeno social e procurar suas causas: interpretar e explicar. Em compensação, criticava a ideia de leis sociais ou da validade de uma ciência somente pela interpretação (era necessário também a explicação). Mesmo que alguns momentos, como a escolha do objeto de estudo, possam ser subjetivos, o final do trabalho, através de métodos rigorosos e sistemáticos, sempre devem ser objetivos.

Sua sociologia, diferente de Comte e Durkheim, afirma que a realidade não é objetiva, que enquanto pessoas, temos uma abordagem subjetiva da realidade, mas que isso seria construído socialmente. Por isso, o objetivo da sociologia seria entender o sentido que as pessoas dão ao mundo e o mundo que elas constroem a partir disso. Assim, Weber assume posição oposta aos outros clássicos (Durkheim e Marx) no debate se os indivíduos produzem a sociedade ou se a sociedade produz os indivíduos.

Sua obra mais conhecida é a “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1904). Para Weber, a principal diferença da modernidade em relação às outras épocas é que ela se define pela racionalização das coisas, ou seja, a explicação racional do mundo substitui uma explicação religiosa. Portanto, para o autor, a secularização é a mais importante para definir as grandes mudanças do mundo moderno. Ele explora esse processo ao analisar a reforma protestante e as especificidades dessa fé. Sua análise afirma que as religiões têm práticas baseadas no ritual e na magia, mas que isso vai se racionalizando para uma prática baseada na ética. Esse processo começa com o judaísmo e sua perseguição à falsos ídolos e tem seu ápice no protestantismo.

Para o autor, a cultura ocidental se baseia na economia capitalista, na burocracia, no direito e na ciência, movida pela crença no progresso. A racionalização e a intelectualização, segundo ele, criam a ideia de que os meios técnicos e os cálculos poderiam dominar tudo, acabando com a necessidade de “meios mágicos” para lidar com as “forças misteriosas incalculáveis”. Afinal, tudo deveria poder ser calculável. Assim, a racionalização do mundo também é um processo de desencantamento, no qual as pessoas ao perderem a magia, vão perdendo também sentidos que orientavam sua vida e uma falta de propósito existencial. O desencantamento é um conceito que se relaciona com a secularização porém tem uma particularidade. Enquanto a secularização é a perda da centralidade da religião na vida moderna, o desencantamento é a perda do sentido religioso na vida. Ou seja, o primeiro foca mais nos aspectos institucionais e objetivos e o segundo nos aspectos mais culturais e subjetivos.

“A ÉTICA PROTESTANTE E O ‘ESPÍRITO’ DO CAPITALISMO”

Com esses interesses, Weber analisou as grandes religiões e sua relação com as civilizações. Neste estudo criou a teoria que o surgimento do capitalismo está ligado às doutrinas da religião protestante e por isso se desenvolveu nos países com essa religião. Para o autor, o protestantismo e especificamente a igreja Calvinista, criaram a cultura do trabalho como um fim em si mesmo. Em direção oposta ao pensamento de Marx no qual as coisas vem antes das ideias, nessa teoria de Weber podemos pensar que as ideias da religião protestante criaram a base para as coisas capitalistas. Tanto a direção da relação entre as ideias e as coisas muda, como também o foco. Enquanto Marx foca na produção e nas condições materiais desse sistema, Weber procura o “espírito” do capitalismo, ou seja, a cultura do capitalismo moderno e como ele é experienciado pelas pessoas em seus cotidianos. Afinal, seguindo o debate de uma ciência interpretativa, a realidade é construída pelos sentidos das ações individuais das pessoas e essa perspectiva orienta seu método e sua teoria social.

Observando estatísticas entre profissões, classes sociais e religião, Weber observa uma grande relação entre as camadas dirigentes comerciais e operários mais qualificados com a religião protestante. Procurando estabelecer uma relação de causalidade, ele aponta como isso não se explica somente por história, mas que a cultura de uma religião influencia a vida profissional. Outras culturas e religiões tiveram diversas relações com o trabalho, mas a protestante prega que o trabalho seria também uma glorificação de Deus e uma forma de salvação. Os valores criados a partir disso (como humildade, puritanismo, moderação, ordem e disciplina), da dedicação sistemática ao trabalho como centro da sua vida, seriam perfeitos para a formação desse “espírito” que trabalha muito, gasta pouco e cria poupança.

Outro ponto importante é a influência do conceito de vocação de Lutero, que prega a ideia do dever e da disciplina dos monges ascetas na vida cotidiana. No Calvinismo é pregado

a predestinação, a ideia de que os humanos estão predestinados à salvação ou à condenação, e que isso se mostraria nos ganhos com o trabalho árduo e honesto. Assim, mudando para uma forma mais positiva de ver a riqueza, porque ela agora seria a comprovação da honestidade e da salvação de uma pessoa. As outras partes da vida viram possíveis desperdícios e distrações, e o trabalho vira o maior objetivo do aperfeiçoamento moral. Portanto, essa ética religiosa puritana criaria a base para a cultura do trabalho como fim em si mesmo. Isso cria o “espírito” profissional dos tempos modernos que seria a base para a instalação da ordem econômica capitalista.

Se em todas as culturas o ser humano é dotado de razão, na cultura ocidental isso é especificamente usado para calcular todos os aspectos de sua conduta e essa racionalidade dominaria tudo e que isso traria grandes perdas à cultura. Vemos que o autor era, como outros, um pessimista da modernidade, para ele, a obsessão com a criação de ordem da racionalização, vinha junto com uma “desumanização”. Assim como as origens religiosas do da fé protestante se perderiam no “espírito” do capitalismo, o humanismo se perderia na modernidade, apesar de ser um dos seus grandes causadores.

O QUE É A SOCIEDADE? AÇÃO SOCIAL

Para o autor, a vida em sociedade só existe por causa das ações e interações das pessoas. Tudo o que vivemos em sociedade pode ser reduzido à ações realizadas pelos indivíduos, que constroem nossas regras, política e cultura. Weber procura entender não qualquer ação, mas aquela feita em relação às outras pessoas, o que ele chama de ação social. Apesar de serem feitas por indivíduos, essas ações não são individuais porque sempre têm em referência as outras pessoas. A sociologia é a ciência que interpreta a ação social e explica suas consequências, ou como o autor define: “Sociologia significa uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la em seu curso e seus efeitos” (WEBER, 1994, p.03).

A ação social é o objeto de estudo da sociologia weberiana, que procura também o motivo dessa ação. Essa motivação está em um contexto mais amplo, e é preciso estabelecer uma conexão de sentido para entender que tipo de ação social está sendo realizada. Weber afirma que existem quatro tipos de ação social, que todas nossas ações sociais podem ser explicadas dentro dessas categorias.

Os tipos de ação social são: ação social referente a fins; ação social referente a valores; ação social afetiva e ação social tradicional. Elas estão em uma escala de racionalidade, de maior grau de racionalidade no começo que vai diminuindo até a última:

- A ação social referente a fins, a mais racional, é a ação na qual o indivíduo determina racionalmente seus objetivos e escolhe os meios mais adequados para atingi-los levando em conta suas consequências.
- A ação social referente a valores não foca nos resultados, mas no valor intrínseco da ação (que pode ser ético, estético, religioso, etc), existe a racionalidade de se agir de acordo com um valor mas não totalmente, pois o que importa não são os seus efeitos, como na anterior.
- A ação social afetiva é determinada por afetos ou estados emocionais, em geral voltada para a satisfação imediata de um impulso.
- E finalmente a ação social tradicional é aquela determinada por um costume ou hábito, que quase não há reflexão sobre seu sentido e por isso seria a menos racional.

Essas categorias são **tipos ideais**, ou seja, construções abstratas que não existem de forma pura na realidade, mas importantes ferramentas de análise no método weberiano. Para tentar classificar uma ação social dentro de uma delas, é fundamental partir do sentido que o indivíduo que a realizou deu a aquela ação. Imagine que ao observar uma ação social você perguntasse à pessoa porque ela fez isso e a partir de sua explicação você procurasse a categoria. Por exemplo, se ela responder baseada em um objetivo claro, conseguindo explicar os passos feitos, é uma ação social referente a fins. Porém, se ela afirmar que fez “porque é o certo” seria uma ação social referente a valores. Se ela não conseguir explicar diretamente, podemos pensar que tem menos reflexividade na ação, menos racionalidade. Se a resposta for na base de uma emoção ou mais reativa, seria uma ação social afetiva. E finalmente, se a resposta for parecida com “porque todo mundo faz assim”, ou “porque é assim que sempre foi feito”, será uma ação social tradicional. Nossas vidas são constantes dessas ações, lembrando que o que as classifica é o sentido dado por quem as realizou. Qual foi o último abraço que você deu? Foi pela emoção do momento, ou pela etiqueta social? E se foi porque era o esperado de você, como você significa essas regras sociais? Elas são importantes para a vida coletiva ou puros hábitos? Respondendo essas perguntas é possível analisar e utilizar as ferramentas weberianas para categorizar as ações.

PODER E DOMINAÇÃO

Quando várias pessoas agem com base na expectativa das ações dos outros, Weber chama de relação social: um comportamento reciprocamente referido, ou seja, as ações sociais

se fixam em relações sociais. Como por exemplo, temos amizade, luta ou uma compra, essas são relações sociais que se estabelecem em formas específicas em cada cultura, cuja seus indivíduos partilham e constroem. Essas relações transmitem ideias e valores de uma sociedade, legitimando certos comportamentos ou reprimindo outros. Para Weber as relações sociais são a base das ordens sociais como o Estado, o direito, a economia ou a religião. A partir de ações sociais comerciais podemos encontrar as relações sociais comerciais, que constroem a ordem social comercial.

Um exemplo de como ele constrói esses modelos se dá em sua teoria política. Para ele, o poder é a capacidade de impor sua vontade em uma relação social, por isso está em todas as esferas e pode ser pequeno e temporário, ou grande e permanente. Seu método permite enxergar relações de poder das menores e menos estabelecidas às maiores e mais fixadas. Porque sua teoria parte do princípio que os indivíduos constroem a sociedade, ao analisar estruturas de poder, ele vai olhar para como os indivíduos dão sentido a essa situação. Então a pergunta partiria de porque os indivíduos obedecem nessa situação? Que sentido é criado para fazer com que obedecer seja melhor que resistir?

A partir disso ele constrói sua teoria de dominação. Quando, em uma relação de poder, o subordinado aceita e obedece, considerando a dominação desejável ou suportável o suficiente para não ser questionada, essa dominação é legítima. Isso não significa que ela é justa, correta ou racional, somente que existe uma aceitação pelos subordinados. Autoridades exercem e mantêm seu poder, é um fenômeno social constante no qual quanto mais força ou violência for necessário, menos legítima elas são. Afinal, segundo o autor, nenhuma relação baseada somente no uso da força se mantém por muito tempo, e para ser dominação precisa de algum reconhecimento de sentido do subordinado.

Dominação é a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas em uma determinada relação. Por exemplo, um professor tem com um aluno na sala de aula uma relação de poder, na qual é socialmente aceito que na duração da aula ele mande em seu aluno. Essa relação é estabelecida socialmente, e temos diversos tipos de autoridade em nossas vidas que não questionamos que devemos obedecer. A probabilidade de um aluno aceitar as ordens de um professor é alta, dado que é uma relação de dominação socialmente legítima.

O autor ainda cria três tipos ideais de dominação, que possuem legitimidades diferentes, a dominação legal está baseada na racionalidade das ordens estabelecidas, em geral baseada em leis e instituições; a dominação tradicional que tem sua legitimidade baseada na tradição, em geral relacionada à santidade do senhor tradicional e finalmente a dominação carismática, que tem sua legitimidade baseada no carisma de um líder.

A dominação tradicional se apóia na crença de uma virtude ou superioridade de antigas regras e estão em culturas com poucas mudanças. Em geral o líder é um patriarca envolvido

com alguns mitos ou conexão com o sagrado. Essa forma de dominação honra os comportamentos rotineiros. É um modo pela qual se cria e se preserva a desigualdade. Para o autor não é baseado em ganhos econômicos, mas em status que foram selecionados e mantidos, até não serem mais questionados. Um exemplo é a dominação masculina.

A carismática se baseia na devoção à uma pessoa e à ordem criada por ela. O líder possui um caráter excepcional de santidade, heroísmo ou exemplo de ideal. Seus seguidores associam suas qualidades com algo de supernatural e extraordinário e concordam e dar um status especial a seu líder. É uma força que quebra com os padrões tradicionais ou legais e por isso é revolucionária. Essa autoridade se mantém pelos seus feitos incríveis, por exemplo se for um profeta, através de milagres, mas se for um guerreiro, pelo seu heroísmo, para “provar” sua missão divina (não precisa acontecer, só precisa que seus seguidores acreditem que tenha acontecido). Em geral os seguidores são desesperados e entusiastas, praticando uma devoção. Por ser extremamente associado à uma personalidade, é uma dominação mais instável, e se não se estabelece em outro tipo de dominação, corre o risco de não conseguir ser transferida a um sucessor.

A dominação legal se baseia em motivos “racionais”, da legalidade das regras e autoridades estabelecidas. Regulações se desenvolvem em diversas sociedades. Na nossa, é a letra da lei, que foi estabelecida por uma administração profissional de justiça, com treino formal e sistemático. Weber associa isso com o surgimento da racionalidade e burocracia no ocidente, mas não necessariamente essa é a única conclusão. Em geral tem um sistema político por trás que funciona de forma parecida, com regras estabelecidas e previsíveis, não pessoais. A legitimidade está nas regras e não nos líderes (diferente da carismática) nem na tradição da posição (diferente da tradicional). É uma dominação que cria uma estrutura administrativa, muitas vezes uma burocracia. Para Weber, o futuro seria cada vez mais repleto de dominação racional-legal.

A partir dessas definições de dominação e poder, Weber define o Estado como uma comunidade humana que dentro dos limites de um território tem o monopólio legítimo da violência. Um grande exemplo é como em nossas vidas o uso da força pela polícia ou pelo exército são os únicos legítimos, porque representam o Estado que devemos obedecer (isso não leva em conta o abuso de força que pode sim ser perseguido). E a última definição importante do autor é a de política. Para ele, a política é a capacidade de exercer poder, mais especificamente, de influenciar a divisão de poder na esfera do Estado, ou seja, na ordem social construída pelas relações sociais estabelecidas de organização e controle do aparato estatal.

CAPÍTULO II:

ESTADO, PODER E POLÍTICA

CAPÍTULO II: ESTADO, PODER E POLÍTICA

Neste capítulo, vamos explorar a formação e a evolução do Estado Moderno, também chamado de Estado-nação, destacando seu surgimento na Europa a partir do século XIV como uma nova forma de organização política e social, baseada na centralização do poder e na soberania sobre um território definido. Para compreender como esse modelo se consolidou ao longo do tempo, será necessário conhecer as principais teorias contratualistas, formuladas por pensadores como Hobbes, Locke e Rousseau, teóricos que explicam a origem do Estado a partir da ideia de um contrato social. Em seguida, vamos analisar como diferentes modelos de Estado se desenvolveram historicamente, refletindo os contextos sociais, econômicos e ideológicos de cada época. A partir dessa análise, também será possível aprofundar a compreensão sobre os conceitos de democracia e cidadania. Discutiremos como os direitos e deveres dos cidadãos foram se transformando ao longo da história, com especial atenção ao caso brasileiro, onde esses processos ganharam contornos próprios. Por fim, o capítulo abordará o papel dos movimentos sociais na construção da cidadania e na ampliação de direitos. Esses movimentos representam formas coletivas de organização e resistência, que dialogam, confrontam e pressionam o Estado em busca de justiça social e mudanças estruturais.

1) GLOSSÁRIO

Antes de entrar nas discussões a respeito dos temas de Estado, poder e política criamos um glossário com os termos e conceitos considerados mais importantes para a compreensão dessa discussão vasta.

- **Estado:** Uma comunidade organizada em um território determinado e sob uma mesma estrutura política. A não ser que haja separação de território ou colonização, o Estado não muda ao longo do tempo.
- **Chefe de Estado:** O mais alto representante de um Estado. Função diplomática, representa o poder soberano de um país.
- **Governo:** É o sistema por meio do qual se organiza o controle e a administração de um Estado ou comunidade, o que pode mudar ao longo do tempo. A palavra também é usada para se referir ao grupo específico que detém o poder Executivo no momento.

- **Chefe de Governo:** Responsável pela direção e coordenação das funções executivas de governo.

FORMA DE ESTADO (ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO)

Diz respeito ao nível de centralização dos poderes, ainda que o Estado represente um mesmo grupo, seu território pode ser subdividido para fins políticos e administrativos.

- **Estado Federativo:** Quando subdivisões do território estatal têm certa autonomia em relação ao poder central. É o caso, por exemplo, do Brasil em que cada estado pode ter uma constituição própria, e possui seu próprio poder legislativo. Outro exemplo são os Estados Unidos, onde estados dispõem de ainda mais autonomia em relação ao poder central. Certos temas como a legalização das drogas, a legalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo foram aprovados em alguns estados e não em outros.

- **Estado Unitário:** Quando não há essa subdivisão política do território e as decisões são tomadas apenas pelo poder central. Esse modelo é mais encontrado em países de pequena dimensão territorial, como a Dinamarca e a Colômbia.

FORMA DE GOVERNO (QUEM MANDA?)

Diz respeito à maneira como se determina o chefe de estado e como se entende a legitimidade do governante.

- **República:** do latim “coisa pública” essa forma de governo se caracteriza pela concepção de que o Estado não pertence a nenhum indivíduo ou grupo, mas é propriedade da população que o compõe, é público. Assim, o(a) chefe de Estado deve ser um(a) representante do povo como um todo, portanto ele(a) é eleito ou apontado por um período restrito de tempo e tem seu poder controlado por diversos dispositivos políticos. O termo é muito associado à ideia de democracia, pois também em geral quer dizer a participação política dos cidadãos e a escolha via eleições. Na república é importante a ideia de alternância de poder, representação do povo pelos políticos e divisão dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), que culminam na proteção dos interesses públicos sobre os particulares e os possíveis abusos de poder. Outro conceito central à ideia de república é a igualdade formal entre os cidadãos.

- **Monarquia:** Nesse caso, a chefia do Estado pertence a(o) representante da família real. Seu mandato é vitalício e hereditário. Hoje em dia, na maior parte dos países em que essa forma de governo ainda é implantada, o poder do rei não é absoluto (como o dos reis absolutistas como Louis XIV na França), mas é restrito por dispositivos políticos como, por exemplo, a constituição. Além disso, no geral, como na Inglaterra e na Holanda, o chefe de Estado dispõe de muito pouco ou nenhum papel político de fato, ele é sobretudo simbólico.

REGIME POLÍTICO (DE ONDE VEM O PODER?)

O que concede legitimidade aos que governam, ou por que se considera que aqueles que governam devem governar.

- **Aristocracia:** Em grego “Governo dos melhores”, a ideia aqui é que um pequeno grupo, geralmente a nobreza, é mais qualificado para governar em nome do bem comum. Encontramos esse tipo de regime na Grécia Antiga e no Feudalismo.

- **Democracia:** Do grego “Governo do Povo”, esse regime político se caracteriza pelo fato de todos os cidadãos disporem, pelo menos em teoria, de oportunidade igual para participarem das decisões políticas do país.

- Democracia direta: Na democracia direta o povo atua diretamente e ativamente nas decisões políticas.

- Democracia indireta (representativa): Na democracia representativa o povo elege representantes que realizam as decisões políticas em seu nome.

- Democracia participativa: A democracia participativa é um tipo democrático que junta as formas de democracia direta e indireta. O povo elege representantes para atuar na política, mas também realiza formas de participação direta como os referendos, plebiscitos, orçamentos participativos, entre outros.

SISTEMA DE GOVERNO (COMO MANDA?)

Como se determina o chefe de governo e como são as relações entre os Três poderes.

- **Presidencialismo:** O chefe político é eleito pelo povo, acumula as funções de chefe de Estado e de Governo e representa o poder Executivo. Encontramos nesse sistema uma separação clara entre os três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo.

- **Parlamentarismo:** Há eleições diretas (em que o povo vota) para o poder Legislativo, que por sua vez escolhe os membros do poder Executivo determinando a duração de seu mandato. Nesse caso o poder Legislativo e Executivo estão intimamente ligados.

Chefe de governo: Primeiro ministro ou Chanceler

Chefe de Estado: Rei, Rainha, ou Presidente.

DIVISÃO DOS TRÊS PODERES

A célebre frase “O Estado sou eu” do rei francês Luís XIV representa bem o poder ilimitado dos monarcas europeus durante o período absolutista. Os reis e rainhas absolutistas acumulavam os três poderes: legislativo, executivo e judiciário, ou seja, eles tinham o poder de redigir e executar as leis, administrar o Estado, além de julgar seus súditos. A defesa da divisão dos poderes surge com a necessidade de limitar e descentralizar o poder dos monarcas. John Locke (1632 - 1704), autor contratualista que iremos ver neste capítulo, defendia a separação dos poderes em legislativo e executivo. O autor defende que a imparcialidade da aplicação das leis só seria possível com a distinção dos indivíduos que criam e aplicam as leis. Para Locke, o Legislativo é o poder mais importante dentro de um sistema político e os demais poderes deveriam se submeter a ele. Charles de Montesquieu (1689 - 1755) é um dos principais intelectuais defensores da divisão dos poderes. Montesquieu é importante pois aponta a necessidade da separação dos três poderes, desenvolvendo um sistema de freios e contrapesos como ferramenta de controle recíproco entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. Segundo o autor, a concentração dos três poderes nas mãos de uma só pessoa impede o exercício da liberdade e afeta os direitos individuais e coletivos. A divisão impediria a possibilidade de um governante tornar-se tirânico e autoritário. O modelo de Montesquieu foi vitorioso e adotado pelas constituições dos países no ocidente, a partir das Revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, como alternativa ao modelo adotado pelas monarquias absolutistas. Esse modelo foi adotado pelos Estados liberais e tornou-se indispensável ao exercício da democracia representativa.

2) CRIAÇÃO DO ESTADO MODERNO OU ESTADO-NAÇÃO

O Estado Moderno, ou Estado-nação, surge na Europa a partir do século XIV como uma nova forma de organização política e social. Ele é definido pela centralização do poder, pela soberania sobre um território delimitado e pela união de um povo com identidade cultural compartilhada. Essa forma de Estado consolidou-se em oposição às estruturas políticas descentralizadas

da Idade Média, como os feudos, unificando diferentes poderes sob uma autoridade central.

O conceito de nação refere-se ao compartilhamento de costumes, práticas, história, língua e crenças entre os membros de um grupo. No Estado-nação, esses indivíduos constituem um povo, cuja identidade está diretamente ligada ao espaço geográfico que ocupam, ou seja, o território. Hoje, a divisão política em Estados (países) e o vínculo entre território e pertencimento nos parece muito natural, mas, como podemos perceber, essa organização nem sempre existiu.

Uma das principais características do Estado Moderno é a centralização do poder, reunindo funções que antes eram dispersas, como o poder de mando, o controle militar, a criação de estruturas jurídicas, a cobrança de impostos e a formação de um corpo administrativo burocrático. Essa organização fortaleceu a capacidade do Estado de impor leis, defender fronteiras e gerenciar os recursos, consolidando-se como o modelo predominante de governança em boa parte do mundo. O Estado moderno tem outros elementos essenciais: além do povo e do território, um Estado é composto por um governo, que é a esfera máxima da administração de um Estado; e possui soberania, que é a autoridade máxima concedida a um Estado para reger a sua população.

Ao longo da história, o Estado se organiza de diferentes formas que veremos em mais detalhes a seguir. Dois aspectos interessantes a serem observados em cada uma das formas-históricas que o Estado assume são:

- O tamanho do Estado reflete o grau de intervenção estatal na sociedade e na economia. Um Estado mínimo desempenha apenas funções básicas, como segurança e justiça, deixando a economia e questões sociais sob responsabilidade do mercado ou dos indivíduos. Já um Estado forte exerce um papel mais amplo, intervindo diretamente na economia, nas relações sociais e na garantia de direitos, o que demanda maior arrecadação de impostos e uma estrutura mais complexa.
- O poder do governante pode ser limitado, ou absoluto. No primeiro caso, existem mecanismos que restringem a atuação do governante, como a separação de poderes e a existência de uma constituição. No segundo, há pouca ou nenhuma limitação ao governante, que detém autoridade plena sobre as decisões do Estado.

3) CONTRATUALISTAS

O Estado moderno, como já mencionado, é uma organização de poder que tem origem na Europa do século XIV. Há, ao longo da história, diversos filósofos e intelectuais que buscam compreender e justificar a formação do Estado moderno, além de contribuir com a teoria polí-

tica sobre os modelos de Estado a partir de uma visão individualista. Nesse segmento iremos abordar três autores que denominamos como contratualistas.

Os contratualistas têm em comum a ideia de que antes da existência de um Estado, os indivíduos se encontravam em um estado de natureza, e que essa passagem para o estado político, no qual indivíduos se submetem a um Estado, com um governante que rege sobre todos os demais indivíduos, se dá através de um contrato social. A ideia de contrato implica que os indivíduos dão seu consentimento para essa submissão ao Estado, em troca de algumas garantias. Cada autor tem uma visão diferente sobre as especificidades do estado de natureza, o que se perde e se ganha com o contrato social e o tipo de Estado ideal que defendem. Vamos ao primeiro deles.

O primeiro autor do qual vamos tratar é Thomas Hobbes (1588 - 1679), um filósofo político inglês, cuja obra principal “O Leviatã” (1651) traz uma concepção de Estado soberano extremamente importante para o pensamento político ocidental moderno.

Hobbes compreende a natureza humana como sendo movida por instintos, paixões e pela defesa de seus interesses particulares. Uma vez que os recursos naturais, como terra, alimento e água são limitados, todos estariam em conflito constante por esses recursos. O autor define o momento anterior à constituição do Estado, o estado de natureza, como um momento em que os indivíduos se encontram em uma situação sem leis e sem qualquer tipo de organização social, na qual a defesa dos próprios interesses faz com que cada um seja uma ameaça ao outro. Para Hobbes, nesse estado de natureza todos possuem o direito natural, que se refere à liberdade de utilizar seu próprio poder e força para defender sua vida e se auto preservar.

Com o objetivo de acabar com a guerra constante de todos contra todos, Hobbes afirma que o indivíduo estabelece um contrato social, que marca a passagem do estado de natureza para o estado político, ou para o Estado propriamente dito. A constituição do Estado nasce de um contrato, a partir do qual os súditos abdicam de sua liberdade e direito natural (presentes no estado de natureza) pela garantia de paz e segurança de todos, com a condição de se submeterem ao soberano, ou como Hobbes o chama, o Leviatã. O Leviatã, figura central da tese de Hobbes, é criado de maneira artificial pelos indivíduos, ou seja, ele não é uma figura que surge naturalmente e nem de forma externa. Isso é extremamente importante, pois nos mostra que Hobbes se contrapõe à tese do direito divino dos Reis e Rainhas e define a construção do Estado como fruto da decisão política dos indivíduos.

A imagem abaixo é uma das representações imagéticas do Leviatã de Hobbes e compreendê-la é essencial para compreender sua teoria. Nela observa-se que o corpo de Leviatã é composto por um conjunto de indivíduos, o que representa sua criação resultada de um contrato social coletivo, também traz a ideia do soberano e seus súditos como um só, ou seja com os mesmos interesses. A sua coroa representa a Monarquia, que é o sistema político defendido por

Hobbes. Em sua mão direita segura uma espada que representa a defesa da segurança dos súditos e, em sua mão esquerda, o cetro, que representa a sua soberania e seu poder absoluto. Não há leis acima do Leviatã, pois ele acumula todos os três poderes: executivo, legislativo e judiciário. O Soberano possui toda a autoridade sobre os seus súditos, podendo assim atuar e intervir para garantir a segurança, ordem e paz social.



Fonte da imagem: <https://cafecomsociologia.com/o-leviata-thomas-hobbes/>

John Locke (1632 - 1704) foi um filósofo britânico que defendia que os indivíduos possuem direitos naturais, à vida, à liberdade e à propriedade. Diferente de Hobbes, Locke não enxerga o estado de natureza como um ambiente de guerra de todos contra todos. Em “Dois Tratados sobre o Governo Civil” (1689) o autor defende que o estado de natureza se configura como um estado de sociabilidade natural, na qual os indivíduos, regidos pela razão, e pelas leis naturais, se defendem, se protegem e se autopreservam, mas acima de tudo, preservam o coletivo. No estado de natureza, os indivíduos são livres e não se submetem às vontades de outros.

O contrato social surge como necessidade de preservar os direitos naturais que todos já possuem, mas que no estado de natureza são preservados pela lei da natureza e não são firmados como um acordo de fato, podendo ser submetidos a interesses particulares. O Estado tem, portanto, o papel de assegurar os direitos naturais já existentes e de garantir o bem comum. Para Locke, é importante que esse contrato não signifique a submissão dos indivíduos a um soberano, podendo ser revogado caso prejudique os direitos naturais e consenso dos indivíduos. A proteção da propriedade privada é um dos valores mais importantes para Locke, sendo evidente sua defesa de um sistema baseado no liberalismo político.

Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778) é um filósofo iluminista, nascido na Suíça. Em seus livros “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (1755) e “Do contrato social” (1762), o autor critica Locke e Hobbes, além de buscar formas de

compreender a necessidade e origem do Estado e sua defesa do melhor modelo de Estado.

Diferentemente de Locke, Rousseau defende que o estado de natureza antecede à razão humana, sendo um momento sem linguagem bem desenvolvida, sem uma sociedade bem instituída e sem um código de normas morais estabelecido. Nesse estado os indivíduos seriam governados pela vontade de se auto preservar.

O contrato social teria origem na vontade geral, ou seja, na busca pelo bem comum. A vontade geral é um conceito extremamente importante para o autor. Rousseau defende a entrega completa dos indivíduos por esse bem comum, pois dessa forma, ao se submeter ao contrato pelo bem comum, todos estariam obedecendo a ninguém mais do que a si mesmos.

Com o surgimento da propriedade privada e acumulação de bens, haveria então o surgimento das desigualdades sociais, uma vez que alguns indivíduos possuiriam bens aos quais outros indivíduos não teriam acesso. Essa desigualdade gera conflito. De forma a evitar esse fenômeno, os indivíduos criariam o contrato social, constituindo um tipo de sociedade política cujas decisões seriam baseadas na vontade geral. Como no modelo defendido por Rousseau a vontade geral é fruto de uma entrega completa dos indivíduos, torna-se impossível haver qualquer tipo de representação política dos interesses dos indivíduos. O autor, então, sustenta um modelo político de democracia direta, na qual todos os indivíduos seriam ativos politicamente, exercendo sua soberania e buscando sempre o bem comum. Rousseau foi um intelectual extremamente importante e influente na Revolução francesa.

4) TIPOS DE ESTADO

Como vimos anteriormente, o Estado Moderno é uma forma de organização política e social que surgiu na Europa a partir do século XIV. Ele se caracteriza pelo poder político centralizado, pela noção de território delimitado e pelo pertencimento da população a uma nação. Ou seja, é o que hoje entendemos como país, ou simplesmente Estado.

Ao longo dos séculos, esse modelo de Estado se espalhou pelo mundo, assumindo diferentes formas conforme as transformações econômicas, sociais e ideológicas de cada época.

Neste segmento, vamos estudar os principais tipos que o Estado Moderno assumiu na história: o Estado Absolutista, o Estado Liberal, o Estado Socialista, os Estados Nazi-Fascistas, o Estado de Bem-Estar Social, e o Estado Neoliberal. Em cada caso, vamos analisar como se organizam a economia, o poder político e a sociedade, além dos valores centrais que sustentam cada modelo.

ESTADO ABSOLUTISTA

O Estado absolutista foi a primeira forma histórica do Estado moderno e se caracteriza pela unidade territorial, com o poder centralizado e unificado sob a autoridade do monarca. O Absolutismo predominou na Europa entre os séculos XVI e XVII, especialmente na França, Espanha e Inglaterra. Foi um modelo que acompanhou a transição entre o feudalismo e o capitalismo, caracterizado pela formação de exércitos nacionais, unificação das leis e centralização das decisões políticas e econômicas. Dos tipos de Estado que estudaremos, é o único que se organiza como uma monarquia, tendo como principal defensor ideológico o filósofo contratualista Thomas Hobbes.

Na esfera política, o Estado absolutista é caracterizado pela concentração do poder político na figura do monarca. O rei acumulava os três poderes (legislativo, executivo e judiciário), podendo criar leis, julgá-las, executá-las, decretar guerras e cobrar impostos sem a necessidade de aprovação de outros órgãos ou instituições. Não havia separação entre público e privado: o Estado e os recursos do reino eram vistos como extensões do próprio rei. O poder era justificado pela ideia do “direito divino dos reis”, segundo a qual a legitimidade real vinha diretamente de Deus.

A base econômica ainda era feudal, baseada na posse da terra como principal fonte de riqueza. A nobreza e o clero eram os grandes proprietários de terras, enquanto a plebe trabalhava em regime de servidão. O rei exercia centralização econômica, organizando impostos, comércio e investimentos de acordo com os interesses da Coroa.

A sociedade era hierárquica e estamental, marcada pela desigualdade de direitos e pela rigidez nas posições sociais. No topo estavam a nobreza e o clero, que acumulavam privilégios políticos, econômicos e simbólicos; na base, a plebe, que incluía trabalhadores do campo e das cidades, além de uma burguesia ainda em ascensão. Não havia mobilidade social, e o pertencimento a uma classe era determinado pelo nascimento. A Igreja Católica desempenhava um papel central na legitimação dessa ordem social, exercendo influência tanto sobre os costumes quanto sobre o poder político.

ESTADO LIBERAL

O Estado Liberal surge no contexto das grandes revoluções burguesas: a Revolução Inglesa (1688), a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Esses eventos marcaram profundas transformações políticas e ideológicas, mudando a forma como o poder era entendido e organizado nas sociedades ocidentais. Em contraposição ao absolutismo, consolida-se uma nova forma de Estado, baseada nos princípios da liberdade individual, da propriedade privada e da limitação do poder do governante. O Estado Liberal foi fortemente influenciado pelas ideias do filósofo contratualista John Locke, como a defesa dos direitos natu-

rais à vida, à liberdade e à propriedade, bem como a noção de que o poder do governante só é legítimo quando deriva do consentimento dos governados.

Do ponto de vista político, o Estado Liberal introduziu ideias fundamentais que ainda hoje estruturam grande parte das democracias modernas. Uma das principais é a separação entre esfera pública e esfera privada. A esfera pública diz respeito ao Estado e à vida coletiva: aquilo que envolve o interesse de todos, responsabilidade do Estado, e deve ser orientado pelo bem comum. Já a esfera privada refere-se à vida pessoal, à liberdade individual e à propriedade, ou seja, àquilo que é de responsabilidade do indivíduo e sobre o qual o Estado não deve interferir.

Outra ideia central é a da soberania popular: o poder emana do povo e não mais da tradição, ou da vontade divina. Assim, os governantes devem exercer seu poder em nome da população, que se torna, ao menos em teoria, a verdadeira fonte de legitimidade do Estado. Nesse contexto, também se afirma a necessidade de um Estado laico, isto é, separado da religião, garantindo que nenhuma crença tenha privilégio nas decisões políticas e nas leis. A forma de participação política consagrada nesse modelo é a democracia representativa, na qual os cidadãos escolhem seus representantes por meio do voto.

Para evitar abusos de poder, consolida-se também o princípio da divisão dos poderes, como um instrumento para limitar o poder do governante. O poder do Estado deve ser dividido entre três esferas independentes: o Executivo, que governa; o Legislativo, que elabora as leis; e o Judiciário, que garante seu cumprimento. Além disso, a existência de uma Constituição escrita e reconhecida por todos torna-se um pilar fundamental do Estado Liberal, funcionando como um conjunto de regras ao qual todos, incluindo os governantes, devem se submeter.

Do ponto de vista econômico, o Estado Liberal estabelece uma economia de mercado, baseada na livre iniciativa, na livre concorrência e na mínima intervenção estatal. “O mercado” é uma abstração que representa o conjunto de trocas econômicas entre agentes privados (como consumidores, empresas, bancos e investidores) dentro de uma sociedade. É importante destacar que o mercado não é uma entidade com vontade própria, embora muitas vezes seja tratado assim na linguagem comum (“o mercado está nervoso”, “o mercado reagiu”). Na verdade, o que chamamos de mercado é a síntese de diversas ações e interesses privados, geralmente orientados pela busca do lucro.

Uma economia de mercado é um sistema em que a produção, a distribuição e os preços dos bens e serviços são determinados principalmente pelas leis da oferta e da procura, com pouca ou nenhuma interferência direta do Estado. Inspirado nas ideias de Adam Smith, esse modelo entende que ao buscar seu próprio interesse, cada indivíduo contribuiria para o bem-estar coletivo, como se guiado por uma “mão invisível”. Nesse cenário, o papel do Estado se limita a garantir a ordem, a segurança e a proteção da propriedade, configurando o que chamamos de Estado mínimo.

Na esfera social, com o Estado Liberal se inaugura o que chamamos de sociedade de classes. Diferente das sociedades aristocráticas do Antigo Regime, baseadas em estamentos rígidos e privilégios de nascimento, uma sociedade estratificada em classes permite, ao menos em teoria, a mobilidade social por meio da acumulação de riqueza. Isso se deve à consolidação do princípio de igualdade formal entre os indivíduos, ou seja, a ideia de que todas as pessoas são iguais por natureza e devem ter os mesmos direitos perante a lei. As duas principais classes sociais que se consolidam nesse contexto são a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver.

O Estado Liberal, que coincide com o processo de industrialização e urbanização, acaba por gerar uma situação insustentável de desigualdade social. Uma crescente tensão social, com uma classe trabalhadora explorada e sem direitos, culmina em movimentos sociais e políticos exigindo mudanças. (É também nesse contexto que surge a sociologia!)

O Estado Socialista, os Estados Nazi-fascistas e o Estado de Bem-estar Social emergem como respostas diferentes a essa crise do estado liberal.

ESTADO SOCIALISTA

O Estado Socialista surge em oposição ao Estado Liberal e aos problemas econômicos e sociais que emergiram com a expansão do capitalismo, especialmente as desigualdades extremas e a exploração da classe trabalhadora. Inspirado nos escritos de Marx e Engels, o objetivo central desse novo sistema era abolir a propriedade privada, superar o capitalismo e eliminar a desigualdade de classes. Diferente do Estado Liberal, que tem como valor central a liberdade individual, o Estado Socialista prioriza a igualdade e a justiça social. Trata-se, portanto, de uma outra leitura sobre que valor seria mais fundamental para a efetivação de uma democracia: a liberdade individual, como defendem os liberais, ou a igualdade material, como propõem os socialistas. A primeira experiência socialista teve início com a Revolução Russa de 1917, que levou à criação da União Soviética.

Na teoria comunista, o socialismo é uma etapa transitória entre o capitalismo e o comunismo. Nessa fase, o Estado exerce um papel central, especialmente no controle dos meios de produção (fábricas, terras, bancos etc.), que passam a ser estatais, e não mais propriedade privada dos capitalistas. O objetivo é garantir igualdade social abolindo a desigualdade de classes para que, no comunismo, o Estado possa deixar de existir. Nesse estágio final, sem propriedade privada, desigualdade ou exploração, a sociedade seria coletivamente administrada. O comunismo, no entanto, permaneceu apenas no plano teórico, nunca tendo sido implementado na prática.

No Estado Socialista, a economia deixa de ser orientada pelo mercado e passa a ser organizada de forma planificada. Isso significa que as decisões econômicas (como o que produzir,

quanto produzir e a que preço) são tomadas pelo Estado, por meio de planos centralizados, geralmente de longo prazo. Os meios de produção (fábricas, terras, bancos, etc.) são estatizados, ou seja, deixam de ser propriedade privada e passam a ser controlados pelo poder público. A lógica do lucro é substituída por uma lógica de planejamento coletivo voltada à satisfação das necessidades sociais.

Na esfera política, o Estado Socialista propõe uma ruptura com o modelo liberal, rejeitando o pluralismo partidário e a alternância de poder. Em seu lugar, institui-se um sistema de partido único que se apresenta como representante dos interesses da classe trabalhadora. A participação política se dá por meio de conselhos populares, formados por operários, camponeses. Chamamos esse princípio de centralismo democrático: A ideia é que os conflitos de interesse podem existir dentro do partido, mas devem ser resolvidos internamente, resultando em uma posição comum a ser seguida por todos.

No campo social, o Estado socialista se propõe a eliminar a divisão de classes sociais, dando fim à luta de classes. A ideia central é a construção de uma sociedade igualitária, na qual todas as pessoas tenham acesso à educação, saúde, trabalho e moradia. Na prática, entretanto, as diferentes experiências socialistas encontraram diversos problemas. Embora tenham ocorrido avanços importantes, como a ampliação da educação básica e melhorias nos indicadores de saúde, essas conquistas muitas vezes vieram acompanhadas de fortes limitações à liberdade individual, repressão a dissidentes e centralização excessiva do poder. Assim, apesar do objetivo de superar a desigualdade, os regimes socialistas efetivamente implementados revelaram tensões entre justiça social e autoritarismo político.

ESTADOS NAZI-FASCISTAS

Os Estados nazifascistas surgiram na Europa nas décadas de 1920 e 1930, em um contexto de crise econômica, instabilidade política e descontentamento social após a Primeira Guerra Mundial. Os principais exemplos históricos são o fascismo italiano, liderado por Benito Mussolini, e o nazismo alemão, sob o comando de Adolf Hitler. Esses regimes se opunham ao liberalismo e ao comunismo, defendendo que tanto os interesses individuais, quanto os de classe deveriam ser subordinados aos interesses do Estado e da nação.

As ideologias nazifascistas se fundamentam em um nacionalismo extremado. No apelo a uma identidade nacional fictícia, idealizada e excludente, baseada em mitos históricos, traços culturais específicos e, no caso do nazismo, em critérios raciais. Essa noção de “nação pura” exigia a eliminação de qualquer elemento considerado estranho ou degenerado, justificando a perseguição a grupos inteiros. Para garantir a coesão interna, os regimes nazifascistas recorriam à criação de inimigos - internos, como judeus, comunistas e opositores políticos; e externos, como outras nações vistas como ameaça à expansão ou pureza nacional. Assim, a ideologia não ape-

nas sustentava o autoritarismo, mas também orientava a violência de Estado como instrumento de “purificação” e unidade nacional.

Os regimes nazifascistas são exemplos clássicos de totalitarismo: a forma mais extrema e completa de autoritarismo. O totalitarismo se caracteriza pela proibição de partidos de oposição, pela repressão à dissidência individual frente ao Estado e pelo exercício de um elevado grau de controle sobre a vida pública e privada dos cidadãos. Um regime totalitário tem como objetivo controlar praticamente todos os aspectos da vida em sociedade (incluindo a economia, a educação, a arte, a ciência, a vida íntima e os valores morais) impondo uma visão de mundo única e hegemônica. No lugar do pluralismo político, estabelece-se um partido único de massas, responsável por mobilizar a população e difundir a ideologia oficial. O poder se concentra nas mãos de um líder carismático e autoritário, cuja autoridade não encontra limites legais ou institucionais.

A economia era baseada no mercado, mas fortemente controlada pelo Estado. As empresas permaneciam privadas, porém esperava-se que seguissem as diretrizes do governo, estabelecendo uma aliança com as elites econômicas, às quais o regime prometia estabilidade e proteção contra revoluções sociais. O objetivo central era construir uma economia nacional autossuficiente, reduzindo a dependência de grupos financeiros e industriais estrangeiros.

Na esfera social, os regimes nazifascistas promoviam uma rígida divisão entre “nós” e “eles”, cultivando a ideia de uma comunidade nacional homogênea, unida contra inimigos internos e externos. Essa lógica rejeitava tanto o individualismo liberal quanto a identidade de classe proposta pelo socialismo. A única forma legítima de pertencimento era à nação e qualquer grupo que desafiasse essa homogeneidade era marginalizado, perseguido ou eliminado. Minorias étnicas, religiosas, políticas e sociais, como judeus, comunistas, homossexuais e pessoas com deficiência, eram consideradas ameaças à “pureza” e à unidade nacional. A coesão social era mantida por meio da vigilância, da propaganda e da repressão sistemática.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem-Estar Social se consolidou especialmente após a Segunda Guerra Mundial, como resposta às crises do capitalismo e à ameaça de avanço do socialismo. Seu objetivo principal era combinar o modelo capitalista com justiça social, oferecendo uma rede de proteção que garantisse direitos básicos à população. Um dos principais teóricos desse modelo foi o economista John Maynard Keynes, que defendia a intervenção do Estado na economia para estimular o emprego, regular as relações entre capital e trabalho e fornecer serviços essenciais como saúde, educação, moradia e previdência. Para Keynes, essa atuação do Estado seria capaz de reduzir as desigualdades sociais e evitar as crises cíclicas do capitalismo, sem romper com a lógica de mercado.

Na esfera econômica, esse modelo é caracterizado por uma economia mista, ou seja, baseada no mercado, mas com forte presença e regulação do Estado. O poder público intervém ativamente para controlar os ciclos econômicos, promover o pleno emprego e regulamentar as relações trabalhistas, garantindo direitos como jornada de trabalho, férias, aposentadoria e direito à sindicalização. O Estado também atua para coibir práticas monopolistas e promover a concorrência justa entre empresas.

Politicamente, o Estado de Bem-Estar se apoia em regimes democráticos que reconhecem e ampliam os direitos dos cidadãos. As instituições públicas passam a ter um papel mais amplo, indo além da garantia de liberdades formais e assumindo o compromisso de oferecer condições materiais mínimas para o exercício da cidadania. Isso inclui políticas de redistribuição de renda, proteção social, regulação do mercado de trabalho e investimentos em infraestrutura coletiva. A legitimidade do Estado passa a depender, em parte, de sua capacidade de responder às demandas sociais e assegurar um padrão mínimo de bem-estar à população.

Do ponto de vista social, o Estado de Bem-Estar se caracteriza pela incorporação dos direitos sociais como parte fundamental da cidadania. A educação, a saúde, a moradia, a previdência passam a ser entendidas como responsabilidades do Estado. Essa transformação consolida uma nova noção de cidadania: não basta garantir direitos civis e políticos, é necessário assegurar condições materiais mínimas de existência digna para que todos possam, de fato, exercer esses direitos.

ESTADO NEOLIBERAL

O Estado neoliberal surge a partir da crise do modelo de Bem-Estar Social, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, quando os custos com políticas públicas passaram a ser criticados como insustentáveis diante de um cenário de crise econômica. Ganha força, então, uma nova orientação política e econômica que propunha a redução do papel do Estado na economia e na sociedade, em nome de uma maior eficiência dos mercados. Embora se inspirasse nos princípios do liberalismo, o neoliberalismo surgiu num contexto em que o Estado já havia adquirido funções amplas, herdadas do período anterior. Por isso, ele não propõe um retorno total ao passado, mas uma reorganização da atuação estatal.

O modelo neoliberal defende a privatização de empresas públicas, a flexibilização das leis trabalhistas e a abertura ao livre comércio internacional. O objetivo declarado é tornar a economia mais dinâmica, atrair investimentos e diminuir a interferência estatal nos mecanismos de mercado. Um exemplo emblemático dessa política foi a experiência do Chile a partir de 1973, sob o regime do ditador Augusto Pinochet, quando reformas radicais de orientação neoliberal foram implantadas. Outras referências importantes são os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, ambos nos anos 1980.

No campo político, o neoliberalismo promove a austeridade fiscal, ou seja, a redução de gastos públicos, especialmente nas áreas sociais. Também defende a desregulamentação da economia, dando mais liberdade às empresas e ao capital privado para conduzirem suas atividades sem interferência do Estado. A ideia de que o mercado seria mais eficiente que o Estado orienta muitas das decisões políticas e econômicas nesse modelo.

Na esfera social, o avanço do neoliberalismo resulta em uma redução de direitos sociais e trabalhistas. O investimento estatal em áreas como saúde, educação e moradia tende a diminuir, o que aprofunda as desigualdades sociais e deixa parcelas vulneráveis da população sem proteção. A lógica da meritocracia e da responsabilização do indivíduo pelos próprios sucessos ou fracassos passa a ser dominante.

QUADRO COMPARATIVO

	ECONOMIA	POLÍTICA	SOCIEDADE
ESTADO ABSOLUTISTA	Economia Feudal	Monarquia; Centralização de poder na figura do rei	Sociedade estamental; mobilidade social limitada; Conflito burguesia x clero e nobreza.
ESTADO LIBERAL	Economia de mercado; Estado mínimo;	República, Soberania popular; Separação dos poderes;	Sociedade de classes com mobilidade; igualdade formal perante a lei; Conflito entre burguesia e proletariado.
ESTADO SOCIALISTA	Economia Planificada e regulada pelo Estado; Estatização dos meios de produção.	Partido único; centralismo democrático; Participação política da classe trabalhadora	Projeto de eliminação das classes sociais.
ESTADO NAZI-FASCISTA	Economia de mercado autoritariamente regulada pelo Estado.	totalitarismo expansionista.	Unificação da sociedade sob uma identidade nacional homogênea em oposição a inimigos internos ou externos.
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	Economia de mercado regulada pelo Estado.	Políticas de redistribuição de renda e serviços para garantir os direitos básicos da população.	Ampliação dos direitos sociais e do consumo de bens.
ESTADO NEO-LIBERAL	Economia de mercado com progressiva redução da intervenção estatal.	Retorno das teorias liberais.	Redução dos direitos trabalhistas e baixo investimento na área social.

5) DEMOCRACIA

Quando pensamos nas formas de Estados modernos é necessário também pensar na história da Democracia que está por trás de tudo. A partir do Estado absolutista, todos os outros se referem diretamente com os ideais democráticos da época. Hoje, o termo “democracia” carrega muita legitimidade e pode parecer que é um regime “natural”, mas essa perspectiva de que democracia seria a única forma legítima de organização política é muito recente, datando principalmente do pós-segunda guerra mundial. O termo democracia é creditado de ter surgido na Grécia antiga, por volta do século V a.C., na cidade-estado de Atenas, em contraposição à ideia de Aristocracia. Democracia seria o governo do povo, no qual as decisões políticas seriam tomadas em conjunto pela população masculina e livre do local, e não pelas elites, como na Aristocracia, o que hoje chamamos de democracia direta. Ao longo da história contemporânea, “democracia” passou por diferentes significados e atualmente trata principalmente de um regime de governo de democracia representativa.

Na Grécia Antiga, todos os cidadãos tinham direito e dever de participar das decisões jurídicas, políticas e legislativas na pólis. Compartilhando igual direito à palavra, à igualdade perante a lei, e à participação no exercício do poder. Porém só eram considerados cidadãos os homens atenienses (e filhos de pais atenienses), livres, maiores de 21 anos. Excluindo assim da categoria de cidadão e, por tanto, da participação política, as mulheres, as pessoas escravizadas e os estrangeiros - a maioria da população. Um dos principais dispositivos de organização eram as Assembléias, que ocorriam em torno de 40 vezes ao ano na Ágora, das quais todos os cidadãos poderiam participar. Nesses encontros se votava sobre as leis e demais problemas a serem resolvidos.

Somente a partir do fim do século XVIII o termo “democracia” volta a aparecer na filosofia e discussões políticas como uma forma de governo capaz de nos conduzir ao bem comum. Discussões sobre a possibilidade de um regime de governo no qual o povo seria soberano surgem. Nesse contexto, os princípios de liberdades civis e noções modernas de indivíduo e igualdade formal passam a ser indissociáveis da ideia de democracia. Assim, na Era das Revoluções, os levantes contra o absolutismo buscam propor novas formas de governos que respeitassem os direitos individuais, representassem os interesses do povo e com a República, separassem os interesses privados da esfera pública. Em uma realidade tão diferente da ateniense, surge o modelo que hoje conhecemos, inspirado, porém, adaptado, a democracia representativa.

Enquanto na democracia direta, como por exemplo a ateniense, as decisões são tomadas diretamente pelos cidadãos, na democracia representativa, são eleitos representantes. Rousseau afirmava que a vontade geral não pode ser representada. A falta de participação direta do povo em uma democracia representativa é a perda da soberania popular e a perda da

legitimidade desse regime. Sobretudo em uma sociedade com grandes desigualdades econômicas, defensores da democracia direta afirmam que a democracia representativa não consegue efetivar igualdade política. Além disso, o sistema formaria elites políticas, com interesses mais próximos das elites econômicas do que do povo, se tornando portanto antidemocrático.

Em contraposição, críticos da democracia direta afirmam que ela criaria uma “tirania da maioria” que poderia atropelar liberdades e perseguir minorias e que isso seria um perigo à democracia. Há um grande debate sobre qual dos sistemas seria mais “democrático”, mas na comunidade internacional o consenso apoia a democracia representativa, que institucionalmente prevalece.

Essa forma de Estado se baseia em instituições democráticas, como eleições livres e periódicas com candidatos diversos organizados em partidos políticos que representam ideologias diferentes, voto secreto, mandato por tempo limitado, garantindo a alternância de poder e limites ao poder dos governantes com a separação dos poderes e respeito à Constituição. Outras formas democráticas de nossos tempos são a transparência e direito de oposição, formalizado em prestação de contas e transparência (accountability) dos órgãos governamentais, proteção do dissenso com imprensa plural e livre, liberdade de expressão, e liberdade de associação e formação de movimentos populares, direito à livre manifestação.

Depois das graves violações da dignidade humana expostas pela segunda guerra mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), se defende que o Estado Democrático de Direito é indissociável da noção de Direitos Humanos. Com a criação da Declaração dos Direitos Humanos em 1948 pela ONU, a nova ordem global concorda que o bem comum nem sempre é representado pela vontade da maioria, nesse sentido é necessário que existam meios de garantir representatividade e direitos às minorias (tanto quantitativas quanto políticas). E sobretudo existem grupos vulneráveis que devem ser protegidos de terem sua dignidade humana violada, mesmo se isso for vontade da maioria. Assim, quando falamos de Democracia hoje em dia, queremos dizer principalmente na soberania do povo e na proteção dos direitos humanos, que se arranjam em instituições formais para sua proteção.

6) CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Cidadania vem do latim civitas que significa cidade. Cidadão em seu sentido original grego é aquela pessoa que participa dos assuntos da cidade. A definição atual tem a ver com o Estado Moderno e pode ser resumida como o conjunto de direitos e deveres exercidos em determinado território.

A partir das discussões do Iluminismo de uma natureza humana comum, se baseia a ideia de Igualdade entre as pessoas. Nesse momento o termo refletia uma demanda da burgue-

sia de acabar com os privilégios hereditários da nobreza, o que seria uma igualdade jurídica e não a busca por uma igualdade de oportunidades como depois o termo foi se desenvolvendo.

Na carta também aparece como parte essencial a liberdade, política ou individual, voltada para a proteção dos indivíduos de sofrer ataques arbitrários do Estado ou de outros grupos. Se aplicaria no início a uma liberdade física, de propriedade, de ir e vir e de se reunir, uma proteção da segurança pessoal, que posteriormente também abarcaria a liberdade individual de pensamento, religião e expressão. A liberdade nesse cenário tinha a ver com o livre arbítrio, ou liberdade diante da sociedade.

Os ideais de liberdade política ainda tinham poucas aspirações democráticas, pregavam pelo direito de escolher representantes, participar das decisões e elaboração de leis, ainda não incluíam a maioria da sociedade. Ainda eram voltados para uma classe dominante, uma liberdade sem ser baseada na igualdade concreta entre as pessoas, como podemos ver pela ideia do voto censitário. A ideia de justiça social estava ainda presa ao vago conceito de caridade e fraternidade. Esse momento da história da Cidadania pode ser visto como conquistas liberais.

Os princípios da liberdade e propriedade privada eram a base do Liberalismo, que pregava a livre concorrência e a separação dos direitos públicos e dos privados com a ausência do Estado nos direitos privados. O Estado deveria intervir o mínimo possível na economia. O que acumulou grandes desigualdades sociais e graves crises econômicas. A partir do avanço das lutas trabalhistas, começou a se considerar o direito ao trabalho (com condições dignas) como parte dos direitos fundamentais. O que se acrescentaria a ideia do cidadão como portador de direitos individuais, políticos e também econômicos e sociais. A democracia precisa de uma igualdade de oportunidades entre as classes para defenderem seus interesses, o que implica acesso à educação, cultura, saúde e entre outros. Esses são chamados de direitos sociais e vieram do princípio da igualdade e diversas lutas políticas.

O século XX trouxe diversas expansões aos direitos fundamentais em alguns lugares concomitante com diversas perdas de direitos já conquistados em outros. Sobretudo após as graves violações praticadas na segunda guerra mundial e no Holocausto, cresceu a preocupação com a universalização dos direitos. Isso foi marcado na Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948 na Assembleia Geral das Nações Unidas. Essa Declaração aponta que independente de sua cidadania todos os humanos têm direitos inalienáveis e que os Estados devem respeitá-los e criar mecanismos para garanti-los. Os Direitos Humanos são portanto a base para a cidadania moderna, que deve ser considerada como um processo contínuo de construção coletiva de uma sociedade mais justa.

O autor T.S. Marshall dividiu a história da cidadania nesses três estágios a partir da experiência europeia e americana: direitos civis do século XVIII, direitos políticos do século XIX e direitos sociais do século XX. Porém, essa ordem não pode ser aplicada à conquista dos

direitos no Brasil, que passou por uma histórica específica. No nosso país os direitos sociais foram consagrados em regimes autoritários e sem plena garantia dos direitos políticos, que só se realizaram de fato com o voto analfabeto da constituição de 1988. José Murilo de Carvalho se refere a uma cidadania no papel diferente da cidadania cotidiana, e que os direitos civis e políticos vieram depois.

7) MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são um fenômeno muito relevante para a compreensão da realidade social da modernidade e contemporaneidade e da luta por direitos. Historicamente, os movimentos sociais foram entendidos pelos estudiosos de formas distintas, vistos pelos mais conservadores como causadores de desordem social e pelas correntes marxistas como parte da luta de classes sociais e intrínsecos às contradições do sistema capitalista. Hoje podemos afirmar que os movimentos sociais produzem transformações sociais extremamente importantes para o desenvolvimento da história mundial.

Compreendemos os movimentos sociais como ações coletivas de caráter político, através das quais as populações podem se organizar e manifestar suas demandas. Os movimentos sociais fiscalizam políticas públicas, identificam problemas sociais e criam propostas para solucioná-los.

As mudanças sociais e as buscas por direitos foram marcadas pelos movimentos sociais, como vimos no segmento anterior. A década de 1960, por exemplo, foi palco da luta por direitos civis nos Estados Unidos da América e por movimentos estudantis ao redor da Europa. Conforme surgem transformações na política e sociedades, vemos mudanças também na forma de atuar dos movimentos sociais. Veremos a seguir formas diferentes de compreender e classificar esses movimentos.

MOVIMENTOS “TRADICIONAIS” E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma maneira clássica de compreender os movimentos sociais é a partir de um recorte histórico. Essa forma divide os movimentos sociais considerando aspectos como as formas de organização e luta política, as estruturas a serem transformadas e quem integra esses movimentos. Fazendo esse recorte histórico, dividimos os movimentos sociais entre os movimentos tradicionais e os movimentos contemporâneos, ou novos movimentos sociais.

Os movimentos tradicionais são os conhecidos movimentos dos trabalhadores, organizados através do mundo do trabalho, esses movimentos têm como característica relevante a composição de seus integrantes que são unidos pela classe social. Os movimentos tradicionais

têm como objetivo o fim da exploração da classe trabalhadora, em grande parte buscam tomar o poder do Estado ou transformar o sistema capitalista profundamente. Se caracterizaram por suas lutas por direitos sociais e trabalhistas e foram fundamentais para a criação de sindicatos, associações de trabalhadores e partidos voltados às causas trabalhistas.

Os movimentos sociais contemporâneos se destacam por pautar questões ligadas à identidade e aos direitos das minorias sociais. A partir da segunda metade do século XX, ganham força as lutas de mulheres, pessoas negras, povos indígenas e da população LGBTQIA+. Diferentemente dos movimentos tradicionais, esses grupos não visam necessariamente uma transformação estrutural da sociedade, mas propõem reformas e ações concretas para enfrentar as desigualdades e violências que impactam cotidianamente essas populações.

REDISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA OU RECONHECIMENTO SOCIAL

A filósofa Nancy Fraser classifica os movimentos sociais a partir de suas propostas para os problemas sociais: as buscas por redistribuição e as buscas por reconhecimento. Existem injustiças de cunho econômico (desigualdade econômica) e injustiças de cunho cultural (racismo, machismo, homofobia, por exemplo) no mundo. Os movimentos sociais se dividiriam, então, na busca por propostas de solução para esses dois tipos de injustiças. A solução proposta por movimentos sociais para as injustiças econômicas seria a redistribuição socioeconômica, ou seja, políticas de transferência de riqueza de uns para outros. As propostas dos movimentos sociais para a injustiça cultural seriam políticas de reconhecimento das identidades das minorias sociais. As lutas por reconhecimento e por redistribuição podem se alinhar dentro dos movimentos sociais, sendo possível que grupos políticos busquem tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento social.

CAPÍTULO III:

TRABALHO

CAPÍTULO III: TRABALHO

Neste capítulo vamos analisar a contribuição da Sociologia na análise do mundo do trabalho. Se o trabalho existiu em todas as sociedades humanas, como ele foi abordado, valorizado, organizado variou muito e está diretamente relacionado com a cultura envolvida e as condições materiais da época. Na Sociologia discutimos sobretudo o trabalho assalariado em suas formas e consequências, a partir da Revolução Industrial. O trabalho é um fenômeno social que altera as relações sociais e o mundo à nossa volta, por isso foi central na análise da modernidade pelos autores clássicos. Assim, primeiro vamos analisar como os autores clássicos exploraram esse assunto. Em seguida vamos abordar os dois grandes modelos de produção do século XX, o Fordismo e o Toyotismo, ainda presentes em nossa sociedade e que marcaram o mundo do trabalho. Terminamos o capítulo apresentando as relações contemporâneas de trabalho, que se definem pela flexibilização e informalização, e suas consequências em nossas vidas atuais.

1) TEORIAS CLÁSSICAS

O trabalho é uma categoria relevante no pensamento dos três autores clássicos da sociologia que vimos no primeiro capítulo (Durkheim, Marx e Weber). O que não é surpreendente, visto que o trabalho de fato é uma parte central tanto da organização social quanto da vida pessoal de cada um. Muito da forma como trabalhamos hoje, começava a se estabelecer no século XIX, quando esses autores escreviam: após a Primeira Revolução Industrial e no período de consolidação do capitalismo moderno. Como, por exemplo: a disseminação do modelo de trabalho assalariado, a crescente especialização de funções dentro das fábricas e a centralidade do trabalho como organizador da vida social.

Vamos ver a seguir como, dentro de suas próprias preocupações teóricas, cada autor busca explicar a forma que toma a organização do trabalho na modernidade.

ÉMILE DURKHEIM

Durkheim está preocupado com a manutenção da coesão social que garante a saúde da sociedade através dos vínculos morais de solidariedade. Na transição para a modernidade o autor percebe que passamos da solidariedade mecânica (por similitude, característica das sociedades mais simples) para a solidariedade orgânica: baseada na interdependência. Nos sentimos pertencentes à sociedade, não porque somos parecidos, mas, pelo contrário, porque somos tão diferentes que precisamos ainda mais uns dos outros.

Essa interdependência se deve à divisão social do trabalho: isto é, à forma como se distribuem

as tarefas e funções econômicas entre os indivíduos dentro de uma sociedade. Esta divisão pode ser baseada em vários critérios, como gênero, idade, classe social, educação, habilidade, entre outros. Uma característica das sociedades modernas industriais é uma divisão social do trabalho complexa, em que as pessoas são mais especializadas nas tarefas que desempenham.

A especialização do trabalho gera uma maior interdependência porque trabalhadores de diferentes áreas não são intercambiáveis: um não poderia assumir o posto de trabalho do outro. Essa complexidade também significa que cada indivíduo, sozinho, é menos apto a realizar as tarefas básicas necessárias para sua própria sobrevivência.

Assim, para além da sua função prática e econômica, Durkheim afirma que o trabalho também tem uma função moral. Em uma sociedade industrializada, urbana e permeada de tensões sociais, é a interdependência pela divisão social do trabalho que possibilita que exista um vínculo de solidariedade entre os indivíduos.

MAX WEBER

Weber está preocupado com a forma como os indivíduos dão sentido às suas ações dentro do acervo de ideias e valores que estão disponíveis para eles em uma determinada época e local. Assim, ao refletir sobre o trabalho no capitalismo, ele volta sua atenção para o sentido atribuído ao trabalho na modernidade.

O autor nota que nas sociedades capitalistas industriais o ato de trabalhar não corresponde apenas a uma necessidade prática, mas é também imbuído de valor moral. Trabalhar é moralmente positivo. Essa conotação positiva do trabalho persiste até hoje e fica evidente na oposição entre “trabalhador” e “vagabundo”, por exemplo. Ser “trabalhador” (se ocupar quotidianamente de um trabalho produtivo) é considerado moralmente superior, mais digno, do que ser “vagabundo” (não ter um trabalho). O ato de trabalhar, em si, confere dignidade a alguém.

Nem sempre foi assim: em sociedades aristocráticas, por exemplo, a nobreza não participa da cadeia produtiva para garantir seu sustento, ou seja, não trabalha. E, em oposição a ser considerado uma atividade positiva, trabalhar era visto como um mal necessário: inevitável, porque precisamos sobreviver e nos reproduzir, mas que tende a anular a individualidade das pessoas.

Weber identifica no protestantismo que se disseminou pela Europa a partir das Reformas Protestantes no século XVI uma série de crenças que associam a dedicação ao trabalho à prática religiosa. Como a percepção de que a vocação de cada indivíduo é um dom divino, e, portanto, exercê-la com dedicação por meio do trabalho seria uma forma de honrar a Deus. E a doutrina da predestinação, que pregava que os escolhidos para a salvação divina manifesta-

riam sinais dessa graça ao longo da vida por meio do sucesso no trabalho. Dentro do contexto religioso, essas crenças foram modificando a relação das pessoas com o trabalho e a prosperidade econômica.

Ao longo do tempo, seguindo o processo de racionalização e desencantamento característico da modernidade, a ética do trabalho se desvincula da religião, ganhando a forma que conhecemos hoje. Assim, a ascese protestante contribuiu para o surgimento de uma mentalidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo. Trabalhar não é apenas um meio para obter sustento, mas um fim em si mesmo.

KARL MARX

Marx está preocupado em entender o capitalismo como um fenômeno historicamente localizado a partir de suas bases materiais. Assim, o trabalho e o trabalho no capitalismo são partes centrais de sua análise. Marx define trabalho como a relação primordial do ser humano com a natureza. É na sua capacidade de modificar o meio segundo seus projetos e ideias que o indivíduo encontra sua humanidade.

Em sociedades onde há propriedade privada dos meios de produção, essa capacidade humana básica ao invés de ser usada livremente pelo indivíduo, passa a ser explorada pelas classes dominantes. Dois conceitos de Marx nos ajudam a entender melhor como o autor percebe a exploração do trabalho no capitalismo: mais-valia e alienação.

A mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho de um funcionário e o valor que ele recebe em forma de salário. Esse termo descreve a exploração econômica inerente ao modelo de produção capitalista. Imagine um trabalhador que fabrica camisetas, recebendo 20 reais por hora. Na fábrica ele tem acesso a uma máquina de costura e ao tecido que o burguês comprou para fazer a camisa. Para cada peça, são necessários 10 reais de tecido (matéria-prima) + 1 hora de trabalho. Ao fim dessa hora, o trabalhador produziu uma camiseta que será vendida por 50 reais. Sua hora de trabalho agregou 40 reais de valor ao produto, porém seu salário corresponde à metade disso. A mais-valia é essa diferença entre o valor produzido e o valor recebido pelo trabalhador. A exploração é inerente ao modelo de produção capitalista porque o lucro do burguês depende diretamente de pagar ao trabalhador menos do que o valor que seu trabalho efetivamente agrega ao produto.

A alienação, por outro lado, se refere às consequências subjetivas da exploração do trabalho. Se o trabalho é essa capacidade humana tão básica, o que acontece com o sujeito quando ele é separado do produto de seu trabalho e não tem controle sobre o processo de produção? A exploração não tem apenas consequências econômicas, ela também desumaniza os indivíduos explorados na medida em que os desconecta da sua capacidade criativa e produtiva.

O modelo de produção capitalista, segundo Marx, tende a separar (ou alienar) o resultado do trabalho: o produto, do processo de trabalho humano que a faz existir. Essa separação ocorre no interior das fábricas com a fragmentação do processo produtivo que faz com que o trabalhador perca a relação de autoria com aquilo que produz. Mas também na comercialização: quando o produto se torna mercadoria.

Ao passo que o trabalhador é desumanizado, a mercadoria, no capitalismo, sofre um processo quase inverso: os bens que podemos comprar são revestidos de uma aura que vai além de sua utilidade prática. Marx chama de fetichismo da mercadoria essa dinâmica de valorização das coisas que consumimos e que contribui para esquecermos que todo bem que está à venda é resultado de trabalho humano. Pense, por exemplo, na forma como é feita a publicidade de um produto, geralmente os anúncios se baseiam em discursos que vão muito além da utilidade prática do objeto que querem vender. Uma marca de roupa não apenas serve para que você se vista, ela traz consigo a promessa de um determinado estilo de vida ou senso de identidade. Essa camada subjetiva que os objetos adquirem contribui para ocultar o trabalho por trás da mercadoria. Isto é, para não pensarmos em que condições de exploração aquele objeto veio a existir.

Assim, Marx distingue entre o que seria trabalho enquanto potência humana e o trabalho alienado do capitalismo, que é necessariamente marcado pela exploração. A análise mais aprofundada que o autor realiza do processo de produção capitalista e os conceitos que vimos acima são importantes para compreendermos as diferentes formas que a organização do trabalho assumirá ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial.

2) MODOS DE PRODUÇÃO

Taylorismo é a base teórica para o modelo de produção Fordista. Também chamado de Administração Científica, foi criada pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) e é o começo da sistematização da administração de empresas. Taylor buscou aplicar técnicas científicas de experimentação e racionalização para aumentar a produtividade nas empresas e fábricas. A principal característica desse modelo é a divisão entre gerentes e trabalhadores, ou seja, quem planeja e supervisiona seria diferente de quem realiza a função. Outros métodos do Taylorismo envolvem separar o processo de montagem do produto em etapas nas quais cada trabalhador realizaria somente uma etapa na linha de montagem. Esse maior controle, especialização e divisão do trabalho tornou o trabalho mais hierárquico e repetitivo para os trabalhadores. Ao tirar o controle do processo das mãos dos trabalhadores se causaria uma ainda maior alienação do trabalho, transformando o humano em apêndice da máquina.

Fordismo seria a aplicação dessa teoria na prática, realizada pelo empresário norte-ame-

ricano Henry Ford (1863-1947), criador da empresa automobilística Ford. O empresário além de aplicar a racionalização, hierarquização e especialização das tarefas em sua fábrica ficou conhecido por popularizar a produção em massa. A produção em linha de montagem automatizada de produtos iguais permitiu uma grande diminuição do tempo de produção, que começou a ser feita em grandes quantidades. O outro lado da produção em massa era a necessidade do consumo em massa. Parte de sua administração também envolvia maior salário para os trabalhadores e diminuição do preço do automóvel para incentivar o maior consumo dessa classe social. Suas fábricas eram verticalizadas e ele produzia a própria matéria-prima chegando a ter inclusive plantação de seringueiras. Ele exportou suas ideias para o mundo e esse modelo ficou conhecido como fordismo, resumido em: mudança na linha de montagem, padronização do produto e mercado de massas.

Esse modelo de produção entrou em crise na década de 1970, época marcada pelos choques do petróleo que abalaram a economia mundial. A produção em massa começa a ser substituída pela produção “enxuta” e tem como referência o modelo desenvolvido por Taiichi Ohno (1912-1990) na Toyota, empresa automobilística japonesa. Sua forma de aumentar a eficiência vai na outra direção do fordismo, e procura evitar desperdícios e não criar estoque, no lugar da superprodução, através da produção por demanda. O Toyotismo se define por trabalhadores qualificados que realizam diversas tarefas diferentes, uma relação direta entre cliente e fornecedor com pouco tempo de espera, e um fluxo de trabalho mais simples possível. Outra importante característica do Toyotismo é a importância com a satisfação do cliente e qualidade do produto, que por causa do modelo dessa produção pode ser rapidamente alterado.

3) RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE TRABALHO

Como já vimos neste capítulo, o trabalho é um fenômeno social que possui diversas facetas e, como todo fenômeno social, precisa ser compreendido a partir de seu contexto histórico-cultural. A revolução industrial causou diversas transformações nas formas de trabalho e produção a partir da segunda metade do século XVIII, porém, essa maneira de produzir se transformou durante o século XXI, não sendo a mais predominante. O trabalho na contemporaneidade é caracterizado pela flexibilização e informalização.

A mudança do modelo de produção fordista para o toyotista também muda a condição do trabalhador. Se no modelo de Ford o trabalhador é especializado, ou seja, ele realiza apenas uma função específica, no modelo toyotista o trabalhador é flexível, realizando diversas funções.

O Toyotismo também é marcado pelo sistema Just in time (que significa “bem na hora”), que se caracteriza pela entrega rápida de produtos para a produção. Dessa forma, se torna ne-

cessário a combinação desse modelo com um sistema de trabalho terceirizado. A terceirização se baseia na contratação de uma empresa por outra, para a realização de serviços específicos. Geralmente esses serviços fazem parte do setor terciário da economia, como os cargos de transporte, limpeza e segurança. A relação no trabalho terceirizado se dá entre uma empresa e outra, ou seja, as relações trabalhistas são mais fragilizadas e o trabalhador está em uma posição de maior vulnerabilidade. Há também uma maior rotatividade de trabalhadores e menor qualidade do serviço prestado.

A partir dos anos 1990 temos um processo de maior liberalização das economias nacionais ocidentais. Isso significa que podemos observar um movimento de privatização das empresas antes estatais e maior entrada de capital estrangeiro. Junto com o avanço tecnológico, temos um maior aumento do desemprego em diversos países do mundo. Assim, vemos um aumento da informalização do trabalho, com o crescimento do trabalho temporário, de subcontratação e trabalho terceirizado. Outro fator que contribuiu para a informalização do trabalho foi a implementação de medidas neoliberais que causaram enfraquecimento nos direitos trabalhistas, com o desmonte do Estado de Bem-Estar social.

Outro fenômeno característico das sociedades contemporâneas é a uberização. A uberização caracteriza-se como um modelo de trabalho que se baseia em plataformas digitais para ligar trabalhadores a empresas. Algumas características desse modelo são: a falta de vínculo empregatício do trabalhador com a empresa à qual presta serviços, a falta de regulamentação e de direitos trabalhistas garantidos ao trabalhador. Muitos defendem o modelo de uberização por permitir uma suposta liberdade ao trabalhador que não responde diretamente a um superior ou chefe. Entretanto, observa-se que nesse tipo de modelo de trabalho, por ser informal e desregulamentado, os trabalhadores precisam trabalhar longas jornadas de trabalho, geralmente em condições precárias, para que recebam um salário mínimo.

CAPÍTULO IV:

SOCIOLOGIA BRASILEIRA

CAPÍTULO IV: SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Neste capítulo, vamos nos voltar para o pensamento social brasileiro clássico, que tem como temas centrais a cultura e a identidade nacional, a desigualdade social e as relações raciais. Estudaremos três autores fundamentais para a formação desse campo: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda. Suas obras não apenas influenciaram a sociologia, mas também ajudaram a moldar o imaginário nacional sobre quem somos enquanto povo e sociedade. Começamos com Freyre e Florestan, discutindo suas interpretações sobre a questão racial e as desigualdades históricas no Brasil. Em seguida, veremos como Sérgio Buarque buscou compreender o caráter brasileiro e as implicações dele no processo de modernização do país.

1) GILBERTO FREYRE, FLORESTAN FERNANDES E DEMOCRACIA RACIAL

Gilberto de Mello Freyre (1900-1987), intelectual pernambucano, virou um expoente do pensamento social brasileiro no mundo ao escrever sobre as relações raciais dentro de um engenho. Sua obra de referência é “Casa Grande & Senzala”, publicado em 1933, livro que reflete sobre o país a partir do ponto de vista da vida nos engenhos, colocando a vida íntima cotidiana como fundante da organização social, um movimento que depois se popularizou entre historiadores no século XX. Sua principal relevância está nos debates sobre a miscigenação no país, sobretudo em comparação com as relações étnico-raciais de outros países, como os Estados Unidos.

Freyre disseminou seu pensamento de que as pessoas escravizadas foram tão essenciais para a formação do país quanto as outras, em um momento no qual os debates sobre miscigenação imaginavam uma deteriorização das raças e pregavam a segregação. O debate internacional partia do princípio de raças puras e da miscigenação com uma degeneração, que impediriam países como o Brasil de se inserir na modernidade. O debate brasileiro também apresentava o ideal de embranquecimento da população, através por exemplo de incentivos a imigração europeia. Em contraposição, o autor afirmava que o país nunca foi e nunca seria branco e que isso era bom, que a nossa cultura veio de uma “união” das três raças, cada uma trazendo importantes contribuições. Suas ideias se inspiravam no antropólogo americano Franz Boas (1858-1952), de quem foi aluno, que criticava o determinismo racial e biológico do pensamento evolucionista e pregava pelo respeito entre as culturas.

Freyre pregava pela convivência harmoniosa entre as raças afirmando um passado de trocas entre elas. Em seu livro seminal, diferencia as relações escravocratas no país de outros

países criando a imagem de um “bom senhor” e “escravos submissos”, o que foi muito criticado por romantizar relações de violência. O autor reescreveu a história do país colocando as relações raciais em seu centro, porém sem focar nos conflitos, criando o que críticas apontam como uma imagem de um “paraíso racial”. Essa concepção afirma que as desigualdades são consequências do passado escravocrata, e que as dificuldades encontradas pela população ex-escravizada seriam por causa de sua posição na hierarquia social, e não sua cor, que eventualmente se equalizaria. Essa crença, de que no Brasil não há preconceito de raça e sim de classe, até hoje é muito comum no país, dificultando progressos nos debates antirracistas.

Embora nunca tenha afirmado exatamente isso, Freyre se tornou o expoente do mito da democracia racial brasileira. Ele afirmava que a falta de legislações segregacionistas no país são um indício de maior abertura para a igualdade racial do que culturas com ideologias de pureza racial como a americana ou a europeia. Que a nossa abertura para a miscigenação, vinda dos portugueses, nos faria mais próximos de uma convivência pacífica entre as raças. Isso se disseminou no país e na imagem do país pelo mundo, a ponto de depois da segunda guerra mundial, na qual a ideologia de pureza racial causou enormes tragédias, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) encomendarem estudos das relações raciais no país para entender e promover a igualdade racial.

O projeto, realizado no início dos anos 50, procurava determinar os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que poderiam influenciar uma relação harmoniosa entre as raças. O Brasil, sobretudo em comparação com os Estados Unidos e a África do Sul, seria o laboratório de interações positivas entre diferentes raciais, devido a essa imagem do mito da democracia racial. As pesquisas voltaram mostrando uma grande discriminação da população negra no país, em contraste com a imagem criada. As diversas análises feitas contribuíram para novas leituras sobre as relações raciais no país. Desse projeto participou o sociólogo Florestan Fernandes, que contribuiu para os debates de relações raciais no país a partir de outro ponto de vista., ainda mostrando uma tensa relação entre racismo e o mito da democracia racial

Florestan Fernandes (1920-1995) sociólogo paulista, pautou que a miscigenação não impedia os preconceitos raciais, apontando como a população negra brasileira estava às margens da sociedade e mecanismos de reprodução dessa exclusão. Ele critica a crença na democracia racial, afirmando no lugar a existência de uma tolerância convencionalizada, no qual o “espírito cristão” e um “bom tom” aparecem como ideais, mas que na prática se encontra a necessidade de manter cada um em seu lugar. Persiste um código de conduta baseado na desigualdade que é disfarçado.

Florestan mostra em diversos exemplos em seu livro mais conhecido “a Integração do Negro na Sociedade de Classe”, como o homem branco continuou dentro de um modo de pensar da sociedade estamental e de castas, em contraposição a uma sociedade de classes.

Os valores ainda eram de negação de tratamento igualitário como uma sociedade democrática exigiria. Diferente da ideia de harmonia entre as raças, ele aponta como as tensões raciais nesse contexto tinham um potencial explosivo e por isso eram reprimidas. Os membros da elite mantinham atitudes “rígidas, incompreensivas e autoritárias” para não arriscar uma verdadeira liberação, policiando qualquer solidariedade em relação ao “problema do negro” que fugisse do paternalismo tradicional.

A elite, segundo o autor, via a modernização com desconfiança, e não mudava seus comportamentos na relação, mantendo as atitudes de dominação social mas aparentemente aceitando a nova ordem democrática. A ideologia se basearia na ideia de que ocorreria uma assimilação gradativa dos mais identificados com os valores da elite e maior lealdade a seus interesses, e que assim se formaria a paz social. Com a ideia de prevenir tensões raciais para a integração aos poucos se negava uma democratização dos direitos e garantias sociais para todos no momento, ele afirma: “Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o homem de cor aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.” Essa contradição, entre a condição real da população negra e uma ordem jurídica igualitária seguiria a contradição entre os valores cristãos e os fundamentos da escravidão.

A igualdade racial na lei criou esse mito da democracia racial que teve utilidade aos brancos. De tirar responsabilidade dos ex-senhores de escravos ou qualquer solidariedade da sociedade para com essa população, de atribuir a desigualdade à incapacidade dessa população, e criar essa “consciência falsa” na democracia. O que o autor chama de convicções etnocêntricas:

“1º – a ideia de que o negro não tem problemas no Brasil; 2º – a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, não existem distinções raciais entre nós; 3º – a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4º – a ideia de que o preto está satisfeito com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5º – a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao negro, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania – o que pressupõe o corolário segundo o qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família etc., imperantes na população de cor, seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas.”

2) SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foi um importante sociólogo, crítico literário e jornalista brasileiro. Sua obra mais marcante é “Raízes do Brasil”, publicada em 1936. Como o título indica, o livro busca compreender a origem e os fundamentos (as raízes) da identidade brasileira: ou seja, quais são as características e particularidades culturais do nosso povo? Como elas se expressam nos costumes e práticas cotidianas e de que forma impactam nossa organização política e social? Suas reflexões foram fundamentais não apenas para o pensamento social brasileiro, mas também marcaram o imaginário popular, consolidando diversas ideias que ainda hoje influenciam a forma como nos enxergamos enquanto sociedade.

Assim como “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, “Raízes do Brasil” identifica na colonização o período formador da nação brasileira. No entanto, enquanto Freyre enfatiza a importância da miscigenação e das contribuições africanas para o desenvolvimento da cultura brasileira, Sérgio Buarque atribui à influência portuguesa um papel central na constituição da identidade nacional, para o bem e para o mal. Segundo ele, herdamos dos portugueses uma espécie de “frouxidão organizacional”, isto é, uma forma de sociabilidade marcada pela flexibilidade e pela instabilidade nas relações sociais.

Sérgio Buarque foi fortemente influenciado pelos escritos de Max Weber, adotando sua metodologia de trabalhar com tipos ideais e dialogando com suas ideias. Para compreender a mentalidade brasileira, desenvolveu a noção de homem cordial, um tipo ideal que representa as características dos brasileiros e brasileiras comuns. Essa terminologia pode gerar uma certa confusão. No senso comum, a palavra “cordial” é associada à gentileza e à pacificidade, mas não é esse o significado pretendido pelo autor. O conceito de homem cordial descreve um indivíduo guiado pelas emoções e pelos afetos nas interações sociais (a palavra “cordial” vem do latim *cordialis*, derivado de *cor*, que significa “coração”). Para Sérgio Buarque, de maneira geral, nós brasileiros tendemos a ser movidos mais por nossas emoções do que por nossa racionalidade.

Relembrando o que vimos lá no primeiro capítulo: Max Weber, olhando para a Europa, descreve a racionalização e a burocratização como traços centrais da modernidade. Sociedades modernas tendem a se organizar de maneira cada vez mais impessoal e sistemática, substituindo tradições e relações pessoais por normas e procedimentos racionais. É com base na comparação com esse modelo de modernidade, que Sérgio Buarque nota a emotividade do homem cordial. A ideia é que nós preferimos a espontaneidade à formalidade e operamos mais dentro de uma lógica de favores do que no respeito a leis universais.

No dia a dia, Sérgio Buarque observa que essa emotividade se manifesta na forma como falamos e interagimos, buscando sempre estabelecer uma certa intimidade, mesmo em contextos

formais. Quando você senta em um bar ou restaurante, como chama o garçom? No Brasil, é comum ouvirmos “amigo” ou “meu querido” em vez de “senhor” ou outro tratamento mais formal. Da mesma forma, nas escolas brasileiras, os professores são chamados pelo primeiro nome ou até de “tia” e “tio” na infância, enquanto em muitos países, como na Europa, os docentes são sempre tratados por “senhor” ou “senhora” seguido do sobrenome. Nossa forma de sociabilidade não se baseia na polidez ou na impessoalidade, mas na construção de uma relação pessoal com o outro, moldada pelo afeto.

Em maior escala, essa afetividade do homem cordial influencia diretamente a organização política e social. Sérgio Buarque observa que, no Brasil, há uma confusão entre a esfera pública e a esfera privada. A separação entre o público e o privado é um dos pilares do Estado burocrático. A esfera privada abrange os interesses individuais e as relações pessoais e familiares. Já a esfera pública deve operar com base em regras impessoais, voltada ao interesse coletivo: o bem comum.

O termo patrimonialismo foi usado por Weber para categorizar formas de estado em que não há distinção entre o que pertence ao Estado e o que pertence ao governante, como ocorria nas monarquias absolutistas, onde a vontade do rei era a vontade do Estado. No Brasil, o termo passou a ser usado para criticar a persistência dessa lógica, mesmo após a modernização das instituições. Ainda que formalmente tenhamos um Estado burocrático, a lógica patrimonialista se manifesta na forma como o poder é exercido, com decisões frequentemente pautadas por interesses pessoais em vez de regras impessoais.

(...) os detentores das posições públicas de responsabilidade (...) se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.⁴

Nesse aspecto, as características do homem cordial são negativas, elas apresentam um desafio ao estabelecimento de um Estado burocrático de fato voltado para atender o bem

⁴ Holanda, Sérgio Buarque de. “O homem cordial”. Raízes do Brasil. Companhia das Letras, 2016. p.211,212.

comum. A análise de Sérgio Buarque foi muito usada, por exemplo, para explicar os desafios no combate à corrupção no Brasil. Se a corrupção política consiste na apropriação de bens e poderes públicos para fins particulares, podemos dizer que ela é um sintoma de uma visão patrimonialista da coisa pública.

CAPÍTULO V:

DESIGUALDADES SOCIAIS

CAPÍTULO V: DESIGUALDADES SOCIAIS

Neste capítulo vamos ver que a desigualdade se caracteriza pela privação de direitos ou acesso a recursos para um grupo ou uma pessoa, que cria distinções entre os indivíduos. Em uma organização social desigual, grupos e indivíduos são hierarquizados segundo diferentes critérios histórico e socialmente localizados. Na prática, essa hierarquização faz com que certos grupos tenham privilégios em relação a outros que sofrem exclusão, opressão, discriminação, ou preconceito. Geralmente, ao pensar a desigualdade nas sociedades contemporâneas, partimos de três “vetores” de desigualdade (critérios de hierarquização) que são considerados estruturais: Classe, Raça e Gênero.

O acúmulo de desigualdades e seus diferentes tipos se sobrepõem e se reforçam. Quando novos fatores entram em jogo, eles tendem a também se distribuir seguindo os padrões de desigualdade já estabelecidos. Por exemplo, inovações tecnológicas podem expandir o acesso a diferentes bens e meios de comunicação. Porém esse acesso continua desigual e, com uma dependência progressivamente maior da tecnologia, a exclusão digital se torna um problema cada vez mais sério. Outro exemplo são as mudanças climáticas. Como vimos nos últimos tempos e segundo as previsões futuras, ainda que os eventos climáticos extremos afetem a todos, as consequências e os riscos maiores recaem sobre as parcelas da população que já se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Esse estudo da sobreposição das desigualdades em diferentes contextos se chama interseccionalidade, e aborda principalmente os três maiores marcadores de diferença na nossa sociedade: gênero, raça e classe. A ideia é que em vez de uma conta matemática de adição ou subtração de injustiça, se tem uma intersecção entre essas desigualdades que criam situações específicas para as pessoas que as estão vivendo. Outros marcadores sociais que podem ser relevantes para entender a cena social são por exemplo religião, orientação sexual, país, idade e entre outras.

1) CLASSE

Um conceito é também uma forma de representar a realidade, focando e priorizando certos aspectos, e por isso necessariamente tem um ponto de vista. Escolher como definir a sociedade também é escolher os problemas ressaltados e as soluções levantadas. Por isso, o conceito está em uma disputa nas diversas concepções políticas da realidade e suas propostas de melhoria. O conceito de classe nasce a partir da diferenciação de estamento ou castas, a ideia de uma hierarquia social com mobilidade. Uma sociedade estratificada está em contraposição a uma sociedade estamental, na qual não há possibilidade de mudança de classe social.

As desigualdades sociais são frutos da sociedade na qual elas existem, e os critérios para dividir e hierarquizar os grupos são construídos historicamente nela. Assim, para entender uma sociedade e sua desigualdade precisamos estudar sua estrutura social, ou seja, o contexto histórico e a organização econômica, cultural, social e política, e então observar como foram divididas as camadas dessa hierarquia social.

A estratificação em classes sociais é típica das sociedades capitalistas e se baseia em uma hierarquização por critérios sócio-econômicos. Diferente de outros modelos, a estratificação em classes parte do princípio da igualdade formal. E, por isso, conta com uma maior possibilidade de mobilidade social. Logo vemos que a noção de classe surgiu junto com as discussões de uma possível sociedade mais igualitária. Porém como abordamos no segmento sobre cidadania e direitos humanos, o conceito de igualdade teve disputas, ora focando na liberdade dos indivíduos, ora focando na justiça social entre os grupos. Essa disputa definiu como se percebe a desigualdade e criou concepções diferentes de como definir a sociedade de classes. Podemos ver isso nas representações em forma de pirâmide. Embora todas as imagens mostrem um pequeno topo que representa os mais ricos, e uma grande base que representa os mais pobres, existem três abordagens diferentes, o que chamamos de modelo hierárquico, binário e triádico.



A partir de uma concepção que privilegia a liberdade, é priorizado o ponto de vista do indivíduo livre em um sistema com igualdade de oportunidades. Essa concepção chamamos de modelo hierárquico, que vê as posições sociais como temporárias por causa de uma alta mobilidade social. Uma consequência disso é a ideia de que a responsabilidade de ascender na pirâmide é do indivíduo e que as desigualdades são parte natural da sociedade. Uma discussão a favor de igualdade econômica nessa concepção, por exemplo, é tirar o direito à herança para garantir um ponto de partida comum entre os indivíduos, prezando pela igualdade de oportunidades.

Pelo contrário, temos o modelo dicotômico ou binário. Nesse modelo se divide a sociedade em dois grupos polarizados, em função de sua posição na escala produtiva, o pequeno

topo é a minoria dominante e o resto dominado seria a maioria da população. Nessa concepção se divide a elite e os trabalhadores, e a mobilidade se dá em geral dentro da própria classe, e muito raramente entre uma classe e outra. Portanto, mesmo quando o trabalhador melhora de condições econômicas, se ele não possui propriedades produtivas ele continua mais próximo dos outros trabalhadores do que da elite. Essa concepção veio através de muita pressão política de movimentos de trabalhadores e encontra sua maior representação na teoria marxista, que divide as classes entre burguesia e proletariado.

Nesse modelo não existe igualdade de fato sem a reapropriação dos meios de produção, sem mudar completamente o modelo econômico e político de uma sociedade. Essa concepção foca na falta de mobilidade social real e define a posição econômica não pelo dinheiro ganho mas pelas propriedades que a pessoa tem, o que é classificado como a diferença entre renda e riqueza. Ao mostrar a dicotomia entre as classes, esse modelo também mostra que existe um conflito latente ou explícito entre elas, entendendo que não há harmonia entre as classes que sempre terão interesses opostos. Uma forma de definir o ponto de vista dessa concepção é pelo antagonismo capital versus trabalho, que sempre estarão em conflito.

O terceiro modelo é o triádico, que se divide em três grandes grupos pela renda: classes baixa, média e alta. Quando vemos a pirâmide social dividida em três ou mais, estamos nesse modelo, que é o mais comumente compartilhado hoje em dia. Enquanto o debate liberdade e igualdade do século XVIII e XIX se baseavam no modelo hierárquico ou binário, a partir do século XX o modelo triádico começou a vigorar como um “meio termo”. Nesse modelo, reconhece-se a existência de diferentes classes e a permanência da desigualdade, mas propõe-se como ideal uma sociedade em que a classe média se expanda e a classe baixa seja reduzida progressivamente. Porém o foco ainda é na renda, dissolvendo a polarização e escondendo outras formas de riqueza como propriedades. Esse modelo é bom para padronizar os dados e fazer comparação entre países, por exemplo. Nele existem discursos de como cada classe teria seu papel na sociedade (funcionalismo) e uma certa naturalização da hierarquia, onde o objetivo é aumentar o meio da pirâmide e não mudar a forma dela.

Na pirâmide triádica não se pensa em soluções para o problema da desigualdade do ponto de vista individual, como na primeira, nem na abolição do sistema, como na segunda. Em geral o foco é no papel do Estado: em ações redistributivas e regulatórias da desigualdade através de políticas públicas. Essa concepção procura melhorar e regular o sistema capitalista para evitar grandes desproporções econômicas entre grupos e um mínimo de direitos para todos. E envolve um papel intervencionista do Estado na economia que se enfatizou depois da segunda guerra mundial, com os Estados de Bem-Estar social e ideias de direitos humanos.

Com o aumento de políticas neoliberais nos anos 80, esse modelo passou a ter críticas, sobretudo ao papel do Estado no debate, com a volta de ideais de Estado mínimo. Apesar de

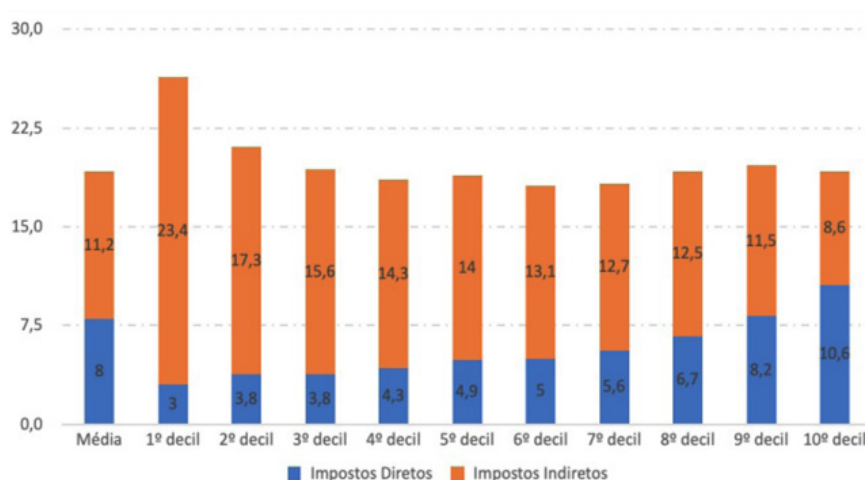
o modelo triádico não ter sido substituído ao tratar de desigualdade, a questão mudou. Em vez de problematizar a desigualdade, ocorreu uma mudança do foco para a problematização da pobreza. O debate da desigualdade mostra a pobreza em direta relação com a riqueza, responsabilizando a elite pela consequência da concentração de renda na economia e na vida das pessoas. Essa guinada para o combate da pobreza, no lugar de combate à desigualdade, não questiona a riqueza. Nesse cenário, as soluções sociais se voltam de novo para o ponto de vista do indivíduo, propondo soluções como melhorar o acesso à educação, que enfatizam a meritocracia. A pobreza seria uma condição relacionada aos esforços do indivíduo e não uma condição sistêmica e historicamente formada. Mesmo quando não focada no indivíduo, a mudança do debate para o combate da pobreza imagina uma melhora através do crescimento da economia na qual todos enriquecem juntos, tanto os mais pobres quanto os mais ricos.

O CONTEXTO BRASILEIRO

Como vimos, nossa visão de mundo e forma como percebemos a organização social também é atravessada pelas desigualdades sociais. A própria existência de desigualdades sociais é frequentemente considerada inevitável. Pensar em combater ou reduzir as desigualdades passa também por um processo contínuo de conseguir percebê-las tanto em larga escala (na cidade, no país, no mundo), quanto em pequena escala (na vivência dos grupos e indivíduos à nossa volta). Nesse debate existem posições opostas sobre qual deveria ser o papel do Estado democrático no combate às desigualdades econômicas. De um pólo está o Estado neoliberal que prega pelo Estado mínimo e autorregulação do mercado e do mundo do trabalho. De outro está o Estado de bem-estar social, que propõe segurança social como direito humano.

O Estado regularia o mundo do trabalho com exigência de direitos trabalhistas e também realizaria uma redistribuição de renda, dos mais ricos aos mais pobres, em suas políticas públicas, pelo imposto de renda. O sistema tributário está no cerne dessa questão, isto é, a forma como é feita a taxação dos impostos às diferentes classes via impostos diretos, indiretos ou isenções fiscais. Nosso sistema tributário tem muitos impostos indiretos, o que proporcionalmente afetam os mais pobres como mostrado no gráfico. Esse sistema está em debate para encontrar soluções tributárias mais justas.

Figura 6. Incidência da tributação direta e indireta na renda total, segundo décimos de renda familiar per capita.



Fonte: SILVEIRA et al, 2022, partir de Microdados da POF 2017-2018. TD nº2823, IPEA, 12/2022.

Uma forma ganhar uma dimensão mais ampla sobre certas questões sociais, como é a desigualdade, é por meio de pesquisas em grande escala e censos. No Brasil, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realiza censos demográficos a cada 10 anos (em média) desde 1936. Censos são pesquisas custeadas pelo Estado e que visam entrevistar uma parcela enorme da população acerca das condições de vida, organização domiciliar, etc. em todos os municípios do país. Além do censo, diversos institutos de pesquisa públicos e privados realizam trabalhos de coleta e análise de dados sobre diversos aspectos da sociedade brasileira. O IBGE divide o país em cinco classes: A, B, C, D e E, de acordo com a renda mensal, seguindo portanto o modelo triádico (com subdivisões da camada média e da camada baixa).

O Brasil é um país particularmente desigual na economia, ocupando o 14º lugar no ranking de países mais desiguais do mundo segundo o coeficiente GINI* no relatório da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da ONU de 2023. A maior parte dos países no topo do ranking se encontram no continente Africano ou nas Américas do Sul e Central, sendo o primeiro colocado a África do Sul. As desigualdades herdadas do período colonial, como a concentração de terras, o racismo e o patriarcalismo persistem até hoje. É importante levar em conta que, como muitos outros países da América Latina e da África, a democracia brasileira é jovem e historicamente instável.

Estudos apontam que períodos autoritários, como a ditadura militar brasileira, são terrenos férteis para aumento da desigualdade. No entanto, mesmo em períodos democráticos, essas desigualdades raramente diminuem. Na maioria dos casos, apenas se estabilizam. Políticas para diminuição da desigualdade são contra os interesses dos mais ricos e por isso encontram muitas dificuldades de se realizarem. Nos últimos dois séculos só foram registradas reduções

da desigualdade em situações de grandes crises, guerras e revoluções.

CLASSE PARA OS CLÁSSICOS

Os autores clássicos de sociologia abordam o conceito de classe de formas diferentes. Marx, como vimos, aborda a divisão social do trabalho como a exploração do trabalho pela classe burguesa a partir da propriedade privada dos meios de produção. Para o autor o constante conflito entre dominantes e dominados seria o motor da história, responsável por transformar as sociedades ao longo do tempo, em um processo que ele denomina “luta de classes”. Uma sociedade igualitária só ocorreria com a superação da luta de classes, o que exigiria a abolição da propriedade privada dos meios de produção.

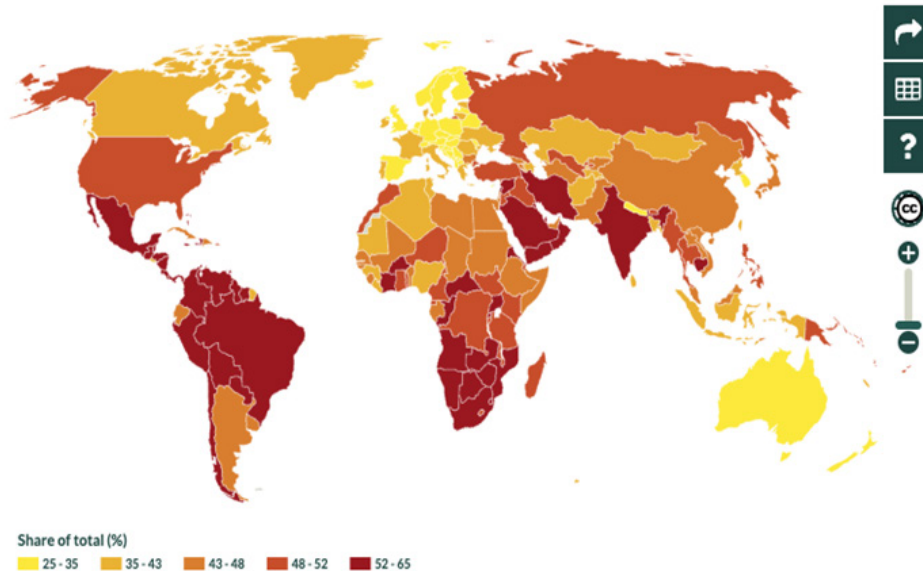
Max Weber aborda a estratificação não só pela divisão do trabalho mas também pelo status e prestígio de um grupo, considerando também o poder político envolvido, o consumo e o estilo de vida. O autor considera três formas de se julgar o status de um indivíduo em uma dada sociedade, pela classe, estamento e partido. A classe diz respeito a interesses econômicos para posse de bens e oportunidades de renda e variam de acordo com o tipo de propriedade utilizável para o lucro e os serviços oferecidos no mercado. No estamento os grupos de status são determinados por uma expectativa positiva ou negativa de honraria social, por exemplo religiosa ou tradicional. A honra estamental é expressa por um estilo de vida que se espera aos que desejam entrar em um círculo específico, impondo restrições e regras específicas sobre o estilo de vida dos indivíduos. Finalmente, no partido há ações orientadas para a aquisição de poder e para influenciar a ação comunitária. Isso só ocorre quando se tem sociedades organizadas racionalmente e com um quadro administrativo que tem a função de conservar a ordem.

Durkheim centralizava a divisão do trabalho social como formadora da coesão moderna, a solidariedade orgânica. Por isso defendia o respeito entre as classes e a ideia de que cada uma contribui para sociedade de sua forma, naturalizando a hierarquia. Para o autor, o importante era a coesão social e a harmonia, e uma forte desigualdade ameaçava isso e precisaria de regulações para não cair em anomia social. Lembrando que o autor não focava no bem-estar do indivíduo em sua liberdade, mas sim em seu sentimento de pertencimento e conexão com a sociedade.

Top 10% national income share

Region View Country View

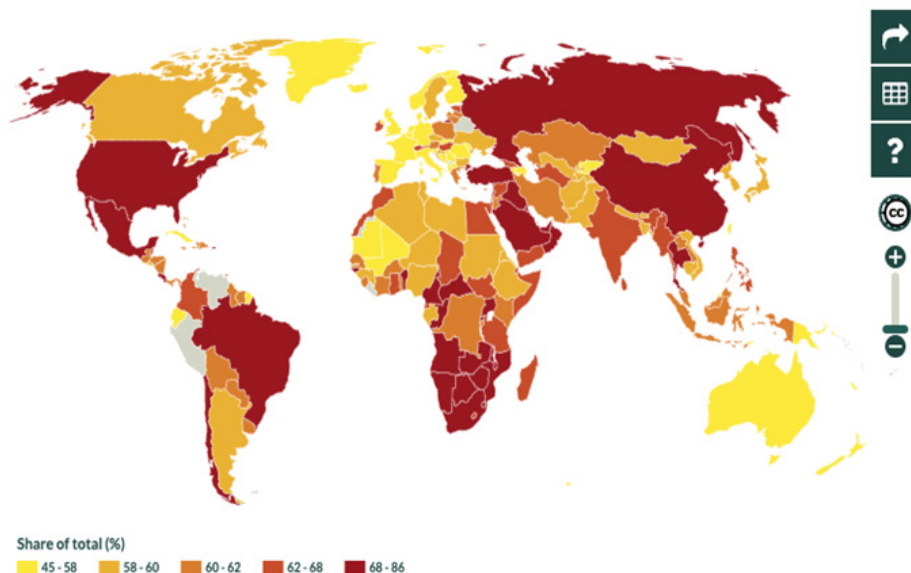
2022



Top 10% net personal wealth share

Region View Country View

2022



Fonte: World Inequality Database <https://wid.world/world/>

2) GÊNERO E SEXUALIDADE

Nos anos 1960, novos movimentos sociais surgem ao redor do mundo, principalmente os movimentos feministas, que se tornam uma força significativa para desafiar as estruturas político-sociais, trazendo à tona a insatisfação com a predominância masculina dos movimentos sociais tradicionais. Esses movimentos feministas não apenas transformaram as organizações sociais e políticas, mas também influenciaram as concepções normativas nas sociedades ocidentais. Houve um aumento considerável da presença feminina nas universidades, o que fomentou os debates sobre gênero e novas ideias que questionavam as teorias já estabelecidas. O conceito de gênero começou a ser introduzido na década de 1970 e se popularizou nas universidades a partir da década de 1980. Até então, era muito comum que autores e autoras utilizassem o termo sexo como equivalente ao que mais tarde seria entendido como gênero. Com o avanço dos estudos acadêmicos e a crescente visibilidade dos movimentos feministas e LGBTQIA+, a distinção entre sexo e gênero se tornou mais amplamente reconhecida. Assim, gênero se firmou como um conceito acadêmico essencial para explicar e compreender a realidade social.

Essa nova perspectiva abriu espaço para debates mais complexos e inclusivos, abordando questões como identidade de gênero, expressão de gênero e a diversidade de experiências de pessoas que não se conformam às normas tradicionais. Além disso, a mídia, a educação e as políticas públicas passaram a refletir essa transformação. Assim, o século XXI continua a ser palco de uma transformação necessária e contínua na forma como entendemos o gênero em suas diversas manifestações.

Mas afinal, o que significa esse conceito? Gênero diz respeito à diversos elementos: à forma como nos expressamos e nos comportamos, aos papéis que devemos cumprir dentro de uma sociedade e à nossa identidade no geral. Neste segmento iremos focar nos dois primeiros elementos constitutivos do gênero, principalmente na ideia de que em nossa sociedade são atribuídos papéis diferentes aos homens e mulheres, ou seja, é esperado que homens e mulheres se expressem ou comportem de formas diferentes.

O gênero, nas sociedades ocidentais, é expresso de maneira binária, o que implica que existem dois pólos distintos e opostos. A oposição entre homem (masculino) e mulher (feminino) representa o que chamamos de binarismo de gênero. Assim, as características atribuídas ao masculino sempre se contrapõem às características associadas ao feminino. É interessante notar que essa divisão tende a valorizar mais as qualidades do lado masculino do que as do lado feminino. Por exemplo, em nossa sociedade, a racionalidade é extremamente valorizada e frequentemente ligada ao masculino, enquanto seu oposto, a irracionalidade, ou o sentimentalismo, é desvalorizada e relacionada ao feminino. É comum ouvir que mulheres são mais

emotivas, histéricas e agem mais com os sentimentos. Por causa dessas pré concepções de gênero, homens que expressam suas emoções e sensibilidade são frequentemente associados ao feminino e se tornam alvo de chacota. Esse é apenas um exemplo de como o gênero categoriza e define as características dos indivíduos dentro de concepções binárias fixas, restringindo a liberdade de expressão e identidade pessoal.

O gênero se diferencia do sexo. O sexo é referente à nossa biologia, aos elementos físicos que diferenciam os corpos, como o aparelho reprodutivo, hormônios e cromossomos. O gênero é relacionado ao sexo quando nascemos. Então se associa o gênero (conceitos de feminino e masculino) ao sexo (conceitos de fêmea e macho). Junto com gênero, vêm um conjunto de normas, que englobam formas de se vestir, maneiras de agir, sentir e expressar e papéis a cumprir. Quando os pais descobrem o sexo do bebê e a primeira coisa que fazem é comprar roupas rosas e bonecas caso seja uma menina ou roupas azuis e carrinhos de brinquedo caso seja um menino, eles estão colocando em prática as estruturas de gênero.

Joan Scott, uma das principais teóricas dos estudos de gênero do século passado, entende o gênero como uma construção social. Isso significa que os papéis que desempenhamos em uma sociedade e a maneira como nos comportamos ou expressamos, são reconhecidos como pertencentes a um gênero específico devido às regras que a própria sociedade instituiu. Essa ideia se torna mais clara quando notamos que, em diferentes sociedades, os papéis atribuídos aos indivíduos variam em relação aos que observamos em nossa própria sociedade.

A antropóloga norte-americana Margaret Mead fez, em 1935, uma pesquisa de campo que contribuiu para essas discussões e nos ajuda a compreender os fatores sociais do gênero. Mead pesquisou três sociedades indígenas na Papua Nova Guiné que tinham diferentes papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Entre o povo Arapesh, Mead se deparou com mulheres e homens que tinham comportamentos iguais entre si, eram gentis, faziam os cuidados da casa e dos filhos e dificilmente eram agressivos ou entravam em conflitos. Já entre o povo Mundugumor, a antropóloga encontrou indivíduos que, independentemente de serem homens ou mulheres, eram mais violentos e agressivos, tinham atitudes hostis e geravam muitos conflitos. Entre o último povo, os Tchambuli, Mead percebeu que os papéis sociais presentes eram inversos aos papéis atribuídos no Ocidente. As mulheres eram as principais provedoras de alimentos, responsáveis pela pesca e pela produção de riquezas. Os homens se ocupavam com a arte e estética, com questões domésticas e eram conhecidos por serem mais emocionais. Assim, ao observarmos que os papéis atribuídos aos homens e mulheres podem variar de acordo com cada sociedade, podemos afirmar que o gênero só pode ser de fato construído pelas sociedades.

Sexo, como dito anteriormente, é diferente do gênero. Ele se refere à parte biológica dos nossos corpos. Apesar disso, diversas autoras dos estudos de gênero já entendem esse concei-

to como também sendo construído socialmente. Mas se afirmamos que o sexo é biológico como poderia ele ter sido criado pelas sociedades? A filósofa Judith Butler tem um importante papel nos avanços a respeito das discussões desses dois conceitos. A autora não nega a biologia, ela reconhece que de fato existem diferenças físicas entre os corpos, porém, para ela, a construção social está na forma como as sociedades classificam e compreendem essas diferenças.

O sexo é um conceito da biologia e a biologia é uma disciplina científica. A ciência só se desenvolveu nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII, antes disso, havia outras formas de produzir conhecimento a respeito do mundo e das coisas vivas. Em outras sociedades, as formas de conhecimento não perpassam necessariamente pelo método científico. O que entendemos então, é que o sexo é um conceito da ciência, uma forma pela qual a ciência classifica e explica as diferenças corporais. Como a ciência é um produto da sociedade ocidental, a classificação dos sexos biológicos é uma classificação construída pela sociedade ocidental. Assim, não é que a diferença entre os corpos não exista, mas a maneira pela qual classificamos e diferenciamos os corpos é específica de nossa sociedade e ela poderia ter sido feita de outra forma.

Na Grécia Antiga, por volta do século III, Herófilo, o anatomista de Alexandria, afirmava que a mulher possuía um pênis interno, como se fosse uma espécie de homem invertido, com os ovários e tubos uterinos vistos como testículos e canais seminais. Ovários e testículos eram, inclusive, nomeados da mesma forma: orcheis. Isso significa que a diferença física não era relevante ou classificada como diferença propriamente dita. É somente a partir do desenvolvimento da ciência, a partir do século XVIII, que essa diferença física e reprodutiva é demarcada e há uma separação, não só dos corpos dos homens e mulheres, mas também das suas essências. Homens e mulheres passam a ser entendidos como essencialmente e naturalmente diferentes, e as diferenças físicas são usadas como justificativa nessa diferença moral, psicológica e de essência.

A ciência, entretanto, já descartou a ideia de que existem apenas dois sexos. Existe na biologia o sistema XY de determinação do sexo, no qual cada indivíduo tem seu sexo identificado por um par de cromossomos. O sexo masculino seria identificado pelos cromossomos XY, enquanto o feminino pelos cromossomos XX. O que a ciência afirma é que existem condições nas quais indivíduos podem possuir outras combinações cromossômicas, como XXY, XXX, XYY, X0. Além dessa variedade de combinações cromossômicas, são reconhecidos pela ciência os indivíduos intersexo, que não se encaixam nas noções binárias de sexo masculino e feminino, podendo ter cromossomos de um sexo e o aparelho reprodutivo de outro, ou até mesmo um aparelho reprodutivo que misture elementos dos sexos femininos e masculinos. Tudo isso que foi apresentado desafia as noções binárias de gênero e sexo que ainda são pilares da nossa sociedade moderna.

Para terminar a definição de conceitos, nos voltamos para a ideia de sexualidade. A sexualidade diz respeito à forma como os indivíduos se atraem sexualmente. Existem várias formas de se relacionar sexualmente, mas, em nossa sociedade, existe um tipo de orientação sexual que é vista como norma; a heterossexualidade, que se refere à atração sexual entre pessoas de gêneros opostos.

Em nossa sociedade, o sistema que impõe regras sobre os relacionamentos sexuais entre os indivíduos se chama heteronormatividade e define a relação intrínseca entre sexo, gênero e sexualidade. A heteronormatividade é um sistema que se justifica na constituição da família e na reprodução, elementos importantes da sociedade moderna. A família heteronormativa é centrada na figura do pai provedor e da mãe cuidadora. Enquanto isso, a reprodução é considerada essencial para a continuidade da família, da sociedade e manutenção dos valores sociais. Assim, gênero, sexo e sexualidade se interligam a um sistema que define as formas de se atrair e se relacionar. Todas as formas que não mantêm a reprodução social e a centralidade da família formada por pai e mãe fogem daquilo que a sociedade entende como padrão.

Apesar disso, outras formas de se relacionar e se atrair sempre existiram e ocuparam papel importante em sociedades diversas, como na Grécia antiga, onde a relação sexual entre homens fazia parte do mundo social, sendo essencial no rito de iniciação dos homens e constituindo vínculos entre mestres e pupilos.

PATRIARCADO

O patriarcado é um conceito fundamental das teóricas feministas do século XX. É visto como um sistema de poder baseado na subordinação de mulheres aos homens. A ideia base do patriarcado é a superioridade masculina, uma forma de hierarquização que se mantém por diversas esferas sociais. Apesar dos avanços da luta feminista pelos direitos das mulheres, a estrutura patriarcal ainda se sustenta e tem seus efeitos na produção da desigualdade de gênero.

O patriarcado também tem relação intrínseca com a família. As formas de organização familiares são produtos das sociedades. A família patriarcal – chefiada pelo pai – e patrilinear – cuja linhagem familiar segue o parentesco masculino – é somente uma das formas de organização familiar que existem no mundo. Diversos grupos sociais eram organizados pela linearidade da mãe (matrilineares) ou tinham a mulher como figura central e chefe da família (matriarcais).

A monogamia, forma de relacionamento que um indivíduo tem apenas um parceiro sexual, também não é a única forma que os indivíduos se relacionavam e se relacionam em diferentes lugares do mundo.

Diversos estudos traçam a origem do sistema patriarcal e da dominação dos homens sobre as mulheres junto à origem da propriedade privada. Com o assentamento e o surgimento

da propriedade privada, as mulheres passaram a se dedicar ao cuidado dos filhos e da casa, as relações passaram a ser estritamente monogâmicas e as famílias centradas em torno da figura paterna, a fim de que se pudesse garantir as heranças dos filhos e a linhagem familiar. O corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser regulados, de forma a se ter controle sobre a reprodução.

As formas de controle patriarcais das mulheres se expressam, hoje, de diversas maneiras e a subordinação das mulheres se faz presente na vida pública e na vida privada, no controle dos seus corpos, da sua sexualidade e reprodução, na divisão das tarefas domésticas, no mercado de trabalho, na ciência, nas artes, na política. Nesse segmento veremos as formas de desigualdade social que são fruto de um sistema patriarcal de sociedade que submete mulheres ao controle e dominação masculinos.

DESIGUALDADE DE GÊNERO

É muito presente em nossa sociedade a ideia de que as mulheres são associadas ao espaço da vida privada, enquanto os homens são associados à vida pública. Essa diferenciação produz desigualdades nas formas como as mulheres e os homens circulam no mundo social. Até o século passado, as mulheres não podiam votar, ou tomar cargos políticos, não podiam ter bens ou criar conta bancária em seus nomes, entre outras funções públicas que não podiam ocupar, ou precisavam da autorização do pai ou marido para realizar. Isso tudo limitava a liberdade e independência das mulheres e as faziam se voltar ainda mais para o espaço doméstico.

• Divisão sexual do trabalho

Como afirmado anteriormente, os papéis de gênero influenciam a forma como os indivíduos se comportam, sentem e pensam sobre si e sobre o mundo. As mulheres são ensinadas a se voltar para as tarefas domésticas desde cedo, o que faz parte do fenômeno que chamamos de divisão sexual do trabalho. Os cuidados com a casa e com a família são parte fundamental das desigualdades entre homens e mulheres. É muito comum que famílias tenham uma divisão das tarefas desiguais, nas quais as mulheres se ocupam do cuidado e trabalho doméstico, de forma sobrecarregada. Muitas vezes, as jornadas de trabalho femininas são dobradas: elas trabalham fora de casa e se ocupam de todas as tarefas de cuidado dentro de casa. No Brasil, em média, as mulheres gastam o dobro do tempo que os homens com trabalho doméstico, de acordo com o IBGE em 2024.

O sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho também têm fator influente na desigualdade das posições de poder que homens e mulheres ocupam no ambiente de trabalho. Mesmo as mulheres adentrando a vida pública, é comum vermos cargos de poder que deman-

dam tomadas de decisão sendo ocupados majoritariamente por homens. Aos homens cabem os cargos de chefes, cientistas, engenheiros, médicos, políticos, enquanto às mulheres restam os cargos de cuidado, tendo ocupações de babás, cuidadoras de idosos, professoras da educação infantil, enfermeiras, entre outros.

A ciência e a política são campos majoritariamente dominados por homens. A entrada das mulheres nos meios acadêmicos e políticos se deu tardiamente e ainda se faz de forma ineficaz. Quando homens exercem o poder dentro das disciplinas científicas e da política, eles também controlam aspectos fundamentais da vida das mulheres. A falta de presença feminina na política é prejudicial à garantia da diversidade e enfraquece a democracia, especialmente porque as mulheres não estão participando das tomadas de decisão que as afetam diretamente. Da mesma forma, a falta de mulheres nas ciências empobrece a produção científica ao impedir uma diversidade de perspectivas, experiências e habilidades femininas. A desigualdade se perpetua e se mantém com a dominação intelectual e política das mulheres.

● **Desigualdade salarial**

Além de ocuparem cargos subordinados, mulheres recebem menos do que os homens quando exercem os mesmos cargos. Estudos apontam que, no Brasil, mulheres recebem 19,4% a menos do que os homens. Em cargos mais altos a diferença é ainda mais discrepante, chegando a 25%. Isso tudo se torna ainda mais complexo quando aplicamos a interseccionalidade para enxergar esses fatores. Trazendo o recorte da raça, mulheres negras recebem ainda menos, cerca de 49,7% de diferença das mulheres brancas, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social brasileira em 2024. No Brasil, a subordinação feminina tem cor e classe: as mulheres que ocupam os cargos mais subalternos e precarizados são as mulheres pretas e pardas. As mulheres que mais se ocupam com as tarefas domésticas são também as mais pobres. Assim, reforça-se que as questões de gênero são indissociáveis das questões de raça e classe.

● **Violência de gênero**

Alguns dos impactos da subordinação das mulheres e da desigualdade de gênero em nossa sociedade incluem a violência de gênero. A violência de gênero corresponde à violência dirigida a uma pessoa com base em seu gênero, e frequentemente afeta desproporcionalmente as mulheres. Essa violência pode se manifestar de várias formas, incluindo violência física, quando agride a integridade física de alguém, psicológica, quando causa danos emocionais ou afeta o desenvolvimento e autonomia de alguém, sexual, que se refere a qualquer ato sexual realizado por meio de coerção, e até patrimonial, que se refere a qualquer conduta que configure retenção, subtração ou destruição dos bens de alguém. No Brasil, 33,4% das mulheres já

sofreram violência física ou sexual de seus parceiros e o local onde mais ocorrem esses tipos de violência é dentro da própria casa, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023.

A violência de gênero também afeta pessoas transgênero, que são pessoas que não têm seu gênero alinhado ao sexo que lhes foi atribuído ao nascer. Essas pessoas enfrentam a marginalização em uma sociedade que impõe padrões de gênero rígidos. Aqueles que não se encaixam nesses padrões se tornam alvos de discriminação e preconceito, lidando com desafios diários em várias áreas de suas vidas. Desde a inserção no mercado de trabalho até a busca por cuidados de saúde adequados, as dificuldades são numerosas. De acordo com a Folha de São Paulo, o Brasil é o país onde mais matam pessoas transgênero no mundo, liderando nos índices de violência a pessoas trans há 16 anos consecutivos.

3) RAÇA

Sabemos que o termo “raça” é biologicamente incorreto para se referir aos diferentes grupos humanos existentes. Então por que falamos em raça? A categoria “raça” se refere ao que, exatamente, se não tem respaldo biológico?

Assim como o gênero, que vimos no segmento anterior, a raça é uma categoria socialmente construída. Isso significa que nossa noção de raça não é derivada da biologia, mas de processos sociais que, ao longo do tempo, tomam forma e se consolidam. Embora existam diferentes tons de pele e outras características físicas herdadas geneticamente entre os grupos humanos, essas variações não correspondem ao conceito biológico de raça e tampouco explicam o que a raça representa na experiência cotidiana das pessoas. Para entender como as construções sociais funcionam, é útil investigar como elas se formaram: quais processos históricos e relações de poder moldaram o conceito de raça lhe dando o significado e os contornos que conhecemos hoje. Isso é fundamental porque, mesmo sendo uma construção social, a raça produz consequências muito reais na vida das pessoas, como o racismo.

O racismo, ou seja, a desigualdade e opressão que se baseiam em diferenças raciais, é um fenômeno estrutural. Isso quer dizer que ele não se resume a atitudes individuais de preconceito ou discriminação, mas está enraizado na organização da sociedade. No Brasil, isso significa que as desigualdades raciais não são apenas resultado de ações isoladas de pessoas racistas, mas de um sistema social que historicamente privilegia determinados grupos raciais em detrimento de outros. Essa estrutura afeta as oportunidades de acesso à educação, ao mercado de trabalho, à moradia e até à justiça. Assim, o racismo não é um problema de algumas pessoas, mas um aspecto central da maneira como a sociedade se organiza.

A seguir, veremos como foi o desenvolvimento do conceito de raça e do racismo ao longo dos últimos séculos no ocidente, de maneira mais geral, e no Brasil especificamente, para entendermos melhor como se deu a construção social da noção de raça e como o racismo brasileiro tomou a forma que ele tem hoje.

CONCEITO DE RAÇA

O termo “raça”, inicialmente utilizado na classificação de plantas e animais, começou a ser empregado para categorizar grupos humanos a partir do século XVI, no contexto das grandes navegações. Com a expansão marítima, os europeus passaram a ter contato mais frequente com povos de culturas e características físicas distintas. Essas diferenças fenotípicas (como cor de pele, traços faciais e textura de cabelo) e culturais foram rapidamente interpretadas sob uma ótica hierarquizante: os “outros” não eram apenas diferentes, mas vistos como inferiores, menos civilizados e, em última instância, menos humanos.

Esse processo de desumanização do outro foi fundamental para justificar as práticas coloniais de dominação e exploração européias. A modernidade que se estabelece junto com a colonização - e que depende estruturalmente dela - traz consigo ideais de igualdade formal e liberdade. Mas quem são os “homens” que devem ser iguais perante a lei? Como a coexistência desses ideais com a instituição de um comércio internacional de mão-de-obra escrava baseado genocídio e sequestro de povos no continente africano? A noção de humanidade européia - que já era masculina - passou a se definir também a partir da negação do outro, não branco. O homem europeu é o “homem universal”.

A desigualdade no tipo de tratamento que era considerado aceitável para diferentes grupos humanos se justifica, de início, por meio da religião e, a partir do séc. XIX na ciência, com o que ficou conhecido como racismo científico. Uma série de estudos buscou comprovar empiricamente que padrões de comportamento e habilidades são associados a diferenças morfológicas. Buscando, por exemplo, correlacionar características físicas com tendências à criminalidade, inferioridade intelectual e desvio moral. Hoje sabemos que esses estudos eram completamente enviesados pelo racismo e que esse tipo de relação não existe.

Entretanto, dentro dessa lógica surge a ideia de que, para o bom desenvolvimento da humanidade, seria necessário favorecer a raça considerada superior: a branca. Chamamos de eugenia a ideia de que seria possível “melhorar” geneticamente a humanidade através do controle reprodutivo. Esse pensamento foi utilizado para legitimar políticas de controle social e práticas violentas de dominação, culminando em eventos históricos como o Holocausto nazista, em que a eugenia foi usada para justificar a perseguição e o extermínio de milhões de pessoas consideradas “geneticamente inferiores” (judeus, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência, etc.)

Após a Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, a percepção global sobre racismo passou por uma mudança significativa. Diferente de outros genocídios baseados em ideologias racistas (como o extermínio de populações indígenas nas Américas e o tráfico de pessoas escravizadas do continente africano), o holocausto nazista gerou uma comoção internacional imediata. A escala industrial e a sistematização da violência expuseram o perigo das ideias eugênicas, levando a uma rejeição crescente dessas teorias.

Somente ao longo da segunda metade do século XX o mundo começou a se organizar política e ideologicamente de forma mais próxima do que conhecemos hoje: Em que as colônias nos parecem coisa do passado e práticas racistas - ao menos as explícitas e sancionadas por lei - tornaram-se amplamente condenadas. Diversas colônias na África e na Ásia conquistaram independência nesse período. Nos Estados Unidos, apenas em 1964 a discriminação racial em locais públicos, como escolas, transportes e restaurantes, foi proibida por lei. Na África do Sul, o regime segregacionista do Apartheid só chegou ao fim em 1994.

Quando dizemos que o racismo é estrutural, estamos nos referindo não somente a esse longo percurso histórico da raça como ferramenta de opressão e subordinação. Ele é estrutural porque está completamente interligado às noções mais básicas que fundamentam nossa organização social: como a noção de indivíduo, de modernidade e de “civilização”. A perspectiva racista não é uma anomalia, mas a norma nas sociedades ocidentais modernas. Isso significa que, para combater o racismo é preciso lutar ativamente contra ele, ser ativa e efetivamente anti-racista.

PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO

Preconceito, discriminação e segregação são termos úteis para entender as diferentes dinâmicas de opressão que privilegiam certos grupos em detrimento de outros. Esses conceitos não apenas descrevem atitudes e comportamentos individuais, mas também revelam como estruturas sociais e políticas mantêm desigualdades. Enquanto o preconceito sustenta as bases ideológicas dessas hierarquias, discriminação e segregação representam sua materialização na prática.

- **Preconceito:** O preconceito é um juízo prévio e negativo sobre indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais, geralmente baseado em estereótipos. Ele pode ou não resultar em ações discriminatórias, mas cria um ambiente que sustenta práticas de exclusão. Preconceitos se mantêm e se difundem tanto de maneira institucionalizada (como nas mídias, sistemas educacionais e políticas públicas) ou de maneira menos formal, por meio de normas sociais e culturais. O preconceito é, muitas vezes, internalizado, ou seja, as pessoas afetadas acabam acreditando nas ideias depreciativas que lhes são atribuídas. Como nossos preconceitos, de

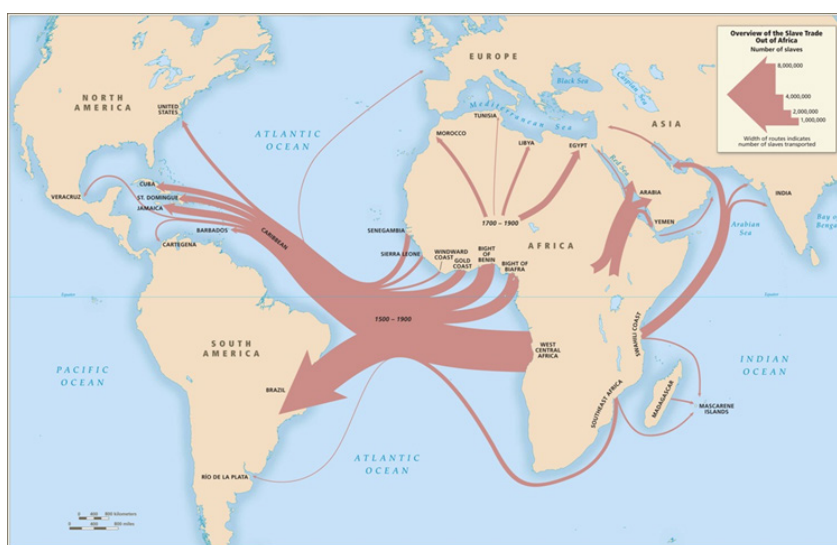
maneira geral, correspondem a desigualdades estruturais da sociedade, eles são constantemente reafirmados e, assim, podem ser difíceis de perceber, até mesmo para a própria vítima.

- **Discriminação:** A discriminação ocorre quando o preconceito é transformado em ação concreta, resultando na negação da igualdade de tratamento à indivíduos ou grupos estigmatizados. Geralmente o que conseguimos medir e quantificar são as práticas discriminatórias, que podem ser explícitas (diretas) ou implícitas (indiretas). A discriminação explícita é intencional e mais facilmente identificável, como a proibição de entrada em um estabelecimento com base na cor da pele. Já a discriminação implícita ocorre de maneira sutil e muitas vezes inconsciente, como quando uma vaga de emprego pede currículo com foto e candidatos negros e indígenas são preteridos em um processo seletivo. Isso pode ocorrer mesmo que o responsável pela seleção não perceba seu viés.

- **Segregação:** A segregação é o estabelecimento de fronteiras sociais ou espaciais que ampliam as desvantagens dos grupos discriminados. Tradicionalmente, quando falamos em segregação estamos nos referindo uma separação explícita, que faz parte das instituições, leis e políticas públicas. Como a separação entre escolas (bairros, banheiros, assentos no ônibus) para brancos e para negros nos Estados Unidos até o fim da década de 60. Contudo, é possível pensar também formas menos explícitas de segregação espacial ou social como a concentração de populações racializadas em áreas periféricas com menor infraestrutura e acesso a serviços.

O CASO BRASILEIRO

● Escravização e abolição



SLAVE VOYAGES. Overview of the slave trade out of Africa.

Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/blog/overview-slave-trade-out-africa>.

Acesso em: 20 jul. 2025.

O mapa acima é produto de um estudo contínuo realizado pelo Slave Voyages, uma organização internacional que realiza o levantamento de dados acerca das pessoas que foram sequestradas e traficadas saindo do continente africano na escravidão moderna. A grossura das setas corresponde a quantidade de pessoas chegando ou saindo de um determinado porto. Podemos ver na imagem que a quantidade de pessoas chegando ao Brasil é muito maior do que em qualquer lugar do mundo.

O tráfico negreiro foi a maior migração oceânica forçada da história, mais de 10 milhões de pessoas foram trazidas para as Américas e, dessas, 40% para o Brasil. O Rio de Janeiro foi o maior porto de entrada de pessoas escravizadas de todos os tempos. Nem sempre temos a dimensão do quanto o contingente de pessoas escravizadas que chegaram ao Brasil entre o séc. XVI e XIX é fora da curva. Compreender o tamanho desse contingente humano é fundamental não só para refletirmos sobre o impacto histórico da escravização na sociedade e na cultura brasileiras, mas também para reconhecer o quanto o Brasil é, em grande medida, formado por descendentes da diáspora africana.

Depois de 400 anos de escravização e de uma sociedade organizada em torno dela, a abolição de 1888 não foi acompanhada de qualquer política de inclusão ou reparação. A população negra, recém-liberta e marcada pelo estigma de séculos de escravidão, foi deixada à própria sorte em uma economia capitalista emergente.

● Ideologia do Branqueamento

No final do século XIX, as teorias eugênicas e o darwinismo social ganhavam popularidade entre a intelectualidade e a elite política brasileiras. Na busca pela modernização, esses grupos viam na diversidade racial brasileira um obstáculo ao progresso, já que o pensamento eugênico associa a “pureza racial” ao desenvolvimento social. Foi nesse contexto que surgiram as políticas de branqueamento. O Estado brasileiro incentivou a imigração europeia subsidiando a vinda de trabalhadores brancos (pagando a passagem de navios, garantindo trabalho, ou fornecendo terras). A ideia era promover a miscigenação como estratégia para “diluir” as influências indígenas e africanas, com o objetivo de embranquecer gradualmente a população brasileira.

A noção de embranquecimento marcou o racismo brasileiro, que até hoje se expressa de maneira predominantemente fenotípica. Diferente, por exemplo, dos Estados Unidos, onde o pertencimento racial é definido majoritariamente pela ascendência, no Brasil, a aparência física tem maior peso nas dinâmicas raciais e nas oportunidades sociais.

No início do século XX, reformas urbanas e sanitárias foram implementadas com o objetivo de modernizar as cidades brasileiras nos moldes europeus, especialmente no Rio de Janeiro, então capital do país. O higienismo se refere a um conjunto de teorias e práticas de

planejamento urbano e saúde coletiva que foram fortemente influenciadas pelas teorias eugênicas e estabeleciam uma associação entre sujeira, doença, atraso e pobreza. Sob o pretexto de melhorar a saúde pública e promover o progresso, regiões centrais mais pobres (habitadas por uma população majoritariamente negra) foram destruídas e seus moradores despejados. A Revolta da Vacina (1904) e a Reforma Pereira Passos (1902-1906) ocorrem nesse contexto.

Esse processo operou uma segregação racial implícita: não havia leis e nem mesmo constava no discurso oficial que a população negra não deveria morar em certas partes da cidade. Entretanto, na prática, o resultado foi a marginalização espacial de pessoas negras e pobres, contribuindo para exclusão social e econômica desses grupos. É nesse momento que surgem as primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro.

● Mito da democracia racial - racismo Brasileiro x racismo Americano

Assim, na primeira metade do século XX no Brasil, prevalecia a ideia de que a diversidade racial era um obstáculo ao progresso e à modernização. Esse pensamento não apenas sustentava estigmas sociais, mas também orientava políticas públicas que buscavam “corrigir” essa suposta desvantagem racial. Foi nesse contexto que Gilberto Freyre publicou *Casa Grande e Senzala* (1936), de onde surgem as bases para uma nova mentalidade sobre raça que se torna dominante no Brasil: O mito da democracia racial. Nessa lógica, a diversidade racial brasileira não é exatamente negativa, dela podemos desenvolver um outro tipo de modernidade. No entanto, a ideia de que o racismo brasileiro seria mais brando ou até inexistente é, além de falsa, profundamente nociva, pois mascara a continuidade do racismo tanto para os opressores quanto para os oprimidos.

O sociólogo paulista Florestan Fernandes argumenta que o racismo não foi institucionalizado no Brasil porque não precisou ser: as desigualdades econômicas e a estratificação social eram suficientes para garantir a hegemonia branca. E só se tornaram mais eficazes, porque mais ocultas, com o mito da democracia racial.

A antropóloga mineira Lélia Gonzalez (1935-1994), uma importante pensadora do movimento negro e feminista latino-americano, reflete sobre as particularidades do racismo brasileiro. Ela identifica, historicamente, duas formas de operacionalizar o racismo:

- Racismo por segregação: Esse é o tipo de racismo mais aberto e direto, comum em sociedades anglo-saxãs, como nos Estados Unidos e na África do Sul durante o apartheid. Nesses lugares, a raça é definida pela ascendência, e a segregação é institucionalizada por meio de leis que separam brancos e negros, valorizando a pureza racial.

- Racismo por denegação: Esse é o modelo predominante na América Latina. Aqui, a raça é definida principalmente pelo fenótipo (aparência física, como cor da pele e traços faciais). Diferente do racismo por segregação, a discriminação e a segregação não são institucionalizadas, mas isso não as torna menos prevalentes. Nesse contexto, ao invés da “pureza racial” a miscigenação é incentivada dentro da lógica do branqueamento.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos do estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.⁵

O que a autora aponta nessa passagem é que a ideologia do embranquecimento tem efeitos subjetivos sobre a população negra brasileira ao separar de raça a noção de pertencimento e memória. Ainda que a invenção do conceito de raça tenha surgido como uma ferramenta de dominação colonial e não encontre nenhum respaldo biológico real - não existem diferentes raças de seres humanos. Cada grupo racializado tem vivências históricas e culturais específicas e, assim, a questão racial também é uma questão de identidade.

4) CIDADE, SEGREGAÇÃO ESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA

A Sociologia surgiu com a modernidade, e uma de suas grandes questões foi a urbanização da população mundial. Progressivamente as pessoas saíram do campo e foram morar nas cidades, aumentando o tamanho delas para grandes metrópoles, até 2007 quando oficialmente a maioria dos humanos passou a viver em centros urbanos. No Brasil, isso se deu nos anos 50 e hoje 87% dos cidadãos brasileiros moram em cidades. A chegada de novos habitantes raramente se deu com planejamento, causando diversos desafios para a vida em sociedade.

Além disso, o fenômeno da urbanização trouxe uma nova forma de socialização e relação com a sociedade. O cotidiano urbano exige muitos novos estímulos e estresses para seus

⁵ GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana [São Paulo]: Filhos da África, 2018. p.326

habitantes, e um constante contato com desconhecidos. Diferente da história de agrupamentos humanos passados, a convivência na cidade é em sua maioria pautada pelo anonimato. As interações são reguladas pelo papel social e situação dos indivíduos, mais do que pela sua relação pessoal, o que exige um conhecimento das regras e roteiros da vida em grupo mas também reserva em relação aos outros. Vemos mais pessoas diferentes em um dia num centro urbano do que pessoas de outros tempos viam em sua vida inteira, seria impossível procurar conhecer e se importar com todos e por conta disso criamos uma distância e uma certa indiferença em relação aos outros.

Relembrando os clássicos: Durkheim afirma que isso envolve a necessidade de uma nova forma de coesão social, a solidariedade orgânica, baseada na divisão do trabalho social. Por outro lado, Weber argumenta que o mundo moderno traz uma racionalização da vida sem precedentes e uma consequente crise de sentido da vida. Vimos em Marx que o conflito entre capital e trabalho define nossas vidas. Tudo isso tem sua maior expressão nos grandes centros urbanos: individualização, disputas, isolamento. A cidade cria essa nova socialização, que por sua vez também molda a cidade.

Conforme a definição de segregação vista em raça, nossas cidades são reflexos espaciais dessas fronteiras sociais que criamos. Nelas temos a segregação espacial e residencial, que na definição mais ampla é o aglomerado de um grupo social em determinada área, e na definição mais restrita é quando esse agrupamento é forçado ou involuntário. Ela mostra uma relação de exclusão de um grupo. Fatores que determinam podem ser do mercado, como a valorização ou desvalorização imobiliária, até práticas efetivas de discriminação. Também podemos pensar em formas de autosegregação como condomínios fechados. A segregação espacial é um fenômeno que contribui para o aumento e manutenção da pobreza. Em geral ocorre em espaços desvalorizados com riscos ambientais (inundações, deslizamentos, proximidade de poluição) e falta de infraestrutura urbana (saneamento básico, eletricidade, coleta de lixo...) e equipamentos urbanos (hospitais, escolas, cultura...). Também são associados à relação de maior gasto proporcional com moradia, maior tempo de deslocamento, maior risco de violência urbana.

Esses fatores formam um círculo vicioso de isolamento desse grupo em relação ao resto da sociedade, porque cria maior distância e preconceito que por sua vez cria maior isolamento. A estereotipação desses grupos mudou historicamente, na nossa cultura no século XIX, era comum se associar pobreza à falta de higiene e doenças. Atualmente em nossa sociedade a associação é entre pobreza e crime. Apesar de não haver correlação entre aumento da pobreza e aumento da criminalidade (como há por exemplo com aumento da impunidade penal ou aumento da desigualdade), a relação é forte no imaginário social. Os habitantes de lugares violentos e segregados se tornam representantes dessa violência para o resto da sociedade e são tratados

como criminosos, diminuindo suas oportunidades e colaborando com sua exclusão. Essa falsa relação causal é chamada de criminalização da pobreza

A urbanização da modernidade produziu novos fenômenos sociais, incluindo um novo tipo de violência, a violência urbana. Para entender essa análise primeiro precisamos definir o que é um crime e o que é violência. Em sociologia observamos que o “crime” é uma delimitação socialmente construída dentro de uma dada sociedade. Nenhuma prática é criminosa por natureza, é o corpo social que vai decidir quais comportamentos são aceitos ou não dentro daquele grupo.

Émile Durkheim, em seus trabalhos reflete constantemente sobre o lugar da criminalidade dentro do organismo social. Lembrando que a coesão social é a principal preocupação do autor, ele considera que desvios das normas sociais são um fenômeno inevitável dentro de qualquer sociedade. Esse desvio das normas dessa sociedade é punido e classificado como crime. Para o autor, o crime pode inclusive servir para fortalecer seus valores morais porque através dos rituais ou práticas punitivas a sociedade tem a ocasião de reforçar suas normas morais. Além disso, o crime pode ser um espaço possível de mudanças sociais positivas. Aquilo que é considerado criminoso, e a severidade com que se pune cada tipo de desvio, nos diz muito sobre os valores de uma sociedade.

Violência podemos definir como o ato de cometer danos a uma pessoa pelo uso da força, pela ameaça do uso da força ou pelo exercício de uma desigualdade estrutural de poderes. Nesse sentido ela tem diversos tipos diferentes que têm naturezas diversas, como violência doméstica, violência institucional, violência simbólica e entre outras. O crescimento da violência urbana é um fenômeno internacional, que se percebeu nos países desenvolvidos a partir de 1960 e no Brasil a partir de 1970. Os crimes violentos que antes se restringiam a questões interpessoais (vinganças pessoais, praticadas em locais privados, por pessoas conhecidas) passaram a ser predominantemente praticados por desconhecidos e espaços públicos. Essa violência anônima é uma novidade na história humana. Em todos os países, ela costuma vitimar sobretudo homens jovens e no caso do Brasil, homens jovens e negros.

O medo da violência se associa com um medo do espaço público e no setor privado se encoraja uma auto segregação em empreendimentos fechados. A privatização das áreas de lazer figura como um grande fenômeno que exclui a maior parte da população e pauta a convivência social pelo consumo. Isso reduz a relação entre diferentes grupos, em geral criando maior preconceito e isolamento. O abandono dos espaços públicos por sua vez gera esvaziamento desses espaços o que aumenta sua violência criando outro círculo vicioso.

Portanto a violência urbana constrói a cidade, se materializando em muros, câmeras e seguranças privados. A vigilância corrobora com a suspeição da diferença, que junto com a criminalização da pobreza nos apresenta um cenário complexo de exclusão dessa população.

A violência é moralizada entre “bons” e “maus” e se aproveita de uma grande simplificação da causa para ganhos políticos. Nesse cenário a campanha do medo atropela estudos e políticas públicas atrás de uma moralização do punitivismo. Em nossa cultura é quase uma estratégia eleitoral conseguir apoio popular através de discursos inflamatórios que prometem acabar com a violência pelo uso da força. O imaginário criado é de uma situação de guerra, na qual a ameaça deve ser completamente eliminada independente das instituições e procedimentos normais e legais. Desrespeitar a lei e os direitos humanos é normalizado através desse quadro de “excepcionalidade” que a guerra traz, apesar de ser uma atividade cotidiana. Eleição de um inimigo público para se eliminar em espetáculo como política de segurança que distrai das principais questões que afetam a violência e criam um discurso de uma falsa escolha entre direitos humanos e diminuição da violência.

Nessa lógica, a política pública contra a violência se resume a maior armamento e operações policiais letais, o que não é efetivo para diminuir taxas de violência e ainda criam grande letalidade policial. Se mais de 10% das mortes violentas são causadas pela polícia se considera abuso de força, no Rio de Janeiro em 2022 foram 29% e na Região Metropolitana 36%. Esses números são do Atlas da violência publicado pelo órgão de público Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) de 2023. Os dados mostram que, além de um grande abuso de poder, existe um grupo social que é a maior vítima dessas ações: dos assassinados pela polícia no Brasil em 2023 71,7% eram crianças, adolescentes ou jovens com até 29 anos, dos quais 82% eram negros. Os números mostram um risco desproporcional dessa população em relação aos outros grupos, e ativistas começaram a se referir como o “genocídio da juventude negra”. Outro fator contribui para esses números letais, a impunidade policial: no Rio de Janeiro em 2023 97% dos assassinatos perpetrados por policiais tiveram pedido de arquivamento pelo Ministério Público.

CAPÍTULO VI:

CULTURA E IDENTIDADE

CAPÍTULO VI: CULTURA E IDENTIDADE

Neste capítulo, vamos entender que a cultura vai muito além de arte, música ou livros. Cultura é tudo aquilo que um grupo humano compartilha: valores, costumes, jeitos de falar, de se vestir, de viver. É através da cultura que damos sentido às nossas ações e construímos nossa identidade. Veremos como a cultura influencia a forma como nos vemos e como somos vistos pelos outros, e como ela pode tanto aproximar as pessoas quanto gerar desigualdades. Vamos conhecer diferentes teorias que explicam a cultura, entender a importância da memória e do patrimônio cultural, refletir sobre o papel dos meios de comunicação e da chamada indústria cultural e, por fim, discutir como as identidades coletivas, como gênero, etnia e orientação sexual, estão ligadas a lutas por direitos e reconhecimento. Estudar cultura, portanto, é também uma forma de enxergar melhor as desigualdades à nossa volta e pensar em maneiras de transformá-las.

1) TEORIAS DE CULTURA

No cotidiano, costumamos relacionar “cultura” a atividades artísticas ou intelectuais (teatro, música, literatura). Ou pensamos na cultura como algo que podemos acumular por meio de certas experiências: algumas pessoas têm mais cultura do que outras. A palavra teve diversos significados na Europa, no começo uma concepção francesa de cultivar a racionalização que vem com a civilização dos grupos mais avançados, enquanto refinar técnicas, atitudes, gostos para a diferenciação da elite. Esse sentido ainda permanece quando, por exemplo, falamos que alguém é “culto”, no sentido de ter cultivado diversos conhecimentos (em geral valorizados pela cultura europeia). Em contraposição a isso, se desenvolveu uma concepção alemã, que pensa cultura no sentido folclórico, a essência tradicional de um povo, que deve ser valorizada.

A antropologia é o estudo das culturas, que foi criada pela curiosidade da Europa imperialista que queria conhecer o específico de cada grupo humano com quem entrava em contato. Por isso, sua história é atravessada pelas ideias da Europa na época, que além de curiosidade procurava conquistar essas culturas. A corrente que deu início à disciplina é a Antropologia Evolucionista, que entendia as diferenças culturais como diferentes estados de evolução dos povos, sendo o Europeu o mais avançado. Essa perspectiva se baseava no determinismo biológico.

O contato dos antropólogos com essas culturas logo mostrou que a realidade era mais complexa que essas ideias evolucionistas. Críticas a essa corrente começaram a ganhar espaço defendendo o valor da diversidade cultural e a inexistência de uma superioridade cultural. Essa concepção de cultura vingou como clássica na disciplina. Nessa perspectiva relativista

que valoriza a diversidade, a cultura é específica de um grupo, e suas criações só podem ser explicadas dentro de seu universo, em relação a ele.

Cultura não se refere apenas às produções artísticas e intelectuais, mas também aos hábitos, valores, crenças, formas de morar, de se relacionar, de se alimentar e todas as outras práticas e valores de um povo ou de um grupo. Por isso, seria impossível dizer que uma pessoa tem menos cultura do que outra, ou que um grupo tem mais cultura que outro, porque a capacidade de produzir cultura é comum a todos os grupos humanos. Nós seres humanos sempre atribuímos significado às nossas ações. E também orientamos nossas atitudes a partir da forma como damos significado ao mundo. Assim, todos os povos ou grupos têm seu próprio vocabulário de significados: sua cultura, que funciona como uma segunda natureza.

Nessa perspectiva, apesar de serem várias, a cultura é vista como um sistema inteiro, harmônico, compartilhado pelos seus integrantes, ideias, conhecimentos e práticas estáveis, específicas daquele grupo. Cada geração aprende com a geração anterior sobre as práticas e costumes de sua cultura. Que também se modifica ao longo do tempo, ou seja, uma cultura tem história, não é algo parado no tempo, como às vezes imaginamos as culturas antigas.

Para a Antropologia Interpretativa, a função do antropólogo é a de ser capaz de interpretar o significado por trás das ações humanas segundo as teias de significado próprias ao grupo a que o indivíduo pertence. Porém cada grupo humano vai atribuir significados diferentes ao mundo que o cerca. Só é possível perceber as particularidades da sua própria cultura quando você entra em contato com outros grupos. Porque para nós, o que fomos criados com e ensinados parece natural, ou seja, parece não ser histórico ou cultural, mas natural. Por isso esse processo de se confrontar com a diferença e questionar ideias de sua cultura se chama desnaturalização. Nossa própria cultura constrói nossa identidade, marca as escolhas que fazemos e direciona nossa forma de ver o mundo. O exercício de tentar compreender a realidade simbólica do outro é um dos aspectos centrais da antropologia.

Hoje o objeto de estudo da disciplina é bem mais amplo, podendo se aplicar a todo tipo de grupo, povo, ou sociedade. O conceito de cultura é importante para se pensar diversos fenômenos da sociedade moderna, que possui diversas diferentes culturas em contato. É importante para compreender problemas atuais do mundo como xenofobia, identidades étnicas e conflitos. Faz parte de debates e ações políticas institucionais, como políticas de imigração e ações afirmativas. O multiculturalismo surge nas sociedades contemporâneas como um meio de combater tanto a ideia de homogeneidade cultural fundamentada no eurocentrismo, quanto as desigualdades, discriminações e preconceitos. Como movimento político e social, surge das reivindicações de grupos culturais dominados para terem suas culturas reconhecidas e representadas na cultura nacional.

A institucionalização política do multiculturalismo se caracteriza por tentativas de abrir

certos espaços na cultura dominante para a representatividade e vivência de outros grupos culturais. Esse prisma segue relevante para se pensar colonialismo e etnocentrismo e resistências e ressignificações culturais. Aparece enquanto ferramenta crítica para se pensar determinismos geográficos e biológicos bases de diversos preconceitos que afetam nossa vida em sociedade. Não só em relação com a alteridade, mas também para desnaturalizar hierarquias internas de nossa cultura e problematizar processos de dominação cultural.

2) CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

CULTURA MATERIAL E IMATERIAL

Como visto no segmento anterior, a cultura é um sistema de práticas, ideias, valores e conhecimentos compartilhados por uma coletividade. Dentro da cultura existem elementos materiais e imateriais que caracterizam uma sociedade e a diferencia das outras. A cultura imaterial é formada pelo conjunto de práticas, saberes, crenças, valores, costumes e hábitos que costumam as relações humanas. Já a cultura material é formada por objetos concretos, como estátuas, ferramentas, utensílios, vestimentas, entre outros, que são produzidos dentro de um contexto cultural e mantidos pelas coletividades como símbolos ou elementos relevantes para suas práticas culturais.

A cultura dá significados simbólicos aos elementos materiais e imateriais incorporados à experiência humana. Por exemplo, uma vestimenta não tem apenas o objetivo de proteger o indivíduo do frio, sol e chuva, mas também pode representar valores ou fazer parte de algum ritual praticado pelos membros de uma mesma cultura. Os vestidos de noiva no Ocidente são historicamente brancos desde o período vitoriano, quando a moda se espalhou pela Inglaterra.

O branco representava, naquele contexto do puritanismo vitoriano, a pureza e inocência que a noiva deveria ter. Em contrapartida, na Índia as noivas usam cores vibrantes, normalmente o vermelho e dourado, enquanto a cor branca é usada por mulheres viúvas. O branco representa o luto das viúvas, pois é um momento que elas precisam de reflexão, silêncio e tranquilidade. Percebemos, com esses exemplos, que os elementos materiais são parte essencial da compreensão das práticas culturais de uma sociedade.

MEMÓRIA SOCIAL

A memória social é outro elemento extremamente importante para a discussão sobre cultura. Diz respeito a uma construção sobre o passado realizada por determinado grupo social no presente. A memória social não é a exata expressão do passado, mas a forma como grupos sociais selecionam fragmentos de eventos passados comuns e definem esses fragmentos como

parte da sua memória, história, cultura e identidade. A memória social não é linear, estática, coesa e nem unânime, mas construída de forma fluida, no presente, através de disputas sociais. A construção da memória passa por posicionamentos e reivindicações de grupos distintos em momentos diferentes e pode se alterar durante o curso da história, estando sempre em disputa. Temos como exemplo, no Brasil, a memória do período da Ditadura militar: grupos específicos, movidos por uma pauta conservadora, desafiam a memória oficial sobre esse período histórico, colocando em questionamento o regime autoritário e ainda o processo de golpe. Enquanto isso, outros grupos, incluindo o Estado brasileiro, reconhecem o golpe, o autoritarismo do período, as práticas de tortura, os assassinatos e desaparecimentos que ocorreram. Essas disputas são incessantes e não se limitam ao período militar, mas a toda a memória coletiva do país.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Entendemos como patrimônio cultural o conjunto dos elementos materiais e imateriais que grupos sociais selecionam como representantes do seu passado comum. Os elementos do patrimônio cultural são selecionados, tendo em vista a produção ou reprodução das memórias sociais, ou seja, são reconhecidos como relevantes para a história, a memória, a identidade e a cultura de uma determinada coletividade.

A Constituição brasileira (1988) tem sua própria definição de patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁶.

Os elementos que compõem determinado patrimônio cultural podem ser desde monumentos oficiais, edificações, até celebrações, ofícios e saberes que representam coletividades e suas identidades. O patrimônio cultural é tudo aquilo que um determinado grupo atribui valor e faz parte de uma história oficial que o Estado quer passar. Os monumentos são um ótimo

⁶ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República,.

exemplo para entendermos como se constrói a história oficial de um país. Em geral, um Estado constrói monumentos e estátuas para marcar ou celebrar períodos e/ou figuras históricas, ou seja, esses monumentos celebram personagens considerados pelo Estado como importantes para a história oficial da nação. É muito raro, no entanto, vermos monumentos que celebrem os povos indígenas que já habitavam nosso país antes da colonização, ou pessoas negras e/ou escravizadas que fizeram parte da nossa história. Isso significa que contamos a história oficial do país a partir da celebração da memória dos colonizadores, dos dominadores, mas não dos escravizados, dos indígenas, dos pobres, dos que foram colonizados e dominados, mas resistiram. A história das pessoas cujos descendentes compõem a maior parte da população brasileira não deveria ser contada? A falta de celebração dessas figuras representa um apagamento da história e memória das populações que elas representam.

3) INDÚSTRIA CULTURAL

Vimos, neste capítulo, as diferentes teorias sobre cultura e a relação entre cultura, patrimônio e memória. Agora vamos compreender as formas com que os meios de comunicação de massa se utilizam da cultura como semeadora de uma ideologia dominante.

Os meios de comunicação de massa são recursos que transmitem informações para um número grande de pessoas ao mesmo tempo. São esses a rádio, os jornais e revistas, a televisão, o cinema, a internet e as redes sociais. Por terem esse caráter massificante, ou seja, que alcança grandes massas de pessoas, os meios de comunicação são os principais veículos de ideologias.

A ideologia é, de acordo com Karl Marx, as ideias da classe dominante que são criadas e difundidas como forma de justificar e embasar o sistema político e econômico dominante. Os meios de comunicação de massa servem como veículos de produção e difusão da ideologia das classes dominantes. Como vimos no primeiro capítulo, Karl Marx divide a estrutura social em duas partes: a infraestrutura e a superestrutura. Aqui neste segmento daremos enfoque na superestrutura, que é composta por tudo aquilo que mantém e reproduz a sociedade ideologicamente, ou seja, pelo sistema jurídico, político e a ideologia de cada sociedade.

A ideologia atua através de 5 dimensões:

- **Ocultamento:** A ideologia pode ocultar certos fatos da realidade social de forma a produzir uma outra verdade.
- **Inversão:** A ideologia inverte valores, normalmente como forma de ocultar a exploração dos trabalhadores.

- **Justificativa.** A ideologia produz justificativas racionais para embasar o modo de produção vigente.

- **Naturalização.** A ideologia naturaliza ou normaliza o modo de produção e sistema capitalista, ou seja, faz-se acreditar que não existe outra maneira de produzir e viver em sociedade.

- **Apresentação dos interesses particulares como se fossem universais.** Os interesses das classes sociais são conflituosos, entretanto, a ideologia apresenta os interesses da classe dominante como se fossem universais e fizessem parte dos interesses da classe dominada.

Antes de entrar na discussão sobre a dominação cultural, veremos as diferentes faces em que a cultura se expressa. Como vimos anteriormente, não existe apenas uma cultura estática. Dentro do Brasil, por exemplo, há diversas culturas regionais, estaduais e até mesmo dentro das cidades, podemos observar grupos e práticas culturais diferentes. Mas existe outra forma de compreender e classificar a diversidade cultural: através dos grupos sociais que as geram ou para quem as são direcionadas. Há, assim, a cultura erudita, a cultura popular e a cultura de massas.

A cultura erudita é produzida pela elite e para a elite. As práticas da cultura erudita são institucionalizadas, ou seja, são formalizadas e oficializadas dentro do sistema ou das instituições sociais e valorizadas pela sociedade. A cultura erudita também é um fator que promove a distinção entre as classes que dominam esse tipo de cultura e as classes que não a praticam, ou seja, quem não domina esse tipo de cultura é considerado menos culto. O balé, a música clássica, a ópera, a literatura clássica são elementos de uma cultura erudita.

A cultura popular, por sua vez, é produzida pelas classes populares e para elas mesmas. São valores, crenças e práticas não institucionalizados e desvalorizados pela sociedade enquanto elementos de valor cultural, ou seja, não são reconhecidos como parte oficial da cultura de um povo ou são desconsiderados importantes e relevantes culturalmente. O funk e a capoeira são exemplos de elementos da cultura popular brasileira.

A cultura de massas é um tipo específico de elemento cultural destinado às classes populares e produzido por uma Indústria Cultural. Mas o que é exatamente essa indústria? A Indústria Cultural é composta pelo conjunto dos veículos de comunicação (rádio, televisão, cinema, jornal) controlados pela classe dominante.

A cultura é tratada pela Indústria Cultural puramente como mercadoria para o consumo, perdendo seu valor cultural e se tornando massificada. Mais do que isso, para Theodor Adorno e Max Horkheimer, dois filósofos alemães membros da Escola de Frankfurt, a massificação da

cultura garante a dominação ideológica da classe trabalhadora, ou seja, ela produz bens de cultura como forma de obter o controle social dos trabalhadores. A Indústria Cultural não só esvazia a produção cultural de valores culturais, mas preenche esses elementos culturais com os valores ideológicos da classe dominante. Assim, a cultura de massas se torna uma difusora de práticas e valores da classe dominante, atuando através daquelas cinco dimensões mencionadas anteriormente, o ocultamento, a inversão, a justificativa, a naturalização e a apresentação de interesses particulares como universais.

Algumas características principais dos produtos produzidos pela Indústria Cultural são:

- A produção que visa o lucro; transforma-se a arte e a cultura em produtos que tem como objetivo a maior produção de lucro possível.
- A padronização dos elementos culturais; os produtos da Indústria Cultural, como música e filmes são produzidos seguindo um mesmo modelo. É muito comum escutar músicas pop muito parecidas entre si, com os mesmos arranjos musicais e letras que falam das mesmas coisas, por exemplo.
- A alienação; o consumo dos produtos culturais de massa pode causar perda da capacidade de reflexão própria dos indivíduos.
- O apagamento da cultura; a cultura de massas ofusca as culturas erudita e popular, sendo produtos vazios e sem a parte orgânica e genuína que esses outros tipos de cultura podem conter.
- A reprodução de ideologias; os produtos de cultura de massas são os principais difusores das ideologias da classe dominante.

A classe trabalhadora se torna refém da Indústria Cultural. Num mundo industrializado complexo, o consumo cultural dificilmente consegue fugir da dominação da Indústria Cultural. É muito improvável que consigamos consumir produtos culturais, como filmes e música, que não tenham sido produzidos dentro dessa lógica massificante da indústria.

4) IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

A sociologia estuda as relações sociais, assim, a noção de identidade que nos interessa tem a ver com como nos tornamos quem somos a partir da nossa relação com os outros.

Nossa identidade social se forma por meio da nossa relação com diferentes identidades coletivas ao longo da vida. Essas identidades coletivas são conjuntos de valores, práticas, gostos, saberes e hábitos que caracterizam determinados grupos sociais. Elas funcionam como referenciais sociais que nos ajudam a entender o mundo e a ocupar um lugar nele.

Desde o nascimento, fazemos parte de grupos (como a família, a escola, a comunidade) que influenciam tanto a forma como nos percebemos quanto a maneira como somos percebidos pelos outros. Ao longo da vida, entramos em contato com diferentes elementos culturais – seja de nossa própria cultura, seja de outras com as quais interagimos. Nesse processo, estabelecemos relações de identificação ou rejeição, que ajudam a orientar quem somos em relação aos outros.

Por exemplo, o tipo de música que você gosta de ouvir pode aproximá-lo de um grupo específico – como roqueiros, funkeiros ou forrozeiros. Cada um desses grupos compartilha não apenas o gosto por um estilo musical, mas também uma estética, visões de mundo e valores. Se você se identifica com a cultura do grupo terá uma sensação de pertencimento e provavelmente incorporará à sua identidade diversos desses traços culturais. Essa dinâmica não apenas expressa quem você é, mas também influencia a forma como os outros te enxergam e te categorizam socialmente.

O pertencimento é o sentimento de fazer parte de uma coletividade com características próprias, distintas de outras, e de se orientar no mundo a partir dessa referência. Esse é um vínculo afetivo poderoso. Todos buscamos espaços e grupos nos quais nos sentimos “em casa”. Sentir-se pertencente a um grupo fortalece laços de solidariedade e nos oferece, ao mesmo tempo, a sensação de sermos únicos e de compartilharmos algo em comum com outros.

Por isso, o pertencimento a coletividades também tem implicações sociais e políticas importantes. As identidades coletivas com as quais nos identificamos - ou das quais nos distanciamos - formam espaços de luta política.

IDENTIDADES COLETIVAS E POLÍTICA

Você já ouviu falar em “pautas identitárias”? Esse termo aparece com frequência em debates políticos e na mídia para se referir a reivindicações sociais que nascem da experiência de grupos historicamente marginalizados ou invisibilizados - como o movimento negro, o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+. Esses grupos organizam suas lutas em torno de

uma identidade coletiva compartilhada, reivindicando reconhecimento, direitos e participação social mais justa. Rótulos como “pautas identitárias”, ou “identitarismo” aparecem frequentemente com um tom pejorativo, como se algumas dessas lutas fossem particulares, subjetivas ou fragmentadas demais para merecer espaço no debate público.

Embora o termo seja relativamente recente, a relação entre identidades coletivas e política não é nova. A construção de identidades coletivas sempre esteve ligada a disputas de poder e à organização da sociedade. Ao longo da modernidade assistimos à consolidação de grandes identidades coletivas como a identidade nacional e a identidade de classe.

Como vimos na parte de “Cultura, memória e patrimônio”, a nossa identidade nacional (a forma como nos entendemos enquanto brasileiros) não é um dado fixo ou natural, mas algo construído socialmente. Ela envolve escolhas sobre qual história contar, quais símbolos valorizar e quais vozes escutar ou silenciar. A construção da identidade nacional brasileira é um produto dinâmico de disputas por poder.

Nesse sentido, podemos nos perguntar: por que o nacionalismo raramente é entendido como uma “pauta identitária”, enquanto as reivindicações do movimento negro ou dos movimentos LGBTQIA+ frequentemente recebem esse rótulo? Em parte, isso se deve ao fato de que estamos mais habituados à noção de pertencimento nacional - essa é uma pauta mais antiga e estabelecida e, por isso, nos parece mais natural. Já outras formas de organização coletiva são marcadas como “particulares” ou “fragmentadas”, mesmo quando mobilizam grupos imensos. Isso revela um viés importante: quanto mais uma identidade está associada a grupos historicamente dominantes, mais ela tende a ser percebida como legítima - enquanto outras são vistas como excessivamente subjetivas ou radicais, mesmo quando defendem direitos amplos e fundamentais.

A partir da segunda metade do século XX, eixos de pertencimento como gênero, sexualidade e etnia passam a ganhar maior visibilidade política. A vivência das pessoas sempre foi marcada por seu gênero, orientação sexual e etnia, mas a consolidação dessas experiências no reconhecimento de uma identidade coletiva representa uma mudança de perspectiva. Ao se reconhecerem como parte de um grupo que compartilha dores, lutas e histórias semelhantes, as pessoas transformam a experiência individual em coletiva. Ou seja, percebem que não estão sozinhas e que pertencem a uma coletividade maior, capaz de reivindicar mudanças políticas e sociais.

Nesse contexto, a linguagem e a representatividade se tornam campos de disputa fundamentais. A aprovação da lei que inclui a história e a cultura africana no currículo escolar, por exemplo, é uma conquista do movimento negro. Mas o que essa mudança no conteúdo programático das escolas tem a ver com o combate ao racismo? Por que a forma como narramos a história importa politicamente? E por que demandas como essas (por mais visibilidade, por

uma linguagem mais inclusiva ou por novas representações na mídia) costumam gerar tanta resistência, sendo vistas por alguns setores como exageros ou até como “ameaças”?

CULTURA E DESIGUALDADE

O sociólogo francês Pierre Bourdieu desenvolveu um sistema para analisar as desigualdades sociais que nos ajuda a refletir sobre a relação entre discurso, cultura e opressão. Seu pensamento oferece ferramentas para nomear dinâmicas sociais que muitas vezes já conhecemos intuitivamente - sentimos, ou entendemos, mas não sabemos exatamente explicar.

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA REALIDADE

Somos muito bons em “ler” socialmente as pessoas ao nosso redor. A forma como alguém se veste, fala, gesticula, os gostos que expressa e os hábitos que demonstra - tudo isso compõe um conjunto de sinais que nos permite, muitas vezes automaticamente, fazer suposições sobre a classe social, a visão de mundo ou mesmo as opiniões políticas de alguém. Nem sempre estamos certos, é claro, mas frequentemente conseguimos intuir muito sobre uma pessoa só a partir da primeira impressão.

Isso acontece porque, ao longo da vida, nos tornamos especialistas na simbologia cultural do nosso meio. Aprendemos a reconhecer os códigos que distinguem grupos e posições dentro da sociedade. Por isso, Bourdieu afirma que os símbolos compõem uma camada objetiva da realidade que integra os processos de manutenção e perpetuação da desigualdade.

OS DIFERENTES TIPOS DE CAPITAL

Para incluir essa dimensão simbólica da realidade em sua análise das desigualdades sociais, Bourdieu amplia o conceito de capital (tradicionalmente associado ao dinheiro e aos bens materiais) para abranger outros tipos de recursos igualmente valiosos nas dinâmicas sociais. Para ele, capital é tudo aquilo que pode ser acumulado e que confere vantagem dentro de uma determinada estrutura social. Isso inclui, além do capital econômico (dinheiro, propriedades, bens), outros dois tipos fundamentais: o capital social e o capital cultural.

O capital social diz respeito à rede de relações e contatos que uma pessoa tem. Em outras palavras, “quem você conhece” pode abrir portas, gerar oportunidades e garantir prestígio ou influência. Já o capital cultural envolve o domínio de certos conhecimentos, gostos, posturas e modos de agir que são socialmente valorizados: como saber falar de determinada forma, apreciar certos tipos de arte, ou frequentar certos espaços. Esses elementos são aprendidos e incorporados ao longo da vida e variam de acordo com os grupos sociais aos quais pertencemos.

Quando “lemos” ou “somos lidos” socialmente, o que está em jogo é o valor simbólico atribuído aos diferentes tipos de capital que possuímos: como uma roupa de uma marca considerada mais ou menos prestigiosa; uma forma de falar entendida como mais ou menos “cult”; o hábito de frequentar ambientes tidos como mais ou menos “refinados”. Esses estilos de vida carregam significados que aprendemos a reconhecer desde cedo, e com base neles somos categorizados e também categorizamos os outros.

CLASSES SOCIAIS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Essa conceitualização proposta por Bourdieu (a ideia de que acumulamos diferentes tipos de “propriedade” que têm valor simbólico atribuído a elas) possibilita uma reformulação do conceito de classes sociais. A distinção entre classes não se estabelece nem se mantém apenas pela desigualdade mais óbvia que deriva do poder econômico. O pertencimento a uma classe é bem mais complexo e envolve essa dimensão simbólica, cultural e social.

Como se define o que é considerado “culto”, “prestigioso” ou “refinado”? Quem atribui esse valor simbólico às coisas, práticas e gostos? Em grande parte, são os grupos que já concentram capital econômico, social e cultural que acabam conferindo prestígio ao que fazem, consomem e valorizam. Seus gostos, hábitos e formas de se expressar ganham prestígio social, não porque são essencialmente superiores, mas porque vêm de quem detém o poder. Assim, o que é valorizado culturalmente reforça a posição desses grupos, fazendo parecer natural ou legítimo que estejam no topo da hierarquia social. Quando o gosto das elites vira sinônimo de “bom gosto”, as diferenças de classe ganham uma aparência de naturalidade - como se fossem reflexo de mérito ou “sofisticação”, e não de desigualdade social.

Tudo isso pode parecer muito complicado, mas tente se imaginar entrando em um espaço que faz você se sentir deslocado. Por que alguns lugares parecem “não ser pra gente”, mesmo que ninguém diga isso explicitamente? O que faz com que certas pessoas pareçam estar “no lugar certo”, enquanto outras sentem que precisam provar o tempo todo que merecem estar ali? Essas experiências cotidianas de desconforto revelam como a desigualdade simbólica opera: ela não precisa ser dita em voz alta para ser sentida - ela está nos olhares, nos códigos que não dominamos, nos hábitos e referências que não partilhamos.

Bourdieu chama de violência simbólica, essa forma de dominação que acontece pela imposição silenciosa de um sistema de valores que favorece os grupos dominantes e desvaloriza os demais. Como ela está incorporada na forma como vemos o mundo - nos nossos julgamentos cotidianos, no que achamos bonito, inteligente, certo ou errado - ela costuma passar despercebida, sendo vivida como algo natural. Mas, na prática, ela reforça desigualdades e exclui modos de vida que não se encaixam nesse modelo dominante.

DISPUTAS CULTURAIS E DESIGUALDADE

Voltando às perguntas que fizemos sobre por que linguagem, representatividade e discurso importam politicamente, agora com a bagagem da teoria de Bourdieu, podemos entender melhor a relação cíclica entre dominação material e dominação simbólica. Disputar o espaço cultural - ou seja, disputar os significados, os valores e as narrativas socialmente reconhecidas - é uma forma de revelar que a violência simbólica existe. Quando ela deixa de ser invisível, perde parte da sua força.

É nesse sentido que políticas de reconhecimento, como a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, têm um impacto profundo. Elas não apenas corrigem distorções históricas, mas também conferem valor simbólico a experiências e saberes antes marginalizados. Isso fortalece o pertencimento das pessoas negras e questiona o monopólio simbólico dos grupos dominantes.

A dimensão simbólica da realidade não está separada da dimensão material; ao contrário, elas se alimentam mutuamente. Por isso, transformar o que é socialmente valorizado pode ser também uma forma de transformar as estruturas concretas de desigualdade.

ENCERRAMENTO

Ao longo desta apostila, percorremos alguns dos principais temas, autores e conceitos que as Ciências Sociais mobilizam para pensar a vida em sociedade. Exploramos desde a origem da disciplina em meio às transformações da Modernidade até os debates contemporâneos sobre trabalho, política, desigualdades, cultura e identidade. Esse percurso buscou oferecer uma base teórica sólida e atualizada, alinhada às exigências dos vestibulares e, ao mesmo tempo, relevante para a compreensão crítica do mundo em que vivemos.

Nosso trabalho aqui teve dois objetivos complementares. O primeiro, de caráter mais conteudista, foi apresentar o repertório conceitual e teórico que as Ciências Sociais oferecem para interpretar os fenômenos sociais. Como em qualquer disciplina, há um vocabulário e um conjunto de ideias básicas que você precisa conhecer (entre outras razões, porque elas são cobradas nas provas). Todos os eixos temáticos que abordamos estão muito presentes nas questões de vestibulares, e a perspectiva científica das Ciências Sociais é muito valiosa tanto para resolver questões, quanto para articular argumentos sólidos nas redações.

Mais do que decorar definições, porém, é fundamental compreender os conceitos sociológicos como ferramentas de leitura da realidade. Eles ajudam a nomear, explicar e relacionar aspectos da vida social que, muitas vezes, parecem desconectados ou óbvios demais para serem questionados. Por isso, esperamos que este percurso tenha sido também formativo, contribuindo para transformar sua forma de olhar para o mundo à sua volta e oferecendo instrumentos para uma leitura mais crítica, reflexiva e fundamentada da realidade social.

Realização:



Patrocínio:

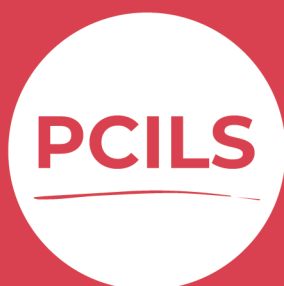


Integração
Metropolitana



Projeto Gráfico:





Programa de
**Capacitação
e Integração
de Lideranças
Sociais**